

proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

MUTIRÕES HABITACIONAIS

Da casa à cidadania



Sumário

Apresentação	1
Introdução	
O que são os mutirões	3
Os mutirantes têm a palavra	
O Movimento conta a sua luta (Jornal Inter-Ajuda)	7
a) do 1º encontro à coordenação ...	7
b) os movimentos crescem	8
c) coordenação	9
d) principais propostas	9
Construindo o movimento: Entrevista com lideranças dos mutirantes da Zona Sul de São Paulo	10
Em busca de uma arquitetura popular	22
Construção por Ajuda-Mútua (UNICAMP)	28
"Uma história de muitas mãos"... (a opinião da coordenação dos mutirões)	29
Os mutirões em questão	
Os mutirões de São Paulo e a Reforma Urbana: entrevista com Ermínia Maricato ...	31
Mutirão: sobrevivência ou solução? ..	47
O enfrentamento da propriedade da terra	51
A Repressão Contínua	56

Proposta Nº 35
ANO XII - Setembro 1987



Proposta: Experiências em Educação Popular
é uma publicação trimestral da FASE - Federação
de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Conselho Editorial
Jorge E. Saavedra Durão
Jean-Pierre Leroy
Carlos Minayo Gomez
Haroldo Baptista de Abreu
Maria Emília L. Pacheco

Coordenador Editorial
Alfons Klausmeyer

Editor de Arte
Gerardo Hanna

Arte
Marcelo Riani Marques

Organização e Redação
Haroldo Baptista de Abreu

Fotografia
Arquivo da FASE e da
Coordenação dos Move-
mentos e Associações de
Pró-Moradia de São
Paulo.

Datilografia
Elita V. de Paula

FASE

Rua das Palmeiras, 90/Botafogo
22270 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 286-6797
Telex (021) 34201 FOAS BR

Direção Executiva da FASE:

Jorge Eduardo Saavedra (Diretor Coordenador Nacional); Jean-Pierre Leroy (Diretor Coordenador Nacional Adjunto); Virgílio Rosa Netto (Diretor Administrativo e Financeiro); Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte); Antonio Acioli de Siqueira (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).

Capa: Marcelo Riani Marques
Lay-out: Gerardo Hanna

FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90
Botafogo
22270 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-6797

Av. Beira-Mar, 216/401
Castelo
20021 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 262-2158

FASE REGIONAL NORTE

Rua Bernal do Couto, 1329
66030 - Belém - PA
Tel.: (091) 222-0318

Tv. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 - Abaetetuba - PA
Tel.: (091) 751-1181

Av. Presidente Médici, 1992
68700 - Capanema - PA
Tel.: (091) 821-1716

Rua Valério Botelho de Andrade, 488
São Francisco
69063 - Manaus - AM
Tel.: (092) 234-6761

Rua Godofredo Viana, 945
65900 - Imperatriz - MA
Tel.: (098) 721-4474

Rua dos Afogados, 405 - Centro
65010 - São Luís - MA
Tel.: (098) 22-1175

FASE REGIONAL NORDESTE

Rua Barão de São Borja, 495
Boa Vista
50070 - Recife - PE

Rua Professor João Bosco, 73
Parque Araxá
60430 - Fortaleza - CE
Tel.: (085) 223-4056

Rua João Severiano, 42 s/512-513
Edifício Breda
Centro
57020 - Maceió - AL

Rua Francisco Ferreira Silva, 115
Bairro de Fátima
45600 - Itabuna - BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE REGIONAL SUDESTE/SUL

Av. Presidente Wilson, 113 - Conj. 1302
Castelo
20030 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 220-7198

Rua General Osório, 83 - salas 1306/7
29020 - Vitória - ES
Tel.: (027) 223-7436

Rua Loeffgren, 1651 - c/6
Vila Clementino
04040 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 549-3888

Rua Ana Ramos de Carvalho, 71
Nova Jaboticabal
14870 - Jaboticabal - SP

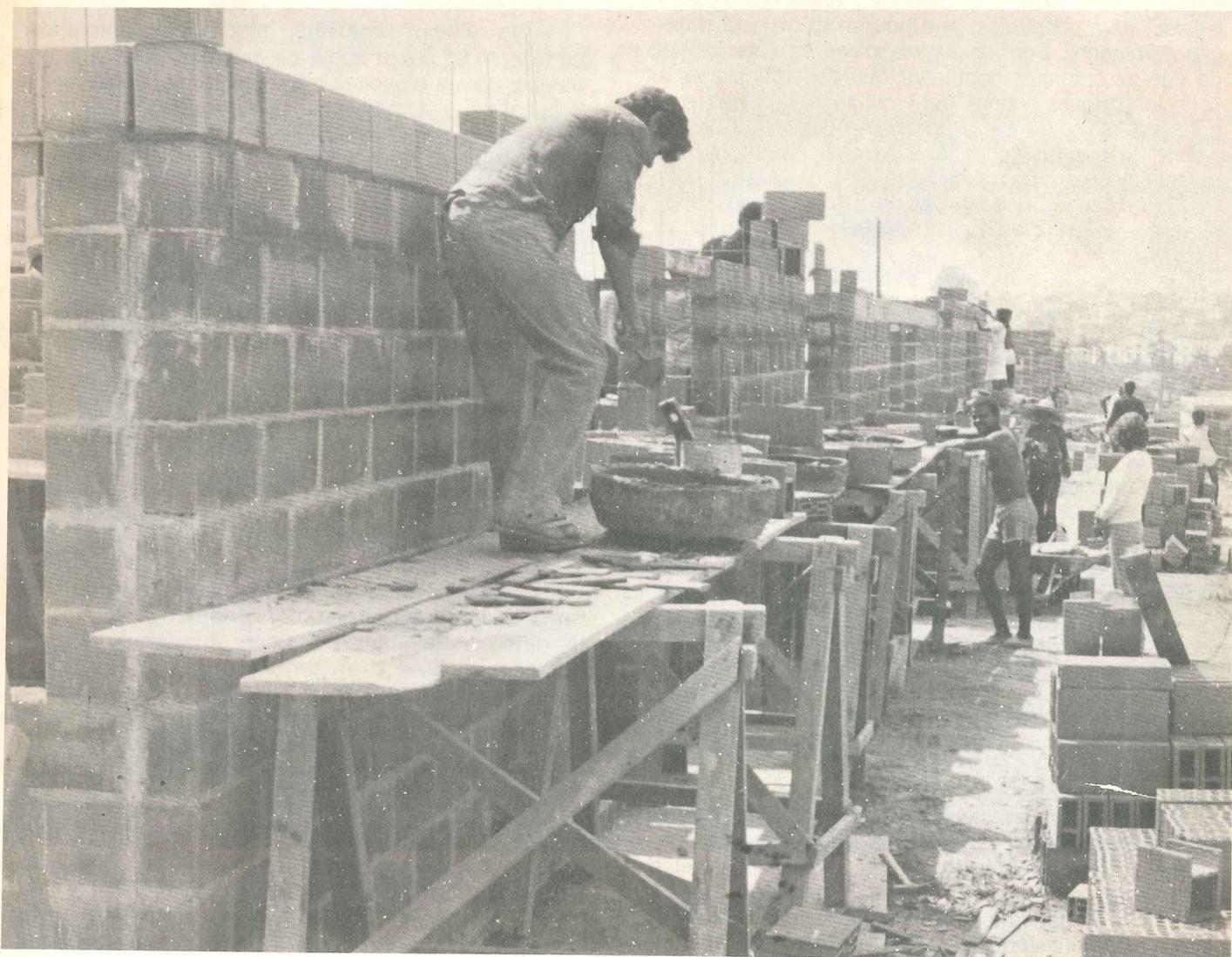
Rua Gaspar Martins, 470
90220 - Porto Alegre - RS
Tel.: (051) 225-0787

Trav. Coronel Ricardo Franco, s/nº
78700 - Vila Bela da Sma. Trindade - MT

PROGRAMAS ANEXOS

Projeto Tecnologias Alternativas
Rua João Afonso, 60-A
22261 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-9641

Programa de Saúde
Rua Rui Barbosa, 200
55300 - Garanhuns - PE
Tel.: (081) 761-0941



A questão habitacional no Brasil tem sido retratada pela imprensa, com alguma freqüência, ou de um ponto de vista técnico-administrativo, de acordo com as demandas dos agentes do mercado imobiliário, ou como matéria policial, através da divulgação de invasões de imóveis urbanos, por uma parcela da população despossuída, e das ações do aparato policial do Estado, como a repressão às recentes ocupações de terrenos na Zona Leste de São Paulo.

Na realidade, o problema não pode ser reduzido a números – déficit habitacional ou quantas ocupações ilegais de terrenos ocorrem – porque se trata de uma questão que diz respeito à qualidade de vida da população, particularmente daqueles que não ganham o suficiente para adquirir as suas moradias no mercado e que não têm a habitação como um direito garantido.

A FASE que acompanha alguns desses movimentos, como o dos mutirões da Zona Sul de São Paulo, pretende mostrar a seriedade e a capacidade das iniciativas populares no enfrentamento desta realidade, sacrificando os poucos momentos de repouso e lazer, para construir o que lhes é negado pela situação dominante. Com essas iniciativas, fica comprovado que as camadas populares, quando organizadas e conscientizadas, podem gerir os seus destinos e o conjunto da vida social, com mais eficiência e democracia do que as elites dominantes. Foi com essa perspectiva e responsabilidade que resolvemos dar uma contribuição à avaliação da experiência dos movimentos e associações de auto-ajuda da Zona Sul paulistana.

O primeiro artigo, do companheiro Alberto Lopez Mejía, da equipe de São Paulo, que acompanha cotidianamente este movimento popular, introduz a discussão, descrevendo os seus avanços recentes e a sua organização interna.

Em seguida, o movimento fala pela voz de suas lideranças, complementando as informações sobre as suas conquistas, dificuldades internas e alternativas em andamento. Infelizmente, a entrevista realizada com alguns membros da Coordenação e os materiais extraídos dos informativos dos movimentos datam de antes do projeto de construção de uma usina de produção dos módulos pré-fabricados para as casas, em fase de sair do papel para a prática.

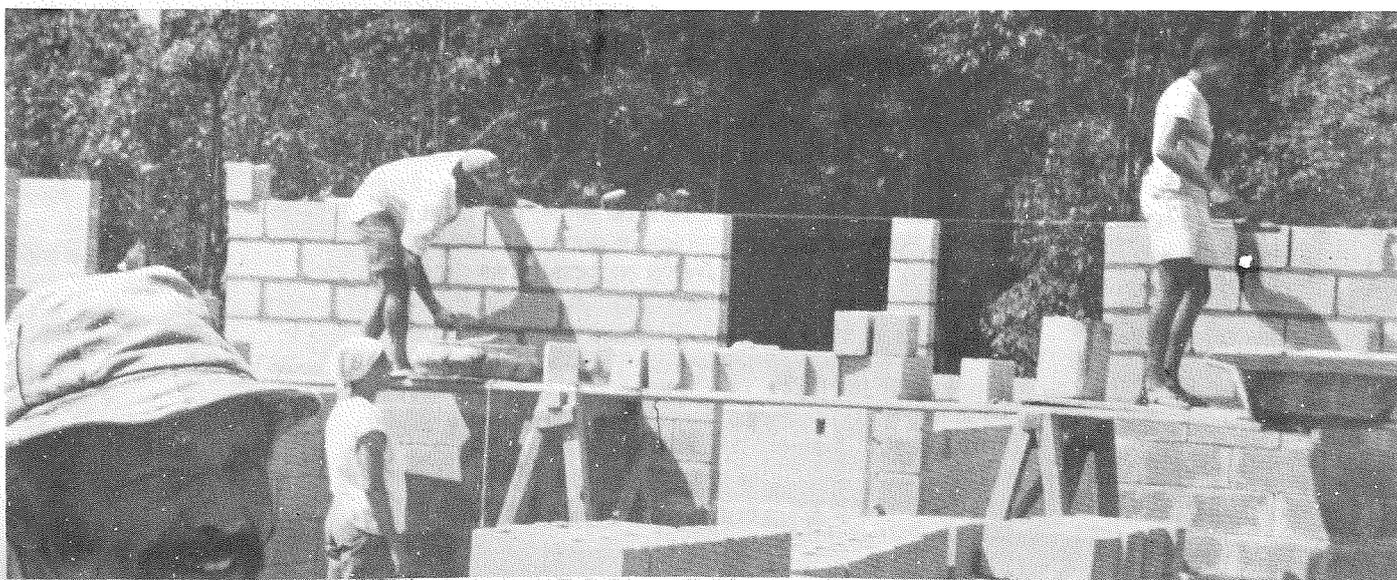
No terceiro segmento, gostaríamos que a participação dos assessores técnicos fosse melhor discutida, particularmente no que diz respeito às alternativas tecnológicas e à relação destes profissionais com o movimento, que tem proporcionado transformações na própria natureza do conhecimento e da relação entre assessores e movimento. Como não foi possível a elaboração de um artigo mais aprofundado pelos membros do Laboratório de Habitação da UNICAMP, sobre estas questões, reproduzimos, com a devida au-

torização, o folheto "Construção por Ajuda Mútua" assinado pelo arquiteto Joan Villa e um artigo do informativo INTER-AJUDA, de responsabilidade da Coordenação do Movimento.

No último segmento, procuramos aprofundar uma reflexão crítica sobre os mutirões, com uma entrevista com a urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Ermínia Maricato. Seus questionamentos são muito úteis ao movimento e à compreensão de uma realidade contraditória, onde não basta organizar o trabalho solidário das camadas populares sem, ao mesmo tempo, enfrentar politicamente as questões urbana e salarial. Finalizando, temos dois artigos que procuram aprofundar uma análise das questões de fundo dos mutirões. O primeiro, de Márcia Leite, socióloga e professora da UERJ, e Haroldo Abreu, do Grupo de Assessoria Nacional da FASE, discute o que está na origem e determina os limites dos mutirões: o sobretrabalho para a aquisição de direitos sociais que não são reconhecidos pelo Estado e pelas classes dominantes. O segundo, de Haroldo Abreu, aborda a relação dos mutirões organizados da Zona Sul de São Paulo com as manifestações do senso comum popular e o direito de propriedade.

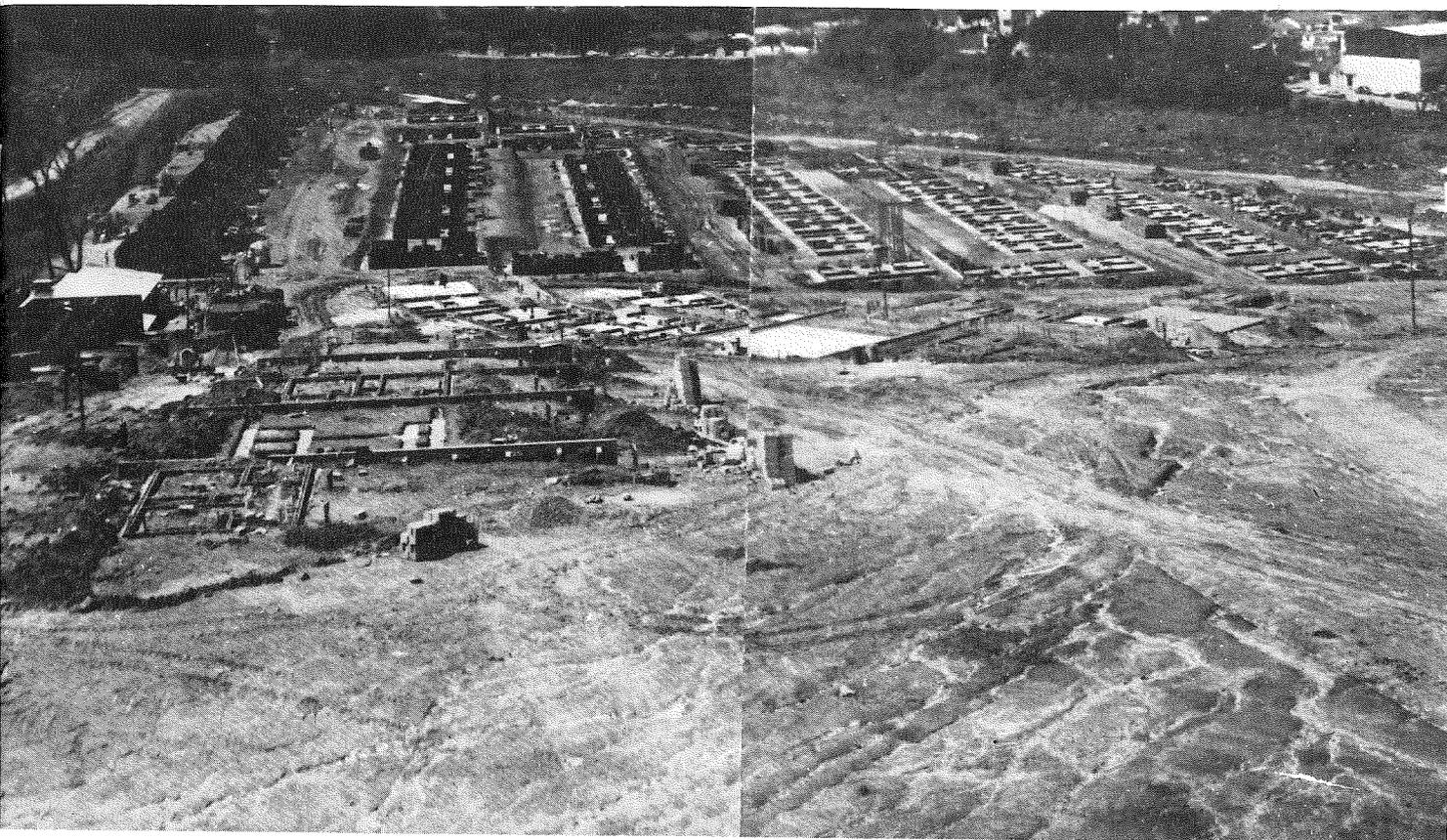
Em resumo, A FASE reconhece nos mutirões uma alternativa popular, com todos os seus riscos e dificuldades. Mas considera fundamental estimular o debate e o processo educativo para que eles não percam a sua dupla dimensão: de serem organizadores das aspirações populares e de que os seus participantes sejam sujeitos da conquista dos direitos de cidadania e da necessária reforma urbana.

Jean-Pierre Leroy



Introdução

O que são os mutirões?



O exemplo da Zona Sul de São Paulo

Os mutirões de São Paulo surgem no contexto de uma cidade que abriga hoje mais de 14 milhões de habitantes (1/9 da população brasileira em menos de 1/1.000 do território nacional). Deste total quase 10 milhões de pessoas sobrevivem com menos de 5 salários mínimos. O empobrecimento gradual da população provocou o aumento da população favelada em 684% nos últimos 10 anos. A renda da família favelada, em 80% dos casos, não ultrapassa 2 salários mínimos. O governo (a nível Municipal, Estadual e Federal) tem adotado em relação à política habitacional uma submissão às regras do mercado, com o lucro dos agentes financeiros (públicos e privados), do capital imobiliário, empreiteiras, proprietários do solo urbano etc, extorquindo o mutuário em vez de adotar uma política de direito social que beneficie a população. Neste quadro social e com a política habitacional existente (encarecendo e piorando a cada dia a qualidade das casas populares oferecidas nos programas governamentais), uma das alternativas que restam à população mais carente, para reduzir os custos de sua mo-

radia e melhorar sua qualidade, é sacrificar o seu tempo de repouso e lazer e construir a própria casa. Mas logo de saída defronta-se com o custo altíssimo da terra urbana: resultado da especulação imobiliária e da ausência de mecanismos institucionais que subordinem o uso do solo às necessidades sociais da população.

Após o Plano Cruzado, em 86, e a explosão inflacionária, principalmente dos aluguéis, a demanda por moradia atingiu o seu ponto mais crítico, extrapolando a população favelada (onde apenas uma parcela é proprietária do seu barraco) e abrangendo uma grande parte do inquilinato. Neste contexto, **os movimentos de moradia que lutam e se organizam em mutirão têm como objetivo, além de redução dos custos e melhoria de qualidade da casa, implantar uma urbanização racional (ao contrário da urbanização caótica das favelas) com a exigência de instalação de equipamentos coletivos tais como ruas, água, luz, esgoto, creches, escolas, postos de saúde etc.**

O fato dos mutirões, após a construção das casas, se constituírem em bairros tem provocado, no interior destes movimentos, uma reflexão bastante aprofundada a respeito da forma como funciona um bairro com democracia direta, onde todos participam, decidem e administram esse micro-sistema social. Trata-se de um desafio no qual o movimento terá que enfrentar a adversidade do Estado, da correlação de forças na sociedade e da sua própria capacidade (consciência e organização) de mobilização de massas.

Existem atualmente mais de 20 mutirões no Município de São Paulo, localizados principalmente nas regiões Sul e Leste. Estas duas regiões apresentam histórias de lutas diferenciadas e cada uma delas tem estruturas próprias de organização, articulação e negociação com o governo. A FASE São Paulo acompanha e presta assessoria aos mutirões da Zona Sul, através da sua articulação na **Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda Mútua e Autogestão** e, especificamente, do trabalho direto no mutirão da **Associação Pró-Moradia da Zona Sul**, mais conhecido pela denominação do terreno aonde está localizado como Mutirão do Colégio Adventista. Por isso, trataremos aqui do histórico e estrutura interna dos mutirões da Zona Sul e, mais detalhadamente, do Mutirão do Colégio Adventista, fazendo apenas algumas referências aos demais mutirões.

Histórico

Os mutirões surgem nos movimentos de favelas, cujas primeiras articulações começam em 1978, como reação contra o decreto do desfavelamento (nº 15086, de Olavo Setubal), e continuam na luta pela instalação de água e luz nas favelas, assim como pelo pagamento da taxa mínima destes dois serviços. A estrutura organizativa do movimento começa com a formação dos núcleos de favelas nas regiões de Grajaú e Campo Limpo (as duas grandes regiões que configuram a Zona Sul). Neste mesmo ano o movimento atinge uma articulação unificada a nível de São Paulo. Esta unidade acaba se dividindo frente ao governo e pelas diferentes orientações dos partidos políticos no interior do movimento.

No 2º semestre de 1981 são ocupados dois grandes terrenos: no Parque Europa (propriedade da Rádio e TV Record) e na Fazenda Itupu (do IAPAS). Estas duas ocupações são violentamente despejadas pela ação repressiva do Estado. Até este momento, as ocupações ocorrem de forma espontânea e pouco organizada, mas a partir das ocupações e despejos violentos, os movimentos de moradia passam a se articular, formando uma coordenação com representantes dos diversos bairros e discutindo a proposta dos mutirões

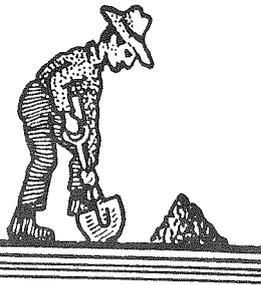
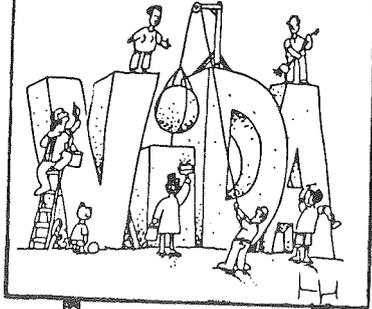
O movimento faz o levantamento de várias áreas e é feita a negociação para a compra dos terrenos do Parque Fernanda e do Instituto dos Adventistas (este último com uma área de 885.000m²). Mas a lentidão nas negociações e, em contrapartida, a crescente demanda da população provocam novas ocupações como a do Instituto Rural e no Grajaú.

Em agosto de 1983, as famílias que ocupam o terreno no Grajaú fazem um acampamento de protesto (09 dias) em frente a COHAB, reivindicando a imediata compra do terreno e a instalação de uma fábrica de blocos para a construção das casas do mutirão. Estas exigências são conquistadas e, depois da negociação do terreno dos adventistas, o movimento consegue que a Prefeitura assumira 50% do valor da terra. Neste ano de 1983 começam vários mutirões e, em agosto de 1984, é realizado o **1º Encontro de Movimentos de Moradia (por um cooperativismo de Ajuda-Mútua e Autogestão)**. Participam do encontro os movimentos do Parque Fernanda, Jardim Comercial, Vila Remo, Parque Santo Antônio, Grajaú, Jardim Macedônia, Recanto da Alegria e São Bernardo do Campo, além de representantes das Cooperativas Habitacionais do Uruguai. Este encontro tem como resolução uma proposta de alteração da Política Nacional de Habitação: prestações de no máximo 10% da renda familiar, com correções nos mesmos índices dos reajustes salariais, controle dos fundos de financiamento pelos movimentos e remuneração para os técnicos escolhidos pelos movimentos. É formada também a Coordenação permanente composta por 2 representantes de cada movimento. Em 1985, começa o mutirão do terreno do Adventista (620 casas agrupando 4 movimentos: Parque Regina, Parque Santo Antônio, Vila Remo e Jardim Comercial). Em dezembro do mesmo ano é realizado o **2º Encontro dos Movimentos**, ampliando o número de participantes e aprofundando a resolução do 1º Encontro, além do fortalecimento da estrutura organizativa da coordenação, detalhando as funções das 7 secretarias (ver quadro anexo).

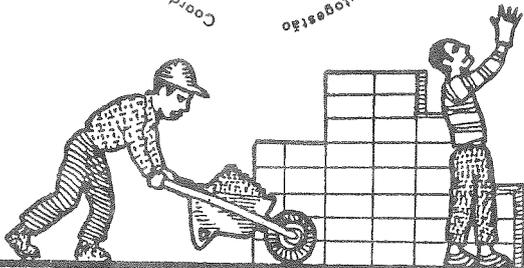
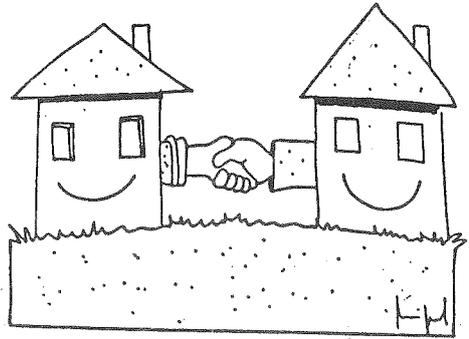
No dia 4 de abril de 1986, acontece um fato marcante para o movimento: o decreto do Prefeito Jânio Quadros proibindo os mutirões e entregando-os às empreiteiras. A Coordenação discute a necessidade de articular todos os mutirões do Município e faz contatos com os movimentos articulados da Zona Leste. É realizada uma passeata na Prefeitura (15/05/87) e o movimento impõe suas reivindicações: continuação dos mutirões, maior autonomia dos movimentos, escolha dos técnicos, implantação de um novo modelo de construção desenvolvido pela assessoria técnica do próprio movimento.

Atualmente estão sendo concluídos os dois primeiros protótipos deste modelo, no mutirão do Colégio Adventista, e serão implantados na construção da 2ª Etapa deste (372 casas) e em outros mutirões (a maior parte na Zona Sul e alguns na Zona Leste).

MUTIRÃO

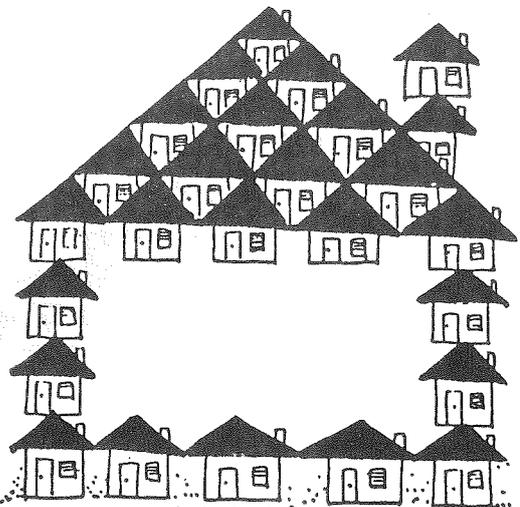


AJUDA MÚTUA



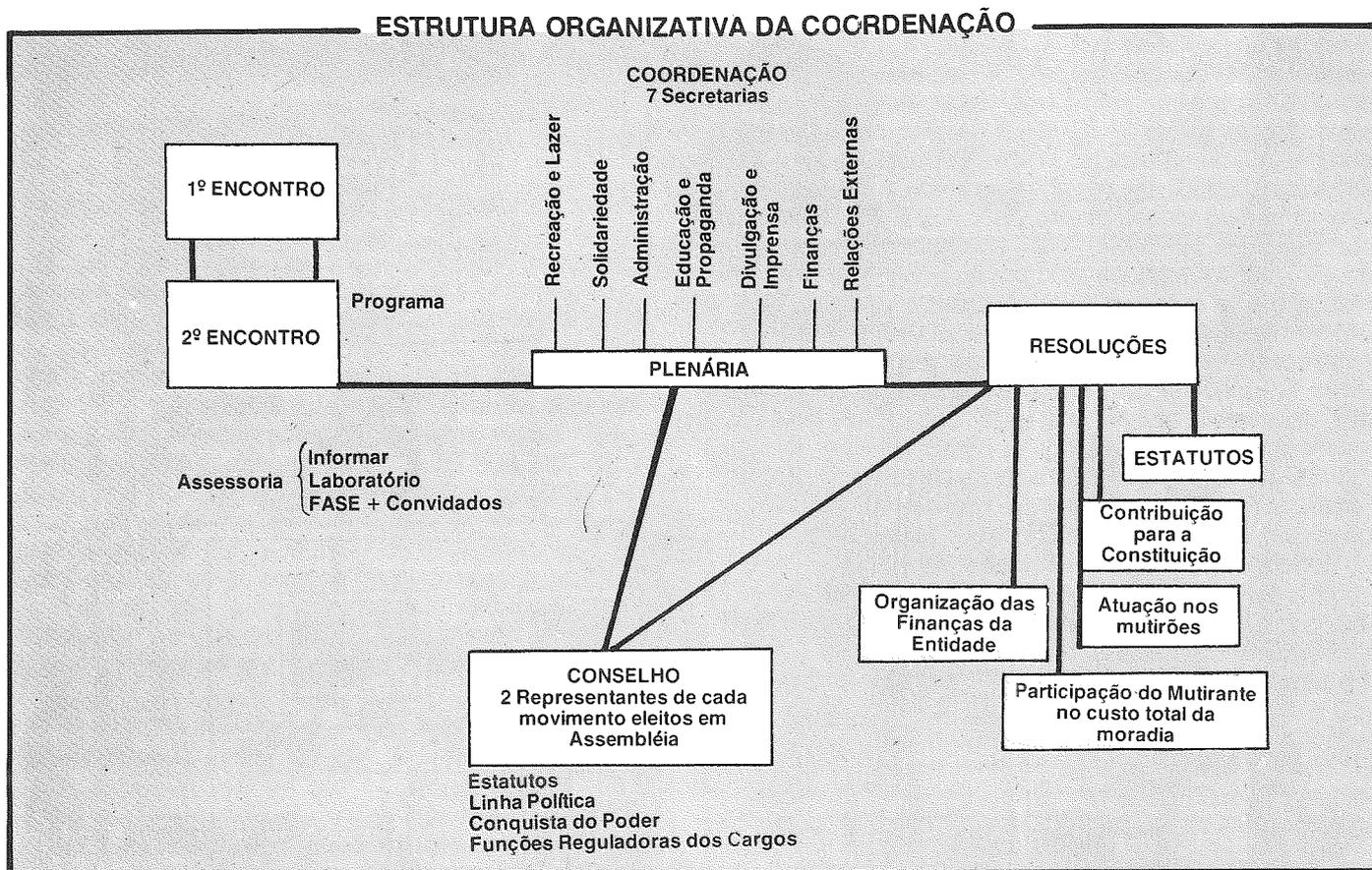
PROPRIEDADE COMUM

AUTO GESTÃO



Estrutura organizativa

A Coordenação dos movimentos e os mutirões que dela fazem parte têm, como fundamento de sua atuação, 4 princípios básicos: **autogestão, ajuda-mútua, solidariedade e propriedade comum.**



Tanto a estrutura interna dos mutirões assim como a da Coordenação são compostas por colegiados com representantes por grupos de trabalho.

A Associação Pró-Moradia da Zona Sul é composta por duas etapas: a 1ª Etapa (620 casas) configura, hoje, uma Associação representativa de 4 movimentos (Parque Santo Antônio, Vila Remo, Jardim Comercial e Parque Regina, que apesar de estar situado na mesma área só recentemente passou a fazer parte desta Associação). A 2ª Etapa deste mesmo mutirão (372 casas) faz parte da Associação, embora com total autonomia (mas com apoio) da 1ª. O processo da 2ª Etapa foi realizado da seguinte forma:

- a) Eleição do grupo dos 12 que discutem o regulamento da obra e o modelo de construção.
- b) O grupo dos 12 prepara o grupo dos 50. Estes são os monitores das 372 famílias e os responsáveis pela construção dos dois protótipos. A diretoria da Associação, tanto na 1ª quanto na 2ª Etapas, dobra-se no canteiro de obras em várias comissões: de Compras, Cozinhas Comunitárias, Coordenação de Obras, Apontadores de Almoxarifado,

de Finanças e de Negociação com o governo (ver quadro). A nível da Coordenação dos movimentos participam: 8 representantes da Associação: 6 da 1ª Etapa (2 por movimento) e 2 da 2ª Etapa.

Todo esse processo vem sendo amplamente discutido com os futuros mutirantes, o que torna possível uma efetiva democracia interna, além de propiciar as condições objetivas para um processo de formação de lideranças e não apenas de monitores para o desenvolvimento técnico da obra (particularmente durante o processo de escolha e capacitação dos monitores). **Faz-se, portanto, necessário que as lideranças dos mutirões e as suas assessorias tenham uma progressiva reflexão não apenas sobre a organicidade do movimento, mas também sobre as suas relações com o Estado e os demais movimentos, particularmente no que diz respeito às questões urbana e habitacional.**

Alberto Lopez Mejía

O movimento conta a sua luta

(Jornal Inter-Ajuda)

2

inter.ajuda

Março 1986

Histórico da Articulação dos Movimentos

Do 1º Encontro à Coordenação dos Movimentos de Moradia

Nos dias 11 e 12 de agosto de 1984, realizou-se no Instituto Paulo VI, o 1º Encontro dos Movimentos de Moradia — por cooperativismo, ajuda mútua e auto-gestão.

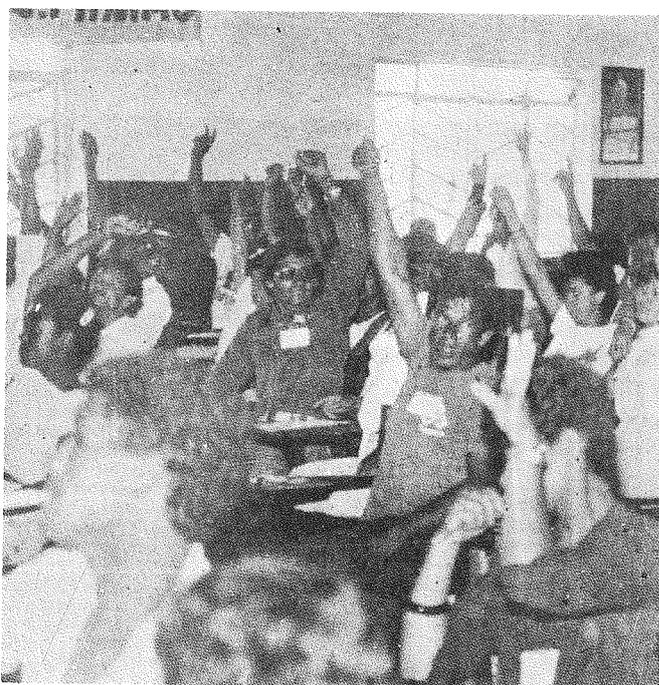
Este Encontro nasceu da necessidade sentida dos diversos grupos em estar trocando suas experiências de luta, e se articulando para o enfrentamento da questão da moradia.

Participaram do 1º Encontro representantes dos movimentos do Jardim Macedônia, Santa Margarida, Jardim Comercial, Vila Remo, Parque Santo Antônio, Grajaú, Recanto da Alegria, Associação de Construção Comunitária por Mutirão de São Bernardo do Campo, ainda, representantes das Cooperativas Habitacionais do Uruguai, várias Entidades e técnicos que acompanham os movimentos.

No primeiro dia do Encontro, foi relatado por cada movimento sua história de luta, formas de organização e objetivos.

No segundo dia, os quase cem participantes debateram em pequenos grupos temas como: Política Habitacional do Governo, formas de financiamento, organização do movimento, relação dos movimentos com o poder público, papel dos técnicos da comunidade etc. e se tirou várias propostas de luta: Alteração da política Nacional de Habitação, definição de 10% da renda familiar para valor da prestação, repasses de recursos financeiros para as associações, formação de associações comunitárias.

Deste Encontro, foi tirado, como proposta de unificar os movimentos, uma coordenação, composta de 2 representantes de cada movimento, que seria um grupo de trabalho, visando a articulação, e apoio técnico, financeiro, jurídico e político aos movimentos.



Miriam da Costa Santos

Durante o ano de 84 e 85, esta coordenação solicitou audiências com o Prefeito Mário Covas e Governo do Estado (que não foi atendido); divulgou as resoluções do Encontro para os partidos políticos, imprensa, CUT, CONCLAT, Comissão Justiça e Paz, cohab, SEHAB, Fabes, Secretaria Executiva de Habitação do Estado, e outras entidades. Realizou-se promoções para angariar fundos. Debate de formação política.

Neste período, enfrentamos também dificuldades, como por exemplo o fato da coordenação não ter funções específicas de cada elemento, o que prejudicou a execução dos trabalhos; outra dificuldade, foi a não participação de vários companheiros nas reuniões da coordenação, que impediu inclusive a nossa

visita às cooperativas do Uruguai.

Mas como resultado deste trabalho, vários movimentos criaram suas associações, houve um estímulo para o trabalho em mutirão e percebemos um crescimento na organização dos grupos, nos fazendo sentir a importância e necessidade de continuar esta articulação. Realizamos o 2º Encontro dos Movimentos nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 1985.

Este Encontro teve melhor participação dos representantes dos movimentos de moradia. Sentimos nossa missão cumprida pelo que fomos indicados e que a luta por moradia está crescendo com a consciência e criando novos Movimentos de Moradia.

II Encontro de Movimentos de Moradia

Os movimentos crescem e elegem diretoria

Realizou-se nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 1985 no Instituto Paulo VI, Taboão da Serra, o 2º Encontro dos Movimentos de Moradia por ajuda-mútua e auto-gestão.

Este 2º Encontro representou um grande avanço na luta pela habitação baseada nos princípios da ajuda-mútua e autogestão, pois a participação e envolvimento dos presentes foi muito mais intenso, possibilitando discutir aspectos concretos da maior importância aos movimentos e associações envolvidas no processo de construção por mutirão e administração da própria comunidade. Entre estes aspectos destacou-se a relação movimento/Estado, os problemas de organização do mutirão, a Política Habitacional e formação e efetivação da Coordenação. Participaram os movimentos do Grajaú, Vila Remo, Parque Santo Antônio, Jardim Comercial, Vila Comunitária, Recanto da Alegria, Jardim Industrial, Jardim Macedônia, Favela Copacabana, Associação de Compras Comunitárias de São Bernardo do Campo. Grande parte dos quais estão em fase de construção por mutirão ou em vias de iniciar a obra, fazendo com que a reflexão sobre este aspecto adquirisse uma grande importância no Encontro, polarizando a atenção dos participantes.

Na preparação e realização deste Encontro, as associações e movimentos participantes foram assessorados pelo IN.FORMAR Cultural e Educação Popular, Laboratório

de Habitação e a Fase também esteve presente.

Enquanto no 1º Encontro a questão de ajuda-mútua (mutirão) e auto-gestão era uma proposta ainda abstrata, agora estes temas aparecem com muito maior concretude face à própria experiência adquirida no desenvolvimento do trabalho. Foi questionado, por exemplo, o fato da obra ser inteiramente edificada com trabalho remunerado, pois o cansaço começa a desgastar os mutirantes, já explorados no emprego principal; julgou-se conveniente garantir trabalho remunerado (de preferência dos próprios mutirantes) somando-se ao trabalho voluntário sem comprometer a auto-gestão. Outra questão muito debatida foi a relação entre comissão, técnicos, mestres, monitores e mutirantes no dia a dia da obra, destacando-se a necessidade de se criar um clima de responsabilidade mútua que tornasse desnecessária qualquer tipo de hierarquia e de exercício de autoridades e poder na obra. Este talvez tenha sido um dos pontos altos do Encontro, quando expressou-se com clareza a opção pela auto-gestão com a rejeição de formas autoritárias de relação no trabalho a partir de um debate sobre a organização do mutirão autogerido pelos seus participantes. Outra resolução de grande importância foi a criação da Coordenação das Associações Comunitárias de Construção, que deve se institucionalizar a curto prazo, formulando um Estatuto, a ser aprovado em grande assembleia, que tenha co-

mo princípios a ajuda-mútua, auto-gestão, solidariedade e propriedade comum. Foi eleita no Encontro uma diretoria executiva provisória de 7 membros com funções específicas de Administração, Finanças, Solidariedade, Relações Externas, Divulgação e Imprensa, Educação e Propaganda, Recreação e Cultura e criado um Conselho formado por dois membros de cada Associação ou Movimento filiado à Coordenação, eleitos na sua base. Ficou estabelecido que a Coordenação desenvolverá esforços para atrair aos seus princípios outros movimentos e Associações de luta por moradia.

Sobre a Política Habitacional, além de se aprovar uma série de propostas que visam descentralizar o Poder Federal sobre a questão e estimular a criação de Associações de Construção Comunitária, resolveu-se articular com outros movimentos e entidades de trabalhadores e de carentes de habitação uma Plenária Popular de reformulação da Política Habitacional, visando influir nas modificações que o Governo promete fazer no BNH.

Apesar da intensidade das discussões, não faltou tempo para um forró, para animação e para música, enfim para integração entre os participantes que sem exceção saíram satisfeitos com os resultados alcançados, como ficou claro na avaliação realizada na primeira reunião da Coordenação anterior realizado no dia 9.12.85.

Coordenação começa a trabalhar

Reunida nos dia 26 de dezembro, a diretoria elaborou um plano de trabalho para cada uma das secretarias

Secretaria de Recreação e Lazer

Esta Secretaria tem por objetivo estimular e promover eventos culturais e recreativos, promovendo lazer à comunidade, e aos movimentos que integram uma visão ampla de nossos direitos.

Secretaria de Solidariedade

Esta Secretaria tem por objetivo por em prática a solidariedade entre os mutirões. Cada movimento trabalhar um dia no mutirão de outro movimento

Secretaria de Administração

Esta Secretaria tem por objetivo juntar-se aos outros membros da Coordenação e fazer efetivar-se na

prática, as propostas políticas tiradas nestes dois Encontros e na reunião desta Coordenação.

Secretaria de Educação e Propaganda

Esta Secretaria tem a seguinte função: Criar alternativas para conscientizar as pessoas dos movimentos, através de debates, slides, trocas de experiências com outros movimentos que lutam por moradia.

Secretaria de Divulgação e Imprensa

Esta Secretaria tem como função divulgar tudo que os movimentos estão reivindicando e como cada um se organiza a fim de que as

experiências sirvam para o crescimento da nossa luta.

Secretaria de Finanças

A função desta Secretaria é procurar recursos a fim de arrecadar fundos para organizar e solucionar os problemas financeiros da Coordenação.

Secretaria de Relações Externas

A função da Secretaria de Relações Externas é manter contato com órgão do Estado, Município Entidades Sociais, Entidades de Classes e outros órgãos. Trazendo para a Coordenação dos Movimentos tudo que a Coordenação precisa para o bom andamento dos trabalhos assumido pelo conjunto dos movimentos.

AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DE LUTA

Obter do Estado recursos para as associações, visando remunerar monitores, mestres de obra, técnicos e mão de obra.

Ampliar a democracia de trabalho coletivo e solidário no mutirão, procurando:

Romper com todas as relações de hierarquia dos técnicos, mestres, monitores e comissão.

Alterar a relação comissão-mutirantes, de modo que a comissão incentive e motive o trabalho comunitário no mutirão, e deixe de simplesmente fiscalizar e cobrar das famílias o trabalho.

Preparar os monitores de obras para o exercício de uma relação de trabalho não autoritária, que reproduz o existente nas empresas, através de cursos de formação de lideranças.

Melhorar a relação entre homens e mulheres no mutirão, procurando eliminar o machismo e preparando as mulheres para o trabalho de construção civil.

Discutir internamente os problemas relativos ao cumprimento da carga horária mínima de trabalho, procurando formas de sanar estes problemas, garantindo a participação de todos.

Aumentar a solidariedade entre os movimentos, procurando:

trocar as experiências entre os mutirões.

estimular os mutirões mais organizados, a passar sua experiência aos demais.

Garantir a autonomia do mutirão frente aos órgãos públicos.

Ampliar a assessoria técnica autônoma aos mutirões, procurando garantir recursos para as associações e visando reforçar a autonomia do movimento.

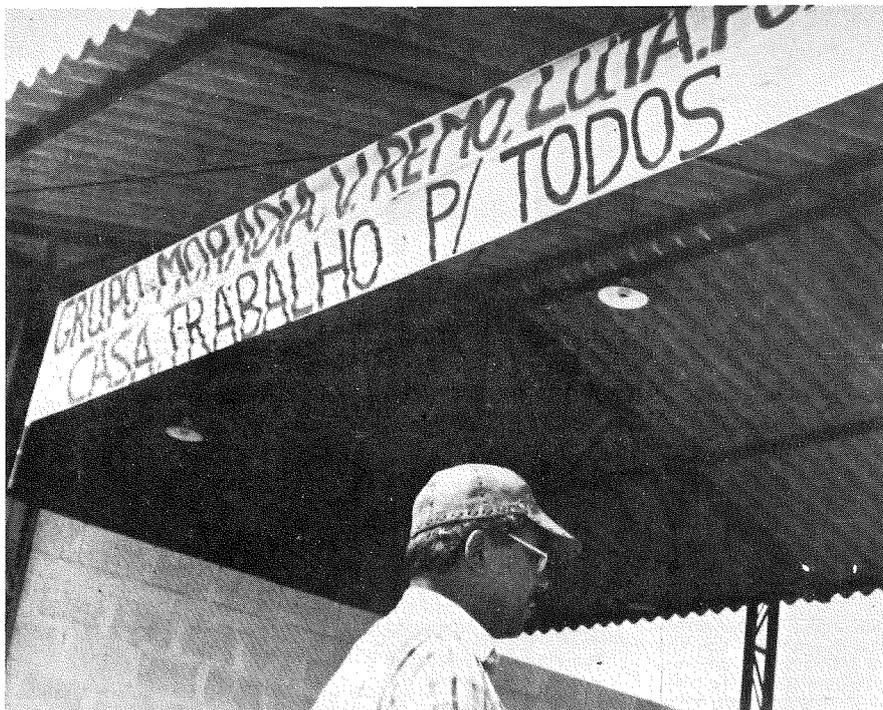
Os movimentos e associações devem se relacionar com o Estado, visando obter recursos, mas mantendo sua autonomia e rejeitando a cooptação e privilégios individuais.

Os recursos obtidos junto ao Estado devem ser utilizados pela Associação, para o desenvolvimento de seus projetos, de acordo com os objetivos definidos pelo grupo nas suas instâncias democráticas de deliberação (comissões, diretoria, assembleia).



Murilo da Costa Santos

Construindo o movimento



Olimpio: uma liderança reconhecida

Entrevista com lideranças dos mutirantes

No dia 21/03/87 foi realizada uma entrevista no mutirão do Colégio Adventista da qual participaram: Olímpio da Silva Matos, do Movimento de Vila Remo; Modesto Azevedo, da 2ª Etapa do Colégio Adventista e Vando Elidio, do Parque Santo Antônio. Pela FASE participaram Alberto Lopez Meija (da FASE São Paulo) e Haroldo Abreu (FASE Nacional). A seguir um resumo desta entrevista:

Olimpio:

Podemos dizer que o marco mais importante na história dos mutirões é a invasão de Itupu (setembro 81, no terreno do IAPAS). Esta história começa com a ocupação de áreas públicas na Administração de Olavo Setubal. Na invasão de Itupu o movimento sentou para discutir coisas concretas (na época havia muita repressão). Nessa época, a única instituição que apoiava as lutas do povo era a Igreja e, a partir da invasão, entraram partidos políticos

no meio para tirar proveito. Antes da invasão, as favelas estavam bastante organizadas – existia o núcleo de Interlagos (28 favelas) – e tinham as suas propostas bastante definidas.

Até 1979 e 1980 as favelas tinham articulação a nível de São Paulo. Oito dias após a posse de Reinaldo de Barros houve uma assembleia com mais de 2.500 famílias. O que mais atrapalhou esta organização foi a entrada de certos políticos. Com a invasão de Itupu sendo reprimida e não dando certo, os políticos caíram fora.

Modesto:

Além de Interlagos existiam vários grupos articulando para conseguir a terra, em vários setores, aqui em Capão Redondo. Por isso, em Itupu, **estes grupos engrossaram as ocupações em solidariedade e foi um momento de encontro de vários movimentos e de conhecer companheiros (o sectarismo aca-**

bou tomando conta do movimento e hoje esse movimento não existe mais).

Olimpio:

Em 1978/1980 foi feito o levantamento e participavam 64 núcleos de favelas de diferentes regiões (com reuniões às 4ªs feiras). De 1984 para cá acabou essa articulação. A Fazenda Itupu tinha 78 alqueires de terra e virou manchete de jornal. Depois da invasão, a gente continuou discutindo propostas: o povo pensando e pesquisando o que é que tinha na COHAB⁽¹⁾, quais os programas do governo municipal, estadual e federal, percebemos que nenhum desses governos tinha propostas para as classes mais carentes e sim para a classe média, daí para cima, e mesmo assim tinha que entrar na fila. E foi assim que a gente começou a discutir concretamente propostas e, no dia 19 de outubro de 1982, nós levamos as nossas propostas na Prefeitura (alugamos 17

(1) COHAB: Cooperativa Habitacional vinculada ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

ônibus). Nesse dia houve repressão e tumulto, chegando a se quebrar vidros da Prefeitura e, além de alguns militantes, um repórter foi agredido e isso ajudou a divulgação através da imprensa do nosso documento.

Alberto:

A partir de Itupu existe uma alteração na estratégia desse movimento: do processo anterior de ocupações, o movimento passa a negociar com o governo desapropriações de terra (total ou parcialmente subsidiadas) e, a partir daí, a construção de moradia no sistema de mutirão, trazendo algumas conquistas como a urbanização racional do espaço, com equipamentos coletivos e (luz, água etc.). A alteração desta estratégia foi algo pensado conscientemente ou surgiu espontaneamente pela própria história?

Olímpio:

Aconteceu espontaneamente pela própria história, pela necessidade de mudanças. **As favelas eram ocupadas de forma desorganizada, não tinham condições de ter infra-estrutura urbanizada. Nesse sentido os mutirões avançaram, mas hoje tem o perigo das prestações: a proposta do movimento é até 10% do salário mínimo; se isto não for conquistado vai ser uma nova escravidão, porque o povo não vai ter condições de pagar mais e aí o que pode acontecer é virar um grande cortiço com várias famílias se amontoando numa mesma casa. A mesma coisa é a reivindicação pela taxa mínima de água e luz.**

A conquista de moradia com melhor qualidade não significa que ao mesmo tempo o povo tenha conseguido melhores salários.

A impressão que o movimento tem do governo é que este só está interessado em arrecadar mais dinheiro às custas do povo que continua na miséria.

Haroldo:

Como surgiram as articulações, como foram formados os núcleos nas favelas até chegar em Itupu, que marca a passagem de ocupações de

terra espontâneas para ocupações organizadas. Como é que se deu esse processo no seu interior?

Olímpio:

Essa organização de base começou na época em que Olavo Setubal era prefeito e que lançou um decreto (nº 15086) **para tirar o povo das favelas** (igual ao decreto do Jânio) e **despejá-los de áreas públicas**. A partir dessa proibição, o povo começou a lutar para que fossem ligadas a água e a luz. Para conseguir isso era preciso que todos os movimentos de favelas se juntassem. Começaram a ser feitos contatos nas diferentes favelas e, como a necessidade era comum, as pessoas participaram das reuniões de articulação. Neste processo, se articulou o setor de Interlagos, o pessoal da Vila Nova Cachoeirinha e outras, até chegar a nível de São Paulo, e conseguimos a ligação da água e luz nas favelas. Até este momento não existia interferência de políticos e ainda não se constituía enquanto federação ou algo semelhante.

Em 1979 na administração Reinaldo de Barros foi criado o FUNDAPS que é uma verba emprestada pelo governo para compra de terra e é paga sem juros nem correção monetária.

Modesto:

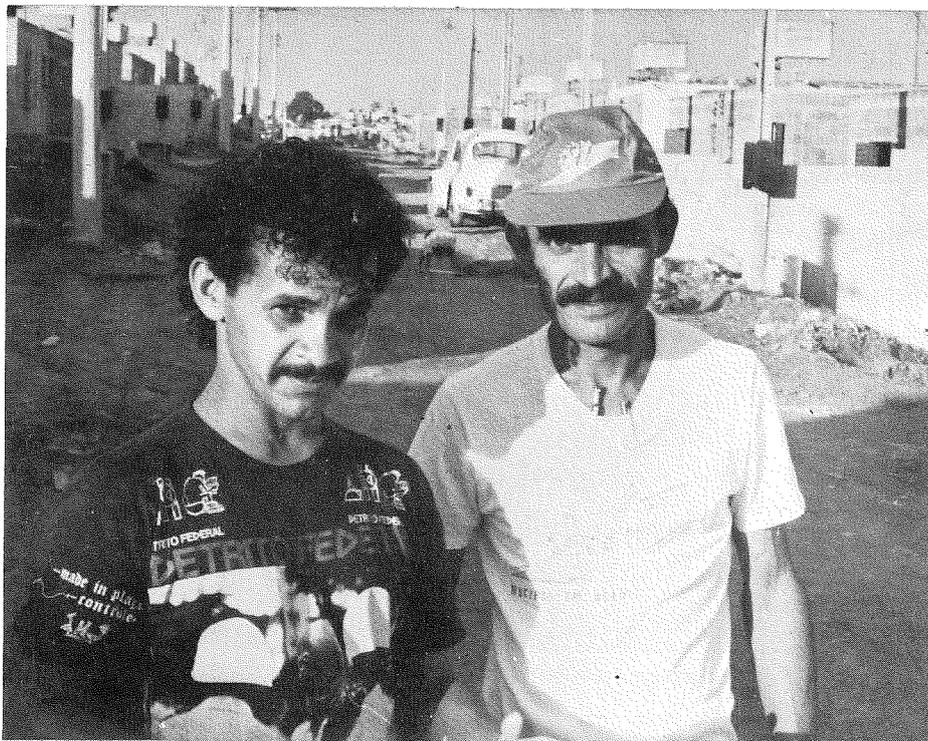
Na questão da mudança da estratégia, também aconteceu o seguinte: ao mesmo tempo que teve a invasão de Itupu, aconteceram outras invasões nas regiões Sul e Leste, era o início do Governo Montoro; **então eles deram atenção e começaram as desapropriações de áreas invadidas (Parque Regina, Vila 1º de Outubro) para abafar as tensões.**

Olímpio:

Não houve, portanto, uma iniciativa do governo nas desapropriações (atendidas pelo governo) e, mesmo assim, **essa terra foi comprada cara fazendo um certo jogo com os especuladores privados (a diferença de preço entre o que o povo vai pagar e o preço que foi pago vai para o fundo perdido do governo, dando prejuízo aos cofres públicos e beneficiando interesses privados).**

Haroldo:

Itupu foi um momento em que os movimentos tiveram um enfrentamento com o governo e **"foram para o pau"**. O momento seguinte foi o da negociação. Como isto influenciou dentro dos movimentos na sua organização?



Modesto e Vando no mutirão do Colégio Adventista.

Olímpio:

Foi uma mudança tática e de qualidade porque nas ocupações de favela o povo acabava morando mal. Fazendo as casas (barracos) do jeito que podia, além de ter os oportunistas que ocupavam lotes e depois vendiam. Depois de algum tempo você voltava naquele local e tinha outras pessoas morando que não tinham participado da luta. **Nos mutirões, além de ter casas com melhor qualidade, existe o cuidado de preservar o conjunto de pessoas que participaram do processo de luta.**

Vando:

Na época da ocupação de Itupu e do terreno da Rádio Record (onde houve muita repressão), foi que o governo começou a criar os projetos Pró-Morar e dessa forma tentaram desviar as propostas dos movimentos mais organizados.

Haroldo:

O espaço aberto no Governo Montoro para negociar existia nos governos anteriores? Por exemplo, na época do Maluf?

Olímpio:

Esse espaço para negociação na verdade foi aberto na época do Reinaldo de Barros. Quando o Montoro entrou, já se estava na etapa da negociação. Em 1983 a organização do movimento estava no auge, em 1984 a discussão foi mais técnica, tanto que os movimentos precisaram promover o I Encontro... para se organizar.

Haroldo:

Então você não vê diferenças entre o governo Montoro/Covas e os anteriores?

Olímpio:

Não existe grande diferença entre os diferentes governos na sua relação com os movimentos. Por exemplo: na Prefeitura do Mário Covas ele falava em participação e não recebia o povo (quem terminava recebendo era a polícia) e hoje, na Prefeitura do Jânio Quadros, ele até criou sua própria polícia (Guarda Metropolitana) para evitar interferência do governo estadual. O governo Montoro não realizou nenhuma obra

de creches, escolas e casas populares que fosse apenas iniciativa ou programa do governo; **todas essas realizações foram conquistas dos movimentos.**

Modesto:

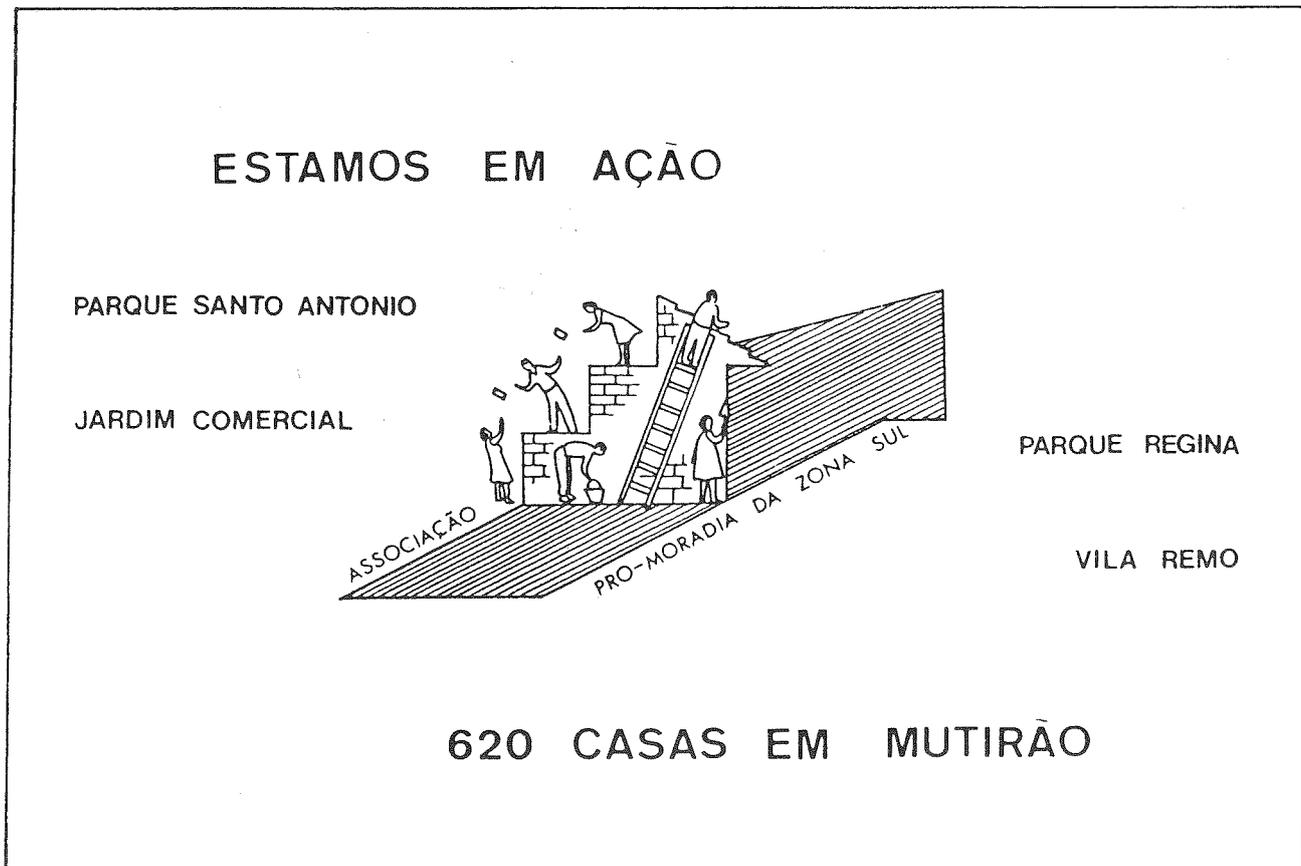
Na administração Mário Covas, você podia até participar, decidir não! A discussão partia deles. As conquistas dos movimentos foram com muita luta. A gente ia nas reuniões com a COHAB, mas eles já vinham com propostas feitas e decisões já tomadas e não abriam mão disso.

Haroldo:

O governo Montoro teve, então, apenas uma certa iniciativa em responder às reivindicações para a realização dos mutirões...

Modesto:

Na verdade, já existia um tipo de mutirão por iniciativa do governo que eram os mutirões para limpeza de córregos e saneamento em geral. A prefeitura entrava com as máquinas e o pessoal da favela com a mão-de-obra em mutirão (não era



remunerado). A adesão era mínima porque o movimento questionava: "é função nossa limpar córrego?" E não funcionou, acabando logo depois. **As propostas com iniciativa do governo são impostas, vêm de cima para baixo; é diferente das propostas dos movimentos que surgem nas bases.**

Haroldo:

Quantos mutirões semelhantes a este aqui existem na Zona Sul?

Olímpio:

Tem o do Recanto, tem o do Grajaú, do Parque Fernanda, vai começar o do Macedônia junto com Vila Remo e o do IV Centenário, também no Grajaú.

Modesto:

Tem também o do Pontal do Paranapanema, tinha outro no Valo Velho, o Santa Maria e o Parque Santo Antônio, estes 3 organizados pela Prefeitura através da venda dos FUNAPS.

Haroldo:

Quantos movimentos de mutirão existem a partir de iniciativas populares?

Modesto:

Na passeata até a prefeitura, em maio de 1986, tinha 20 movimentos, sendo 2 de São Bernardo. Além dos que foram citados na Zona Sul, os restantes são da Zona Norte e Leste.

Olímpio:

Não houve até agora nenhum mutirão que tivesse começado na gestão do Jânio Quadros e sim a continuidade de mutirões que já estavam em andamento. Compra de novas terras ele autorizou, mas ainda não foram efetuadas.

Alberto:

Entre a invasão de Itupu e o I Encontro, existe um fato importante que é a inserção de assessoria técnica de arquitetos, nessa época trabalhando de forma voluntária. Como foi isso?

Olímpio:

Quando o movimento começou a elaborar propostas concretas, nos articulamos com muita gente: advogados, arquitetos, engenheiros e mesmo pessoas ligadas ao governo, que ajudaram a descobrir o que ele tinha e o que é que não tinha. Nesse grupo tinha um núcleo (Laboratório de Habitação) ligado à Faculdade de Belas Artes e foram eles que deram o apoio técnico ao Recanto da Alegria. Através deles foram aparecendo outros arquitetos que iam aderindo ao movimento.

Haroldo:

Que apoio externo o movimento vem obtendo desde o início?

Olímpio:

A Igreja, a FASE, Informar e técnicos de algumas Faculdades (a partir de iniciativa pessoal e não da Faculdade). No I Encontro enviamos convites a entidades sindicais e à OAB⁽²⁾, além de partidos políticos, mas eles não compareceram. **No caso dos partidos, o que a gente percebeu é que eles não têm estrutura para atender às necessidades dos movimentos.** O que acontece, na prática, são alguns po-

líticos que favorecem seus currais eleitorais, mas a nível de partido não aconteceu nada. Nos debates na Câmara Municipal, que antecederam a passeata na prefeitura no ano passado, as comissões de habitação dos partidos foram convocadas e não compareceram. **Só apareceram alguns políticos, pegos na hora, e que só fizeram discursos sem propostas. Apesar de militantes dos movimentos serem filiados aos partidos (no nosso caso ao PT), o trabalho não é feito em nome do partido.**

Modesto:

O papel do partido político é absorver as propostas que são dos movimentos, que surgem das bases, de baixo para cima. A função do partido seria politizar essas propostas e difundí-las no parlamento, nos movimentos e na sociedade.

Vando:

Alguns parlamentares fazem a ponte entre poder público e movimentos, porque às vezes a gente tem problemas com algumas instâncias do governo, como o Prefeito, e outras exigem a presença de parlamentares como interlocutores. **Os**



O trabalho das mulheres tem tido uma produtividade crescente em todos os mutirões.

(2) Ordem dos Advogados do Brasil

movimentos, tendo que usar parlamentares como interlocutores com o governo, depois são cobrados nas campanhas eleitorais, exigindo que votemos neles. O que deveria acontecer era o partido ter seu programa e participar enquanto conjunto, evitando essa imagem de favores individuais.

Olímpio:

Se quisermos mudanças concretas na sociedade é necessária a organização e conscientização do povo nas bases. Não adianta a cúpula de um partido querer mudar as coisas sozinho, porque se cair não vai ter respaldo popular.

Alberto:

Como aconteceu o I Encontro?

Vando:

Começou a ser organizado numa reunião na Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte, onde estavam presentes os movimentos da Zona Sul e alguns da Zona Leste e Norte, além de São Bernardo. No encontro só acabaram participando 9 movimentos (8 da Zona Sul e 1 de São Bernardo).

Alberto:

A intenção do I Encontro não era formar uma federação? Qual era o objetivo?

Vando:

Era unir os movimentos para ter mais força frente aos órgãos públicos. A partir do Encontro os mo-



O mutirão em luta pelos direitos coletivos

vimentos passaram a ter um contato permanente e a se respeitar mais.

Haroldo:

Quais as resoluções tiradas nesse I Encontro? (11 e 12 de agosto de 1984).

Modesto:

Procuramos aprofundar a questão da política habitacional e foi aprovado o seguinte:

- Prestações: pagamento de até 10% do salário mínimo.
- Formação de uma coordenação permanente (existe até hoje), para discutir os problemas e encaminhamentos das propostas perante os órgãos públicos e levar uma luta em conjunto.

Entre 1978, quando começou a articulação, e 1984, quando se formou a coordenação, a bandeira geral era a posse da terra, só que cada grupo tinha uma proposta diferente. Por isso os movimentos não se unificaram de forma permanente e sim eventualmente nas manifestações. Existia maior articulação na medida que a luta específica fosse comum como, por exemplo, a luta pela água e a luz. A última luta que juntou todos os mutirões, além da coordenação, foi na passeata até a prefeitura, quando o Jânio fez o decreto cancelando os mutirões. Após conquistar a revogação do decreto, o pessoal da Zona Leste não quis manter a articulação permanente proposta pela coordenação da Zona Sul.

Alberto:

A estrutura da coordenação foi resultado de 2 encontros. Como se deu isso?

Modesto:

No II Encontro (dez/85) foram tiradas as resoluções (solidariedade, propriedade comum, ajuda mútua e autogestão) e a estrutura da coordenação foi formada. Os 4 princípios básicos resultaram no seguinte: a coordenação é um colegiado com um representante e dois conselheiros de cada movimento (indicados pelos próprios movimentos); além da coordenação existem 7 secretarias também compostas pelos representantes dos movimentos, com os mesmos princípios básicos:



O trabalho solidário das mutirantes

- **Solidariedade;**
- **Propriedade Comum:** é mais fácil o governo desapropriar uma pessoa do que uma comunidade;
- **Ajuda Mútua;**
- **Autogestão:** a própria população passa a gerir seus recursos e a administrá-los.

No II Encontro, todos os movimentos que participaram já estavam com mutirões em andamento, então foi discutido em profundidade o sistema de obra, os monitores etc.

Alberto:

Geralmente as diretorias de movimentos e mesmo federações têm uma estrutura hierárquica baseada num sistema presidencialista. Nesta coordenação isso não existe. Por quê?

Modesto:

Nós pensamos nisso: **Na ordenação não existe uma hierarquia. Existe uma organização que, em conjunto, vai levar as propostas; um colegiado que esteja de acordo com os princípios básicos para ter uma relação mais integrada às bases dos movimentos.**

Alberto:

No dia 04 de abril de 1986, o Jânio decretou o cancelamento dos mutirões tentando entregar estas obras às empreiteiras. O movimento articulado na Zona Sul fez contatos com os outros mutirões de São Paulo (Zona Leste, Norte), fizeram a passeata unificada que, além desta conquista, a revogação do decreto, tiveram outras que representaram um avanço nos movimentos. Quais foram as conquistas?

Modesto:

Nessa negociação com o Jânio, uma reivindicação do movimento era maior autonomia na escolha pelo movimento da equipe técnica⁽³⁾ e autogestão financeira na compra dos materiais. O que o Jânio colocou foi o seguinte: **“desde que o movimento apresente o seu pro-**

jeto e a sua equipe técnica, tudo bem.” O mais importante é que **quando esta negociação foi feita, nós já tínhamos um projeto elaborado pela nossa equipe técnica (ainda não reconhecida) e este projeto representava um novo modelo tecnológico de construção para mutirões, onde a qualidade da casa é melhor e mais barata.** Foi acertado com o Jânio o seguinte: seriam construídos 2 protótipos desse novo modelo no mutirão do terreno do Colégio Adventista e os recursos seriam administrados pelo movimento. Em relação aos técnicos, que até esse momento atuavam de forma voluntária, o movimento defendia a contratação – desse jeito a relação técnico/movimento passaria a ser uma relação profissional, **eliminando o confronto anterior com os técnicos do governo.** Além disso, os projetos discutidos em conjunto seriam reconhecidos.

Outra conquista, foi o fato de que a COHAB oferecia um terreno de 75m² e um embrião de 18m². Nós reivindicamos 125m² de terreno com o aumento da construção. **O que ficou acertado foi o terreno de 100m² e 33/34m² de construção (2 tipos de casas).** Era a possibilidade de ampliação vertical e horizontal (o pessoal de determinados partidos de esquerda defendia a proposta do Estado). Esta conquista não foi no ano passado e sim no início do mutirão quando estava sendo discutido o projeto (no Colégio Adventista).

Alberto:

Outro avanço, no sistema de mutirão, é a diferença entre a urbanização caótica de uma favela e a urbanização racional adotada. A diferença fundamental está no compromisso do governo em instalar equipamentos coletivos: saneamento básico, ruas, escolas, creches e postos de saúde.

Vando:

Essa conquista de infraestrutura, mesmo estando assegurada no contrato, não está sendo atendida como nós queremos. A nossa proposta era de que a infraestrutura de equipamentos coletivos fosse feita antes do início da obra, o que não aconteceu. Hoje a 1ª etapa do mutirão está praticamente concluída e os equipamentos apenas estão começando a ser instalados.

Haroldo:

Essa questão da posição de certos partidos de esquerda de afirmar dentro dos movimentos uma proposta comum e na hora de negociar com o governo **“virar a mesa”**, era um problema somente aqui em Campo Limpo ou era em São Paulo em geral?

Modesto:

Era de São Paulo em geral, porque era política do PC do B não entrar em confronto com o governo do PMDB e sim cooptar os movimentos. Prova disso é que antes do Governo Montoro eles tinham lideranças e movimentos que partiram **“para o pau”**. A partir da posse do



Colégio Adventista, durante a construção da 1ª etapa.

(3) Arquitetos, engenheiros etc.

Montoro, essas lideranças foram cooptadas através de cargos públicos onde o governo fornecia escritório, telefone e toda uma infra-estrutura. A negociação para implantação dos mutirões era feita a partir dos terrenos a serem instalados, por exemplo: aqui no terreno do Colégio Adventista participaram 4 movimentos de 4 bairros: Parque Santo Antônio, Vila Remo e Jardim Comercial e o conflito citado com o PC do B era com o Parque Regina⁽⁴⁾. O único momento em que houve negociação do conjunto dos mutirões de São Paulo, foi no enfrentamento com o Jânio em maio/1986. Atualmente fazemos negociações em conjunto com os mutirões da Zona Sul (Região Administrativa Campo Limpo e Grajaú) que integram a Coordenação.

Alberto:

Em termos da articulação dos movimentos da Zona Sul com a Zona Leste para negociar de forma unificada com o governo só aconteceu na hora do decreto de cancelamento dos mutirões. Apesar da Zona Sul insistir para a Zona Leste continuar negociando junto, após a revogação do decreto a Zona Leste preferiu continuar negociando separadamente. Por quê?

Olímpio:

As propostas de cada grupo são resultado do tipo de trabalho que cada um tem. A questão é a seguinte: **se um grupo quer somente a casa para morar e não pensa no saldo organizativo e nas outras questões, fica mais fácil de ser atrelado, porque não assume a proposta de uma mudança mais profunda da sociedade. Acho que na Zona Leste falta discussão interna nos grupos.**

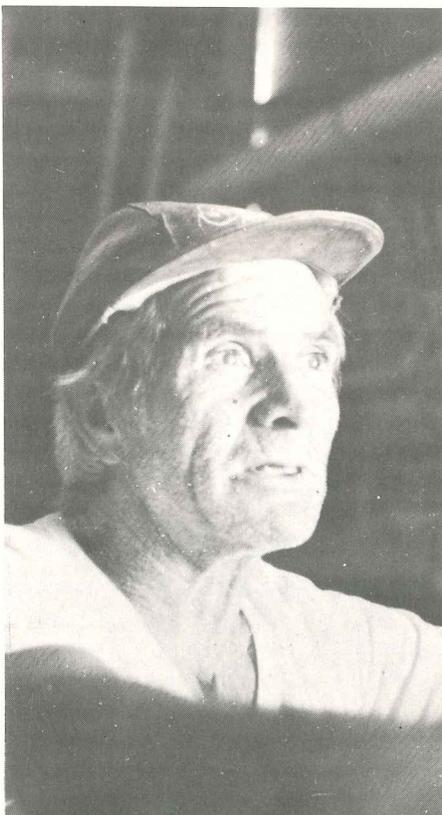
Modesto:

As propostas que a Zona Sul tem é de uma independência, inclusive dos partidos políticos, e de não cooptação do movimento. O que o pessoal da Leste tem é outro tipo de relação com o Estado; com eles esta relação se dá de forma normal e natu-

ral. Eles acatam as propostas da assessoria técnica do governo, enquanto que a gente manteve um conflito permanente entre as nossas propostas técnicas e as do governo. **Na verdade a Zona Leste não tinha propostas alternativas e, assim, o único jeito é você aceitar o que o governo oferece. A diferença básica entre Zona Sul e Leste está portanto no conceito de autonomia do movimento.** Um exemplo disso é o seguinte: na Zona Leste as comissões de negociação são os assessores e na Zona Sul são os próprios mutirantes. Na Leste quem dá a direção é a COHAB.

Olímpio:

Na reunião de Vila Nova Cachoeirinha (onde já tinha um mutirão encaminhado) que deu início à articulação do I Encontro, as propostas começaram a ser elaboradas a partir de um filme sobre as cooperativas de moradia no Uruguai. Estas propostas foram inclusive aplicadas nesse mutirão de Nova Cachoeirinha, enquanto existia a assessoria do Guilherme (arquiteto). Quando ele morreu num acidente, as pressões foram tantas que essas propostas acabaram.



A experiência: fundamental para os mais jovens.

Modesto:

Um saldo positivo que a gente percebe hoje no caminho dos mutirões é o seguinte: **aqui no Adventista, na 1ª Etapa, era necessário ter cartão de ponto para o mutirante trabalhar, hoje, na 2ª Etapa, isso não é mais necessário.** Ainda tem muito o que melhorar.

Olímpio:

Queria falar alguma coisa sobre assessoria: o pessoal do Belas Artes tinha o laboratório de habitação que dava assessoria aos movimentos. A coisa foi crescendo e a Faculdade fechou esse núcleo de assessoria. O pessoal que trabalhava continuou dando uma assessoria de forma individual e voluntária. Essa assessoria se reorganizou e hoje é o pessoal da UNICAMP. **A minha proposta é que deveria ter um grupo de assessoria do movimento não ligado a uma faculdade, que, se amanhã muda o reitor, pode ser fechado, como já aconteceu na Belas Artes. A mesma coisa se fosse ligado a órgãos públicos, porque aí o técnico, mesmo estando engajado no movimento, tem os limites do governo; se ele passar dos limites a favor do povo é mandado embora. Esta assessoria do movimento deveria ser remunerada e não voluntária, porque, se não for assim, o movimento não pode cobrar do assessor estar presente o tempo todo.**

Modesto:

Agora que o 1º protótipo com o novo modelo de construção (com tecnologia da UNICAMP) foi concluído, fizemos uma 1ª avaliação e houve algumas críticas. Estamos pensando em "sentar" os instrutores, a equipe técnica e os mutirantes e discutir as seguintes questões: uma universidade tem certos equipamentos de infra-estrutura que a população não tem; outra questão é se a UNICAMP está aberta a receber críticas do movimento, se está disposta a fazer alterações para melhorar o projeto.

Haroldo:

Como é a organização interna do mutirão, o processo de conscientização etc.?

(4) Hoje o movimento do Parque Regina já está integrado à Associação do Colégio Adventista.

Alberto:

E qual a relação do mutirão com os bairros ao redor?

Vando:

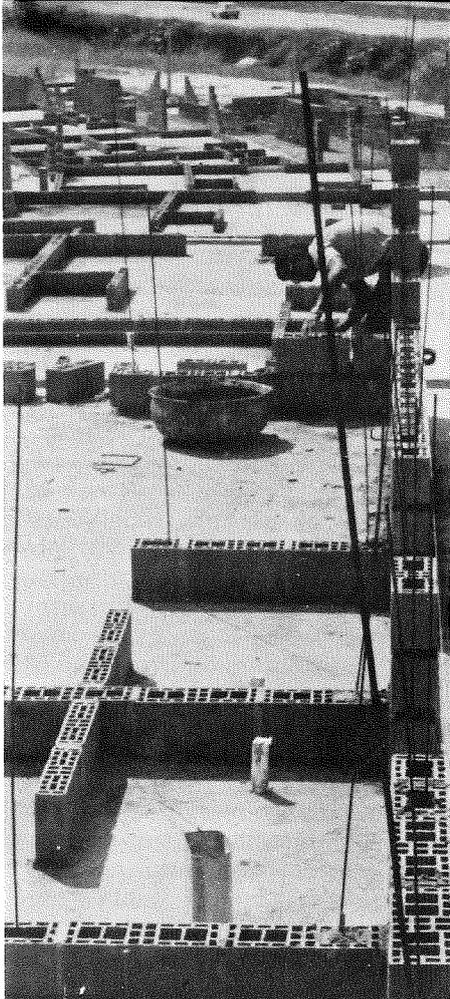
A gente procura se comunicar com a vizinhança, mostrar o nosso trabalho, inclusive para evitar sermos marginalizados e vistos como meros invasores de uma terra. **O mutirão não é só construir e morar dentro de uma casa, é se manter dentro de um bairro em melhores condições de vida e liberdade.**

Modesto:

A proposta de mutirão não pode ser uma ilha, tem que atingir a sociedade como um todo. Exemplo disso: a gente vê que a escola que vai atender as crianças do mutirão irá atender também as crianças dos bairros vizinhos. **Na luta pela instalação dos equipamentos coletivos pretendemos envolver estes bairros, que afinal têm as mesmas carências e ainda não estão organizados.** Um exemplo concreto são as comissões de trabalho que estão sendo formadas no mutirão, como é o caso da Comissão de Creches. Vai ser feita uma pesquisa no mutirão e outra nos bairros vizinhos para fazer um levantamento, para ver quantas crianças têm idade etc. Aqui nesta região não existe nenhuma creche.

Vando:

Em relação à estrutura interna do mutirão, **temos como 1º princípio manter informado o conjunto dos mutirantes de tudo o que acontece e do que está sendo encaminhado perante os órgãos públicos.** Antes tinha assembleias quinzenais, hoje só é convocada a assembleia quando existe algum problema ou encaminhamento urgente a ser discutido. Tudo o que é feito no mutirão tem que ter aprovação da assembleia. Como tem 4 movimentos, dos quais 3 estão integrados na associação⁽⁵⁾, as assembleias são feitas por movimento. Isto aconteceu porque os movimentos



Início do mutirão no Colégio Adventista

iniciaram a construção em épocas diferentes. Depois de formada a associação, temos realizado assembleias gerais. Hoje, além dos 3 movimentos – Vila Remo, Jardim Comercial e Parque Santo Antônio – está integrado à associação o pessoal da 2ª Etapa.

Quando foi discutido o projeto, a planta geral da obra dividiu os 4 movimentos da 1ª Etapa em 4 setores. Mas, como cada movimento vinha de um bairro e tinha suas lideranças, que passaram a coordenar na obra os seus movimentos, manteve-se o vínculo de confiança que já tinha de todos na luta anterior. De qualquer forma, já aconteceu da coordenação de um movimento substituir a de outro, que não pôde comparecer naquele dia, e funcionou bem. A nossa proposta, enquanto coordenadores, não é ser autoritário e sim orientar, corrigir os erros da obra e distribuir as tarefas.

Alberto:

Qual a evolução da 1ª para a 2ª Etapa?

Modesto:

Houve evolução. Por exemplo: na 2ª Etapa a idéia é que em vez de ter um coordenador, todos devem ser coordenadores, isto porque houve todo um período de preparação onde todos têm um conhecimento técnico da obra e uns não dependem dos outros, tendo responsabilidades por igual – **quando o povo não está preparado tende a criar uma relação de dependência, a ter alguém que dê as ordens.** Nesse período de preparação, utilizamos o método de fazer teatro, fazendo simulações da obra e das funções: **equipe de obra, equipe de compras etc.** Além de colocar toda a experiência da 1ª Etapa. Por isso, quando o pessoal começou a trabalhar, já estava consciente. Outra coisa em relação à organização interna, é o seguinte: a Associação Pró-Moradia da Zona Sul, assim como a coordenação não tem um presidente e sim 2 conselhos com 6 membros cada: o conselho administrativo e o conselho fiscal.

Quanto aos critérios para a escolha das famílias que se tornariam mutirantes, além de cadastro de renda de 0 a 3 salários mínimos – que é sempre um número muito maior do que aquele que efetivamente acaba incluído – era o da **participação.** Isto porque, se uma família não participava das reuniões e assembleias de encaminhamento, o movimento poderia estar decidindo algo que a família não teria conhecimento e poderia até discordar. Por causa das dificuldades com o governo, o processo do mutirão acaba sendo lento e provocando um certo rodízio das famílias participantes do movimento. Por causa disto, no começo da luta a maior parte vinha dos movimentos de favela. Hoje isso se alterou, sendo a maior parte pessoas que pagam aluguel (embora com o mesmo nível de renda de 0 a 3 salários mínimos) e que afinal estão num “**sufoco**” maior do que o favelado que não paga. O movimento de favelas precisava de soluções imediatas e a nossa proposta não era viável de forma imediata e por isto é que foi alterando.

Vando:

Outra coisa é que o movimento de favelas não lutava só por mora-

(5) Até o momento da entrevista, o movimento do Parque Regina ainda não estava integrado na Associação Pró-Moradia da Zona Sul, o que só ocorreu mais recentemente.

dia. Lutava por melhores condições na própria favela (água, luz, urbanização).

No começo do movimento, parte das pessoas foi remanejada para os Projetos Pró-Morar, na época do Reinaldo de Barros. Outra foi para a COHAB Itaquera na Zona Leste ou para o Instituto Rural e o restante continuou no movimento.

Mas a maior dificuldade que o movimento enfrenta é a maneira de se trabalhar, por exemplo: a carga horária foi definida, antes do início da obra, no regulamento, depois foi alterada em assembléia e ficou em 20 horas semanais e hoje na prática isso não é possível, porque se a pessoa trabalha a semana toda não tem condições de trabalhar 20 horas no fim de semana. Por isso, hoje a gente não segue à risca o regulamento estabelecido, ficando mais atentos para evitar que algumas famílias "folgadas" se aproveitem daquelas que se esforçam mais. Nestes casos, tentamos conversar para verificar se estas "folgas" acontecem por problemas ou por relaxamento.

Haroldo:

Uma das características mais comuns do método de direção da classe dominante é que quem trabalha duro não tem necessidade de refletir. Isto é uma forma de dominação, de alienação do trabalhador. Como romper com isso é um grande

desafio: pensar no trabalho em sua dimensão social, política e econômica. Os membros da direção do movimento têm um papel decisivo nisso, porque se o povo coloca a necessidade de chefe, mesmo que ele seja um líder e não o chefe-patrão, a questão do chefe é uma demarcação da divisão do trabalho muito rígida.

Modesto:

Para existir um trabalho de conscientização é necessário que exista um respaldo dos próprios mutirantes. Quando os mutirantes nos procuram, acham que a liderança é a solução do problema. A medida que eles começam a participar, percebem a responsabilidade coletiva. Mesmo assim, existe certa dificuldade para superar isso, porque as pessoas foram educadas para serem mandadas e não admitem essa nova situação. Quando um pergunta e não tem resposta, eles acham que a comissão não tem competência e não procuram achar a solução em conjunto. Por isso, estamos pensando em dinâmicas que ajudem a desenvolver a prática da reflexão, para melhorar essa relação. Essa situação dominante, da população jogar a responsabilidade na direção, tem impedido o surgimento de novas lideranças na 2ª Etapa. Estamos trabalhando para corrigir estes erros porque, na 1ª, estávamos muito presos às exigências dos prazos indica-

dos pelo governo, sobrando pouco espaço para refletir e ter maior conscientização.

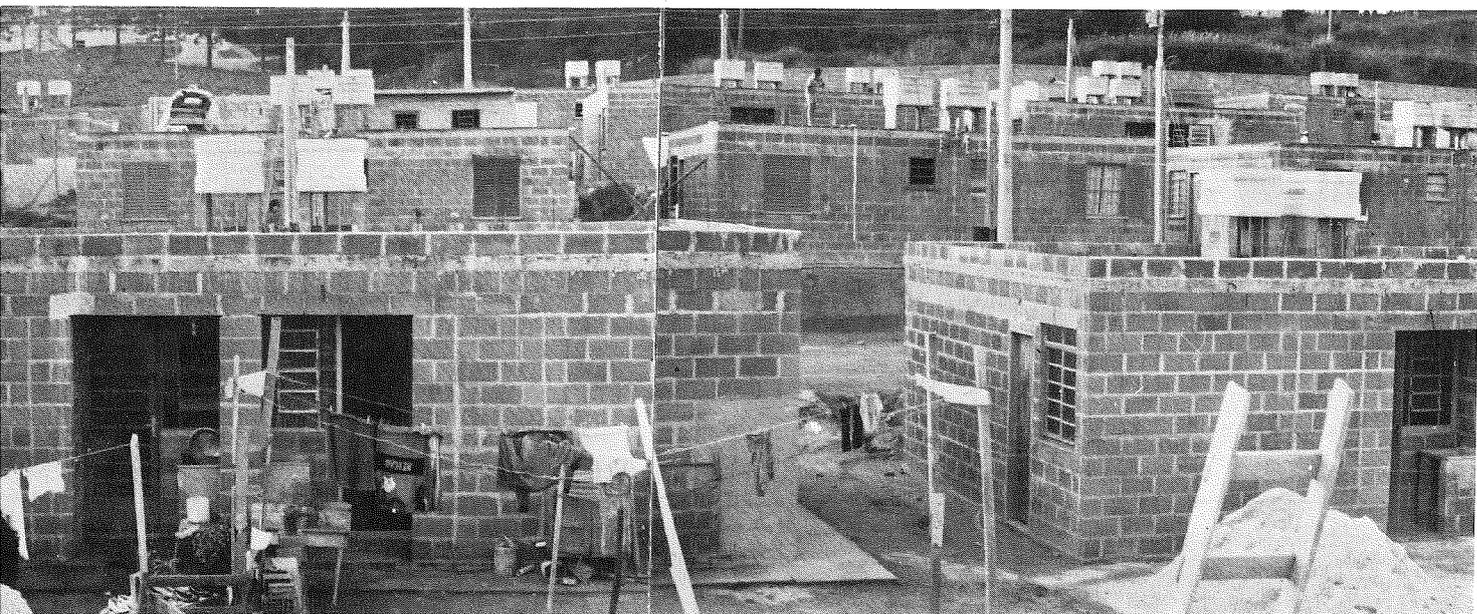
É muito importante ressaltar que o mutirão não é uma opção e sim a falta de opção: por que sacrificar o descanso do trabalhador durante um ano e meio? Porque as opções apresentadas pelo governo são muito ruins. O projeto modelar do Jânio Quadros, por exemplo, tem um terreno de 40m² e 18m² de construção, com materiais de péssima qualidade e o preço é o dobro daquelas construídas em mutirão. Nós continuamos achando que a construção de casas populares é obrigação do Estado, só que com propostas honestas e não com aquelas que beneficiam empreiteiros privados.

Haroldo:

A relação do mutirante com os órgãos públicos está sendo uma relação de mercado e não de direito social com o dever do Estado. Até que ponto essa distância entre relação de mercado e relação direito/dever foi discutida?

Modesto:

Foi discutida durante um ano e meio de negociação do projeto, em mais de 20 reuniões com a COHAB e reuniões internas do movimento. Essa questão chega naquilo que são os mutirões hoje, porque uma família que ganha de 0 a 3 salários mí-



nimos nunca teria condições de pagar uma casa pronta com o tamanho e qualidade das casas em mutirão.

Haroldo:

Ainda na relação com o Estado, como é que está sendo pensada a instalação dos equipamentos coletivos?

Vando:

Foi previsto que esses equipamentos fossem instalados antes do início da obra e a COHAB achou que esses equipamentos seriam depredados. Inclusive nos enganando, porque antes, dentro da gleba total do terreno, tínhamos escolhido a área de cima (mais valorizada), porque ficava perto da estrada de Itapeperica, mas a COHAB alegou que era melhor a parte de baixo, porque já tinha água, e hoje a gente percebe que não era bem assim. Hoje, a obra está terminando e os equipamentos apenas começaram a ser instalados em parcelas. **Por causa disso, criamos 8 comissões de trabalho onde os próprios mutirantes, e não as lideranças, estão encaminhando a reivindicação desses equipamentos. Cada comissão corresponde a um órgão público:** iluminação, saúde, educação, água e esgoto, política habitacional, cooperativas, telefone público e bazar para arrecadação de fundos para caixa comum.

Modesto:

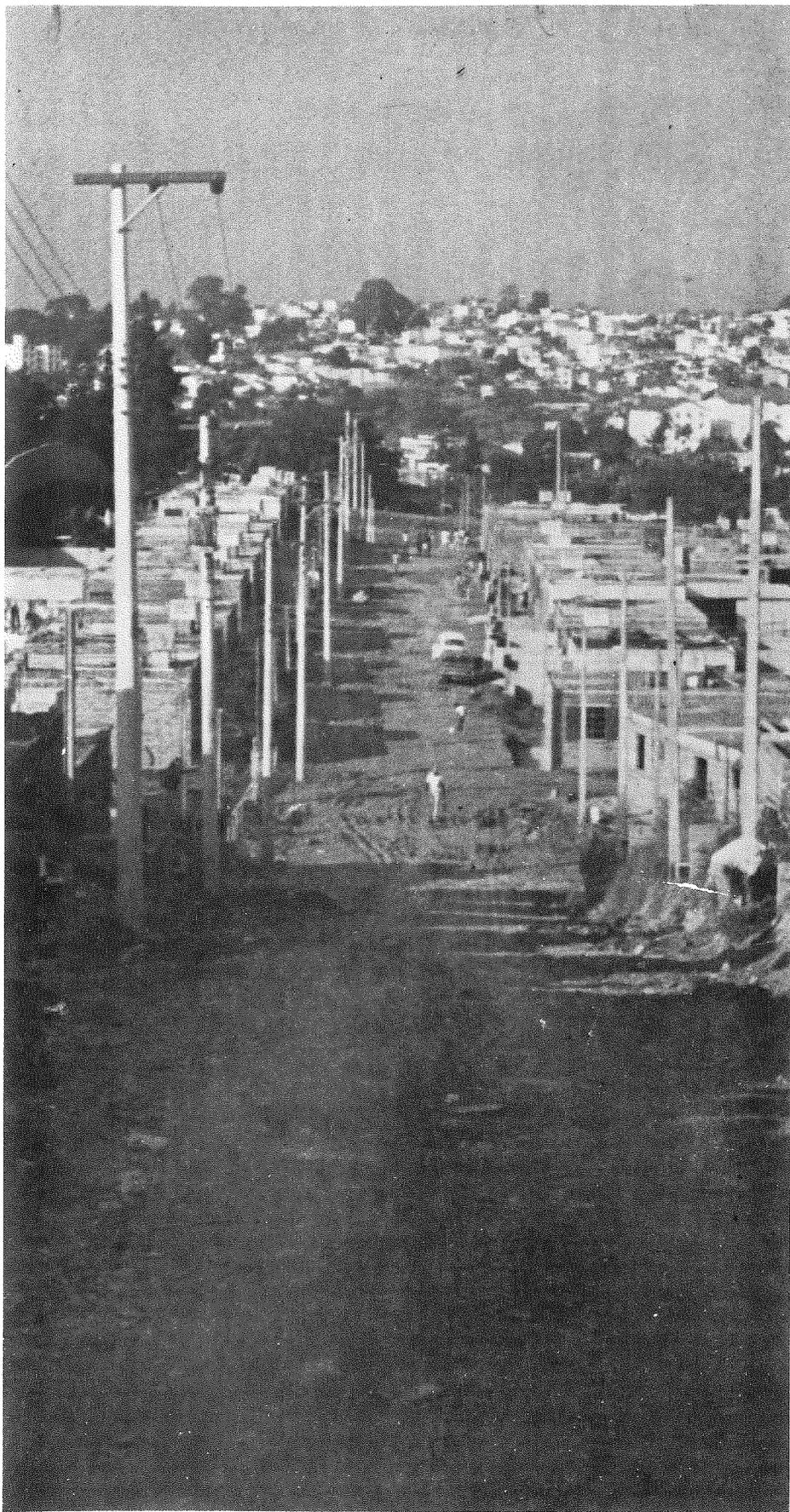
Mesmo assim, quando as reivindicações são atendidas já estão defasadas, em relação à demanda dos bairros, pelo seu crescimento constante.

Haroldo:

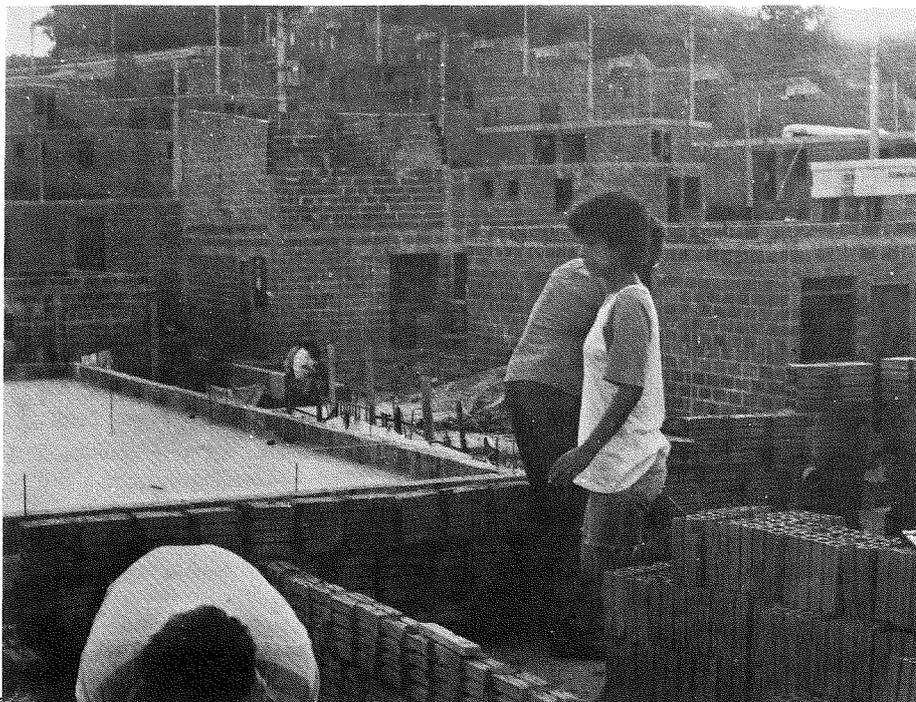
Como fica a situação de um mutirante que precisa mudar, porque, por exemplo, arranjou um emprego em Campinas. A casa fica fechada, vende ou outra coisa?

Vando:

Nós ainda não conseguimos encontrar a forma legal de enfrentar isso. Por exemplo: se a pessoa (que sai) repassar a casa (vendendo) à associação e esta, por sua vez, re-



Um terreno ocioso transformou-se em um bairro com organização popular



Aos poucos os frutos vão aparecendo...

passar (sem fins lucrativos) para outra pessoa que está na lista de espera, para evitar a especulação imobiliária. Mas só ficou estabelecido no contrato com a COHAB a proibição de venda nos primeiros 6 meses.

Modesto:

O impedimento jurídico para a associação ter prioridade de compra está no fato de hoje a COHAB só fazer contratos individuais e não contratos coletivos. A única alternativa que temos é o trabalho de conscientização, discutindo com os mutirantes e fazendo um acordo verbal. No mutirão do Grajaú foi feito um contrato coletivo baseado no critério da propriedade comum. Esse critério diz que a diferença de valor entre o custo do material e a casa construída deve ser distribuída, no caso de venda da casa a terceiros, entre o proprietário e a associação, porque essa diferença de valor é resultado do esforço coletivo do mutirão.

Apesar disto estar claro enquanto raciocínio, num sistema capitalista a gente encontra muita resistência para isto ser aplicado na prática. Por isso, no trabalho de conscientização, nós começamos a discutir o conceito de propriedade comum a partir dos equipamentos de uso coletivo, tais como espaços de lazer etc., para posteriormente ir aperfeiçoando.

Haroldo:

Em relação aos impostos e tarifas (imposto predial, água, luz etc.), se acontecer um imprevisto como uma doença e o mutirante não puder pagar, como é que fica?

Modesto:

Tem duas coisas: primeira, **estamos batalhando pela taxa mínima de água e luz e por prestações até 10% do salário mínimo e**, segunda, **estamos formando o que chamamos Fundo de Solidarieda-**

de, para tentar solucionar o problema de pessoas que ficam desempregadas ou têm um imprevisto fora do seu orçamento. Existe também no contrato com a COHAB uma espécie de seguro-desemprego, onde o pagamento da prestação pode ser suspenso, até por um ano, e esta dívida seria incorporada após o último ano de prestação.

Haroldo:

A Lei de Desenvolvimento Urbano foi muito polêmica em 1985 e agora está engavetada no Congresso. Esta lei teve origem no Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e coloca em debate uma série de instrumentos legais que podem fortalecer os movimentos, como por exemplo: legalizar todas as terras ocupadas por favelas, através do usucapião urbano especial, em que, após alguns anos de posse, o possessor se tornaria proprietário; o direito de preferência de compra pelo Estado de terrenos urbanos, contra a especulação imobiliária na supervalorização destes e isso dá uma margem para os movimentos pressionarem; o direito de requisição que dá ao Estado direito de requisitar um terreno privado para, por exemplo, fazer uma escola ou um loteamento; e outros instrumentos como o imposto progressivo sobre as terras urbanas ociosas etc. Quando este projeto foi encaminhado, o Bonifácio



de Andrade, do PDS, fez um substitutivo que eliminava quase tudo, embora deixasse algumas coisas como o "interesse difuso"; que dá existência legal às associações para representar os seus associados perante o poder público, inclusive o Judiciário. Hoje, está sendo discutido um **lobby** de pressão para que esses mecanismos sejam incluídos na Constituição e esse **lobby** seria constituído por representantes engajados nas lutas populares e, principalmente, por movimentos populares articulados em torno dessa questão. É estranho que o movimento dos mutirões, pelo que representa, não tenha sido procurado, conforme vocês dizem.

Vando:

Não sei por que o movimento, principalmente aqui no Adventista, não foi procurado. Notícias desse nível não chegam até nós. Não acredito que isso seja feito de propósito. **Mas gostaríamos de estar mais articulados com esses movimentos de pressão sobre a Constituinte.**

Haroldo:

Em relação à política institucional, como vocês vêem a participação nas eleições e no Parlamento?

Modesto:

Avaliando o sistema político se coloca o seguinte: jogar um **companheiro da liderança como candidato a um cargo parlamentar é "queimar" o companheiro, porque, nesse sistema político que está aí, o companheiro, por melhor capacitação que tenha, não vai corresponder ao anseio político da população; porque, do jeito que está esse sistema, a transformação social não será feita por via parlamentar e sim pelas lutas populares.** Um exemplo disso é o fato de que se um político apresenta um projeto de lei, com a melhor das intenções, ele fica isolado. Outro problema são todos aqueles "vícios de gabinete" (dos políticos) que acabam com o elo de ligação entre o político e o eleitor. É preciso mudar o jeito de fazer política no país e, somente assim, o movimento poderia lançar um companheiro na urna política e esse companheiro, em vez

de se "queimar", teria um crescimento político num processo de transformação.

Haroldo:

Na autocapacitação de vocês, lideranças, vão surgindo sempre coisas novas, seja no encaminhamento do movimento, seja na conjuntura. Como vocês testam a autocapacitação e como pensam a capacitação de novas lideranças para ampliar a força do movimento?

Vando:

Foi pensando na autocapacitação que a gente elaborou no estatuto um item que impede as pessoas de se elegerem por 3 vezes consecutivas num campo da diretoria da associação. Isso significa que, após 4 anos no máximo (2 gestões), os 12 diretores deixam o cargo formalmente, mas a nova diretoria teria, em vez de doze, 24 companheiros, porque os 12 novos diretores terão a colaboração dos 12 anteriores. Formando novas lideranças

que continuarão o trabalho. Outra prova disso é a 2ª Etapa, que tem sua comissão própria, e a futura 3ª Etapa terá também sua comissão. A preparação da comissão da 2ª Etapa, antes de começar a obra, teve a participação de diretores da 1ª Etapa, que transmitiram toda a experiência acumulada e essa comissão já está trabalhando da maneira deles sem interferência da 1ª Etapa.

Modesto:

A formação de lideranças é uma preocupação para o desenvolvimento dos movimentos populares. No movimento sindical existe essa preocupação e os sindicatos fornecem cursos. No movimento popular, sociedades amigos de bairro etc. têm poucos cursos. Nós estamos preocupados com isso, principalmente com as comissões de negociação com os órgãos públicos, fazendo inclusive seminários e teatro em que é simulada uma negociação e como se atua nela, isto ajuda a formar novas lideranças.



Em busca de uma arquitetura popular

O trabalho que aqui apresentamos tem recebido, de todos os que, de uma forma ou outra, o vem acompanhando, diversas denominações, fruto de distintas leituras que o trabalho de arquitetura permite por sua natureza eminentemente pública, no seu fazer aberto e no seu acontecer a descoberto.

“Tecnologia Alternativa”, “Sistema de pré-fabricação de componentes de construção com cerâmica vermelha”, “Habitação Evolutiva”, “Projeto Participativo”, ou, ainda, como tem sido chamada pelos funcionários da Universidade e pelas comunidades e associações populares que a vêm visitando, simplesmente “a casinha da Unicamp”

De qualquer modo, qualquer que seja a denominação, este trabalho é o resultado, parcial se visto como produto, de todo um conjunto de preocupações e propostas que orientam o nosso trabalho, no dia-a-dia do Laboratório de Habitação.

Pensamos a questão da relação do arquiteto frente aos usuários e ao objeto do desenho.

Negamos que a atividade projetual deva continuar sendo sempre um fazer privado, a ser realizado para terceiros, dentro de um círculo fechado que pela sua estreiteza e pouca transparência acaba por asfixiar e inibir ações, tornando estéreis os resultados. Por este caminho, o projeto tem se

transformado freqüentemente numa peça gráfico-burocrática a sancionar cartorialmente um conjunto de soluções questionáveis por confundir necessidades e prioridades e obscurecer aspirações e desejos.

Acreditamos na atividade projetual como sendo uma ação coletiva na qual arquitetos e usuários se relacionem mediante o desenho e o canteiro numa postura sem pressupostos, na qual não haja lugar para experiência exclusiva e apriorística de quem quer que seja.

Procuramos avançar no sentido da eliminação das diferenças entre o saber e o fazer.

Perseguimos a prática de uma arquitetura além-muros do atelier e do gabinete, forjada no contato íntimo com a realidade das cidades e de suas populações. Uma arquitetura nascida na ação solidária dos técnicos com os movimentos sociais e que, ao romper com os limites estritos da prancheta, integre a pesquisa e a prática arquitetônica às necessidades e desejos da população, transformando o projeto num instrumento libertário ao antecipar os anseios que todos têm sobre o espaço a ser edificado, precedendo assim à construção do seu imaginário.

Vemos, por este caminho, a ação projetual alargar seu território e adquirir novos contornos assumindo um papel instigador, gerador de dúvidas, de argumentos, de opções. Fazendo pensar e repensar. Para decidir.

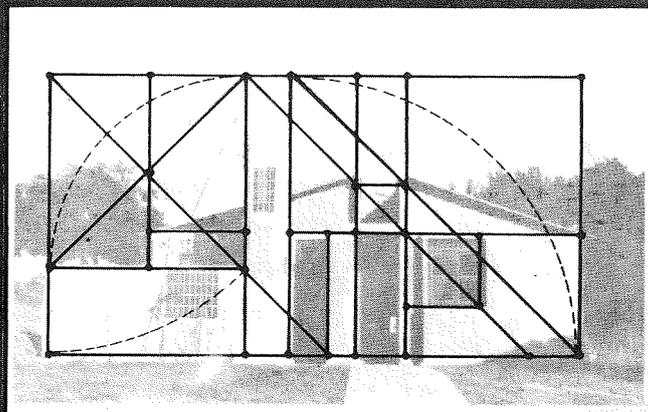
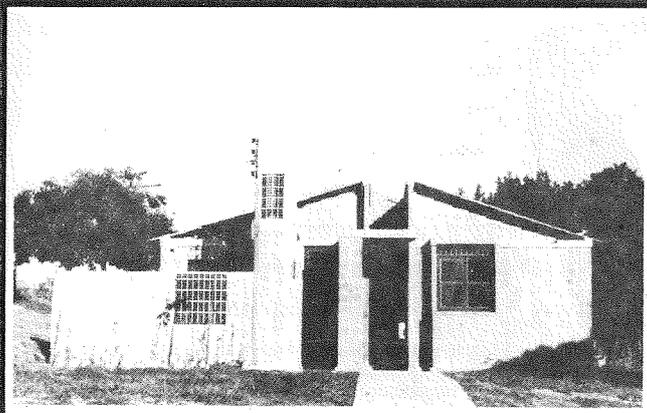


Estas questões estiveram sempre presentes na nossa ação desenvolvida durante anos no trabalho de assessoria a movimentos por moradia, na construção por ajuda mútua - o mutirão. Foram valiosas as experiências dos que nos antecederam e dos que nos acompanham neste papel. O presente trabalho resulta de tudo isso e de todos ao mesmo tempo.

Particularmente queremos considerar dois aspectos: o do desenho e o da tecnologia

Na “casinha da Unicamp”, o desenho que a constrói procura resgatar a dignidade da casa do trabalhador, perdida no fazer tecnocrático que, sob a ótica de eliminar déficits habitacionais - permanentes apesar de tudo -, tem amesquinhado a moradia ao transformá-la num instrumento

CONSTRUÇÃO POR AJUDA MÚTUA



LABORATÓRIO
DE HABITAÇÃO

NUDECRI - NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE CRIATIVIDADE



utilitário, resultado de um processo de produção massiva dentro de normas quantitativas de qualidade: a qualidade quantificada pelo salário e a renda familiar...

Não virão por aí as soluções ao “problema da moradia”, isto o sabemos todos: jamais será possível que com recursos limitados e desigualmente distribuídos haja moradias de qualidade em quantidade suficiente.

Entretanto, a questão do desenho permanece enquanto permanece a expectativa da beleza como qualidade não quantificável no imaginário de todos.

Outro aspecto, intimamente ligado ao primeiro, é o da tecnologia.

Procuramos desenvolver e aplicar tecnologias adequadas a nossos materiais, nossa mão-de-obra, nosso

instrumental e nossos recursos de capital.

Escolhemos a cerâmica vermelha não só por suas qualidades tradicionais como material mas, também, porque é com ela que se constrói a casa de alvenaria que é a “casa da cidade”, na visão do povo que nela chega para viver. Por isso entendemos a rejeição que ele tem em relação às técnicas desenvolvidas com a intenção de reduzir os custos de construção e que para isso se utilizam de sucata industrial, subprodutos vegetais etc. devidamente reciclados, mesmo quando apresentam resultados e desempenho satisfatórios.

Procuramos refletir as condições de produção e de relação de trabalho no canteiro. No sobretrabalho do fim de semana a exigir esforços físicos difíceis de recuperar num tempo sem descanso. Na pouca ou nenhuma capacitação da mão-de-obra na prática de um ofício - o de pedreiro, que não se improvisa e nem se adquire em pouco tempo. Procuramos, então, desenvolver uma tecnologia de fácil apreensão que, ao eliminar os instrumentos do pedreiro - o prumo, o nível, a linha, o esquadro -, elimina em grande parte a necessidade de conhecimento do seu fazer tradicional.

Desenvolvemos um instrumental adequado às condições de manuseio de uma mão-de-obra de pouca ou nenhuma capacitação nos trabalhos de construção, de fácil execução e

implementação no canteiro, com vistas ao trabalho de seriação e de produção em escala.

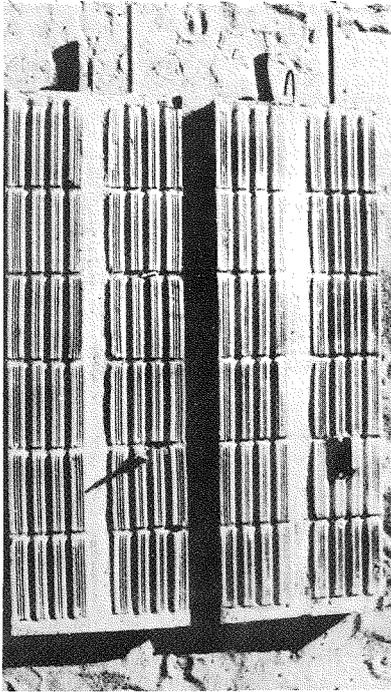
Finalmente, quanto aos recursos de capital envolvidos na aplicação da tecnologia, procuramos por diversos meios a redução dos investimentos. Como decorrência da racionalização do processo construtivo resultaram a eliminação do desperdício de materiais, sua substituição por outros de menor custo e igual desempenho, a eliminação de equipamentos caros comuns em processos de pré-fabricação, a concentração dos materiais, da mão-de-obra e dos instrumentos numa “usina” instalada no canteiro permitindo a otimização daqueles recursos.

Procuramos, enfim, nos situar o tempo todo na perspectiva de Terceiro Mundo que permeia de modo contraditório nosso cotidiano e nosso País e a partir da Universidade, nosso espaço, desenvolver caminhos para a sua superação. Que as condições de vida do Terceiro Mundo não sobrevivam no terceiro milênio!...

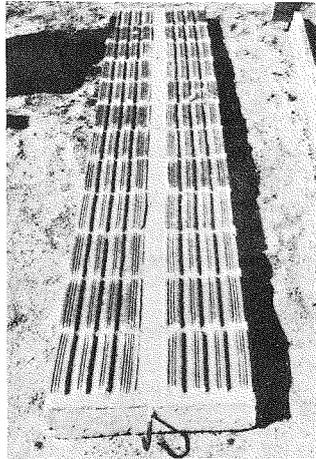


Prof. Arq.
JOAN VILLÁ,
Coordenador do
Laboratório
de Habitação

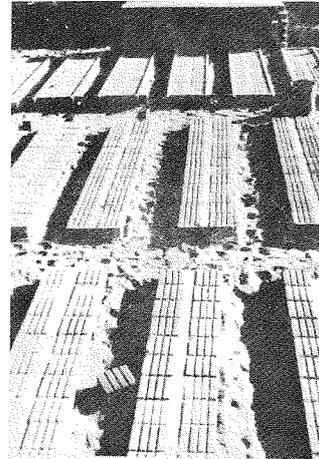
OS COMPONENTES



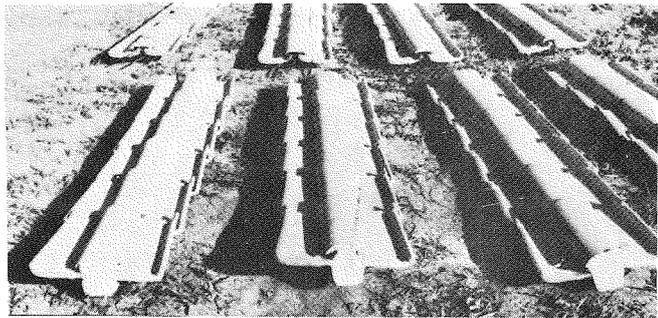
Painéis de hidráulica e elétrica. Os condutores, nos dois casos, passam pela furação da cerâmica.



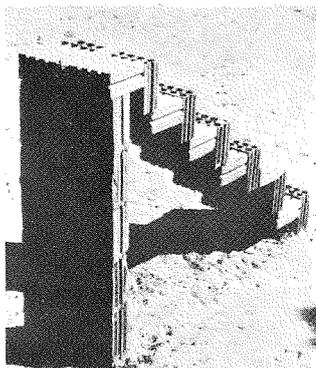
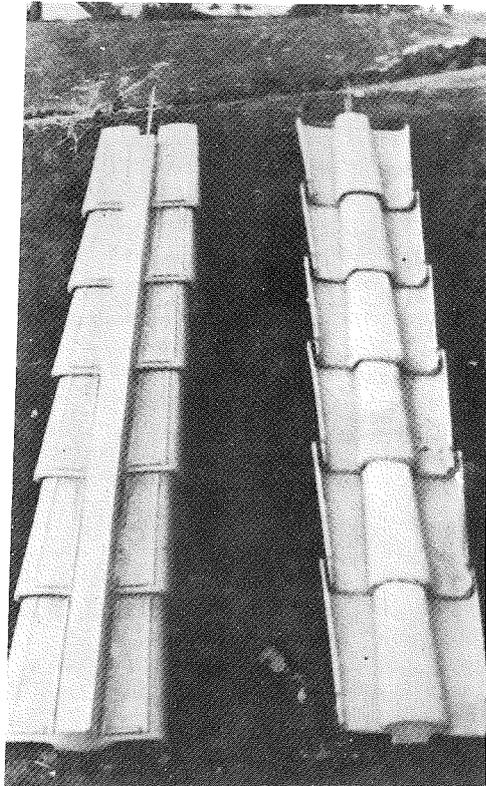
Painel de parede estrutural. O painel de laje é semelhante.



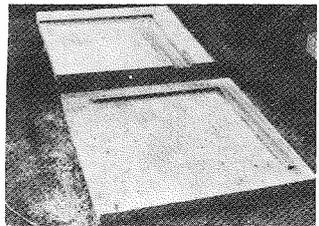
Produção dos painéis no canteiro. Em média, após sete dias podem ser manuseados para o empilhamento e posterior montagem.



Painéis de cobertura, executados com telhas de barro solidarizadas por nervura de concreto.



Painel de escada. Cerâmica solidarizada com nervura de concreto, numa solução semelhante aos painéis de parede, laje e cobertura.



Sobre a fundação comum ou sobre o radier, sulcos em baixo relevo ou alto relevo servem para a marcação da obra e permitem a colocação dos painéis de parede.

A TECNOLOGIA

A tecnologia desenvolvida para a construção por Ajuda Mútua baseia-se, a partir de uma concentração modular, no emprego de componentes pré-fabricados com cerâmica vermelha.

Estes componentes são:

1. Painéis de laje - forro e piso.
2. Painéis de parede - de vedação e estruturais.
3. Painéis de cobertura.
4. Painéis de escada.

Todos os componentes apresentam como características básicas:
a) Sua produção é realizada em "usina", de forma concentrada dentro do canteiro de obras.

b) Sua execução é horizontal e no chão mediante formas e gabaritos simples, obtendo-se painéis acabados ou semi-acabados, prontos para a montagem final.

c) A partir da modulação que resulta numa medida horizontal (largura), sua altura ou vão (comprimento) é variável, ajustando-se às necessidades do espaço a construir.

d) Seu peso não ultrapassa os 80 kg. em qualquer caso, permitindo que seu manuseio e transporte no canteiro seja feito manualmente.

Observações:

1. Os testes e ensaios dos diversos componentes se desenvolveram pelo espaço de nove meses, tendo sido efetuados simultaneamente no Canteiro Experimental do Laboratório de Habitação da Unicamp e fora

do campus, em diversos pontos dentro de um contexto físico e social concreto, o que permitiu verificar, entre outras questões, a fácil assimilação da tecnologia por mão-de-obra não-especializada.

2. O protótipo foi construído em doze dias por uma equipe de dez homens. Partiu-se dos materiais a granel, produziram-se os componentes, efetuou-se a montagem e finalmente executaram-se os acabamentos finais. Foram computadas 1000 horas/homem na execução dos trabalhos para a construção do protótipo.

3. No caso dos painéis de laje, verifica-se uma economia substancial em relação aos custos de uma laje pré-fabricada, tipo B12, da ordem de 60%.

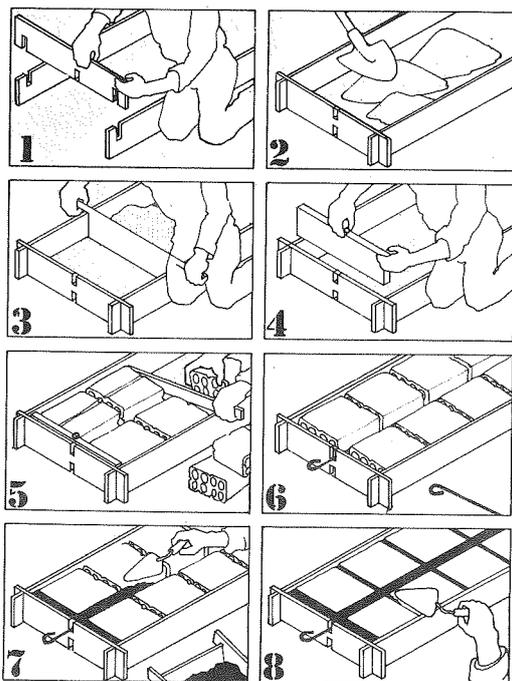
4. No caso dos painéis de parede, verifica-se uma maior rapidez de execução, uma significativa redução das perdas de material e um produto acabado de melhor qualidade.

5. No caso dos painéis de escada, verifica-se uma notável simplificação na construção de um elemento que normalmente exige uma experiência maior da mão-de-obra.

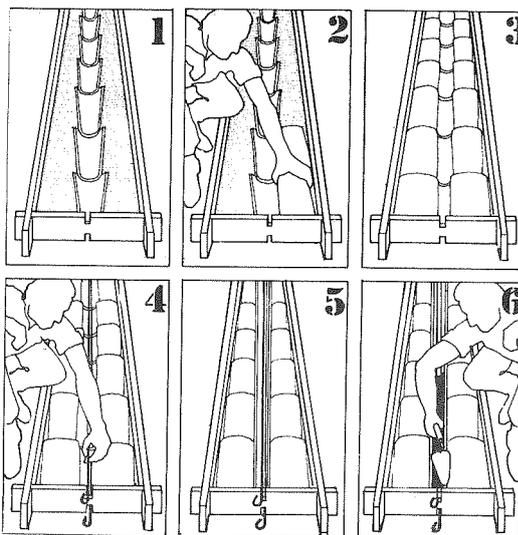
6. No caso dos painéis de cobertura, verifica-se sensível redução de seu custo pela eliminação total da madeira presente na carpintaria de telhados.

7. O custo final do protótipo com área de 40 m² foi de 164 OTN (4.1 OTN/m²) ou Cz\$ 17.450,00. O custo final, referente a todos os materiais empregados, foi computado em 17 de abril de 1986.

SEQUÊNCIA DE EXECUÇÃO DO PAINEL DE PAREDE



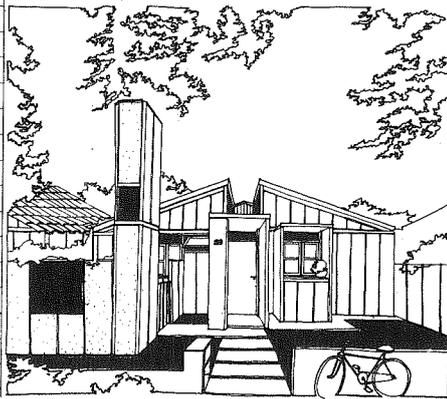
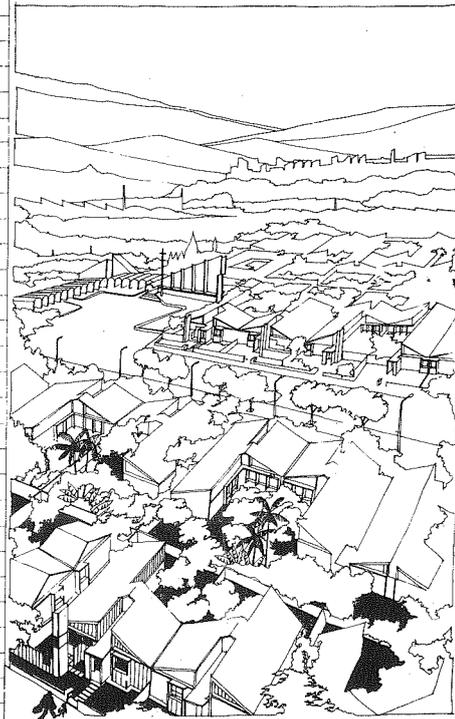
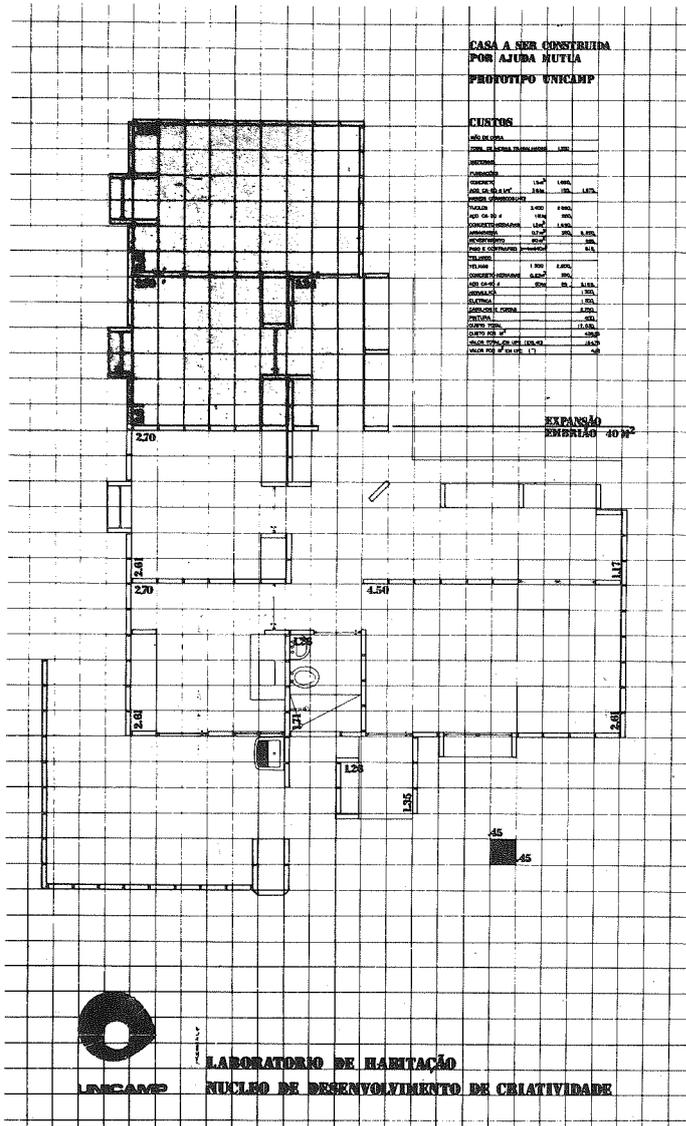
SEQUÊNCIA DE EXECUÇÃO DO PAINEL DE COBERTURA



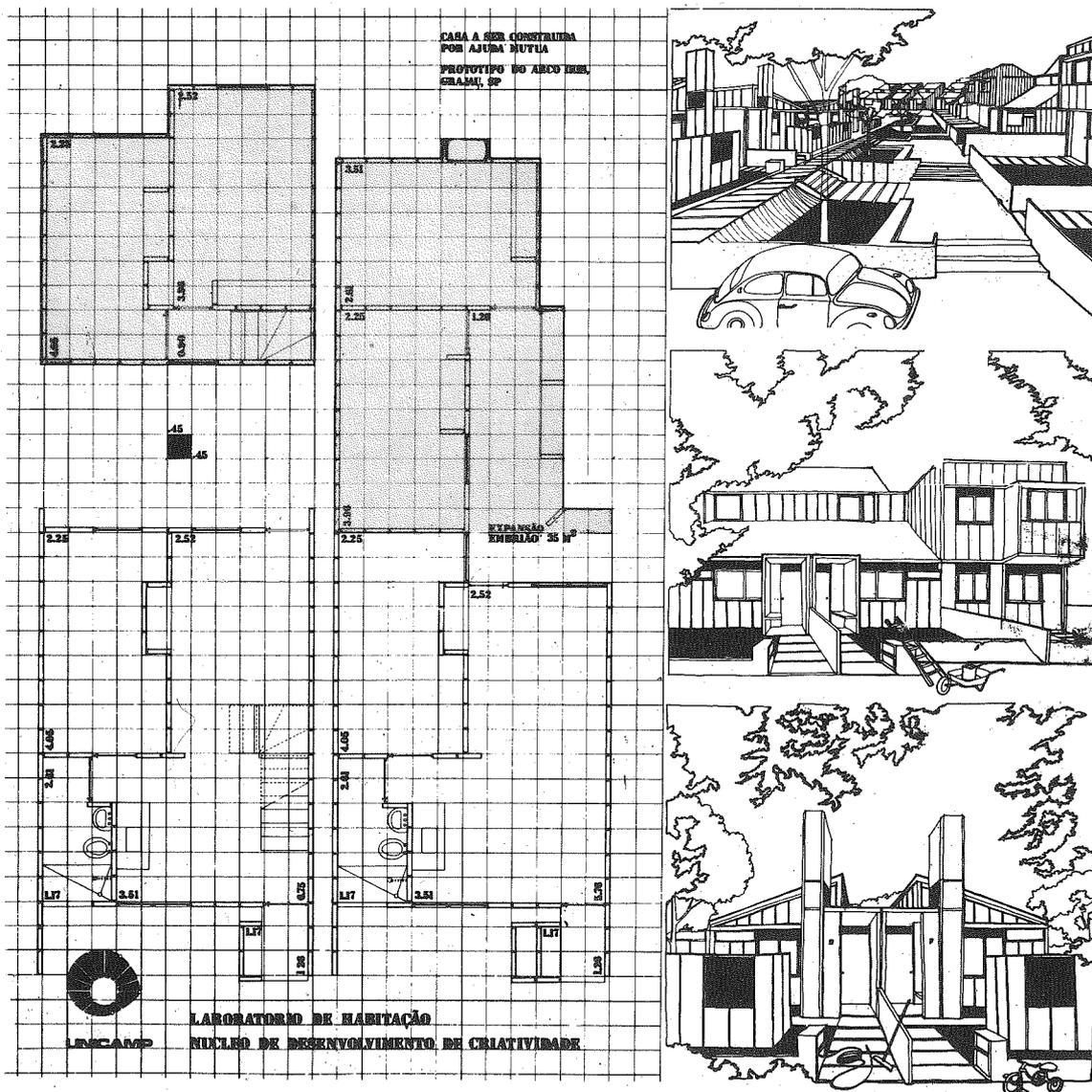
Desenhos extraídos do "Manual de Construção Por Ajuda Mútua Tecnologia e Organização"

Os programas do Laboratório de Habitação, em quanto trabalho de extensão da Unicamp, priorizam a assessoria técnica aos movimentos sociais - organizações populares e de trabalhadores - e aos programas municipais de habitação. Esta assessoria técnica, de acordo com as necessidades em cada caso, poderá envolver: projetos de urbanização e de edificações (habitação e equipamentos), repasse da tecnologia, supervisão na sua aplicação e treinamento de mão-de-obra.

CASA CONSTRUÍDA NO CANTEIRO EXPERIMENTAL DO LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO - UNICAMP



CASA A SER CONSTRUÍDA POR AJUDA MÚTUA NA VILA DO ARCO-ÍRIS, SÃO PAULO.



“Uma história de muitas mãos” ou “A casa da Unicamp”

Ela nasceu no dia 17 de abril de 1986 em Campinas, mais particularmente na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O seu berço foi o Laboratório de Habitação.

O pessoal do Grajaú – os futuros moradores da Vila do Arco Iris – lá estiveram junto com a Coordenação e compareceram como convidados por terem sido os primeiros a conhecê-la e a terem aprovado como modelo para suas casas.

Na festa da inauguração, em meio aos discursos do reitor e das autoridades, falou o Taicã para lembrar a importância de uma Universidade voltada para os problemas do povo, e muito particularmente do povo pobre.

Depois que nasceu, no dia 17, a casa da Unicamp virou artista de vídeo-TV e começou a rodar os bairros, levada pela Chica, Modesto e Olimpio. Já visitou e foi vista pelo pessoal da 2ª fase do Adventista, da Vila Comunitária de São Bernardo do Campo e da Zona Leste. E vai rodar muito mais ainda, conquistando provavelmente novas simpatias: o pessoal da 2ª fase do Adventista resolveu adotá-la também.

A casa apesar de não ter completado ainda quatro meses de vida, já está dando o que falar. E está ficando falada... depois de ter aparecido em diversos jornais e revistas, ganha elogios e padrinhos: O Governador e o Secretário da Habitação prometeram financiar sua construção, por mutirão, em cidades do interior – Salto, Duartina e Campinas deverão ser as primeiras.

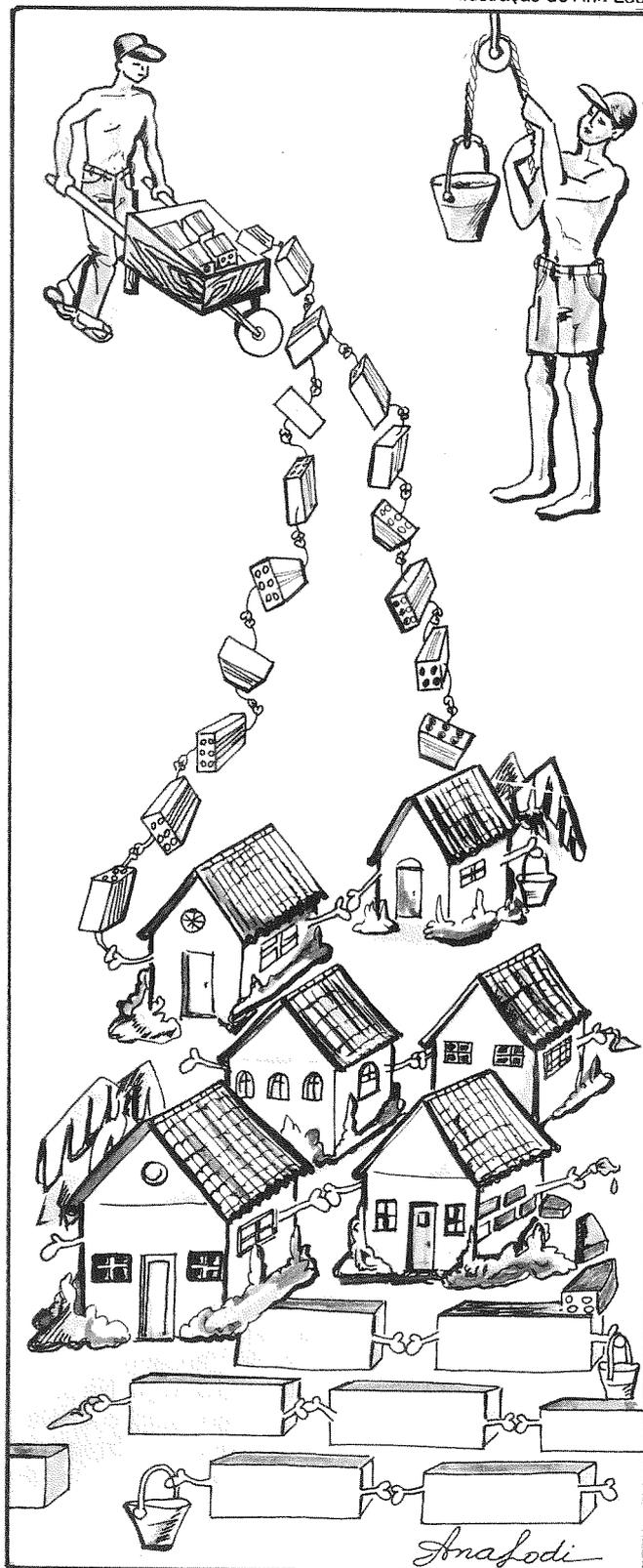
Do Prefeito, ela ganhou um dos famosos “bilhetes” determinando sua construção no Grajaú – 82 casas e mais duas de experiência no Adventista! “se forem bem construídas e o povo for competente” – disse o prefeito – “levá-la-emos para todos os bairros da cidade”. No Adventista pelo menos serão 370 – “se o povo for competente”.

Mas não pensem que tudo isso foi de graça não!

Foi preciso muita luta e muita união!

Mais de vinte Movimentos de Moradia organizados, em volta da Coordenação, conseguiram a revogação do decreto do Prefeito que pretendia acabar com os mutirões – os mutirões que o povo já fazia. Conseguiram demonstrar que a alternativa do povo era melhor. Mais barata e mais fácil de construir. (Bom, nisso a casa ajudou muito a luta da Coordenação).

Ilustração de Ana Lodi





A construção do 1º protótipo da casa da UNICAMP no Colégio Adventista

Foi uma grande vitória e convenhamos que depois de tanto esforço, um pouco de frescor é bem vindo e... merecido! Mas frescor para continuar! ... E sempre.

E foi assim que a casa ficou satisfeita de poder ajudar. E isto porque seus pais – e ela tem muitos – sempre acreditaram que se ela fosse boa, não só serviria para as pessoas viverem melhor como também para provar que o povo quando tem a técnica e a ARTE em suas mãos, sabe abrir seu próprio caminho.

Bom, e para quem não conhece ainda a casa e dela só viu a fotografia que está aí, o que se pode dizer a mais?

Primeiro que é feita de tijolos e telhas, como todas as casas da cidade (não é feita de terra, de bagaço de cana, de bananeira prensada, de cuspe emendado com durex, etc.).

Soluções sempre baratas, mas ... só baratas, até agora... e tem mais: o povo que vem DA TERRA, quer casa de alvenaria que é a casa da cidade.

Depois – que pode ser feita por qualquer um de nós, sem ser pedreiro – para construí-la, não se usa esquadro, prumo, linha, nível e nem andaime! ... – E tudo é feito no chão e sem fazer muita força. Na sombra quando o sol é forte e no abrigo quando estiver chovendo. Sempre no chão, colocando em fôrmas os tijolos e as telhas para fazer paredes, lajes e telhados.

“Tijolo por tijolo, num desenho mágico”.

Depois, é claro, no chão é que elas não irão ficar!

É preciso levantar! LEVANTAR É PRECISO, mais já no lugar, de cada casa para ficar!

E é grande?... É pequena? Não, nem grande, nem pequena. É casa para poder crescer. De acordo com o que for preciso – para o fundo ou para o alto, de acordo com o pedaço de terra e família que cada um tiver!

Ah! ...e tem quarto, sala, cozinha e banheiro em 40 m² e por Cz\$ 17.500,00.

Bom... e qual é a moral da história da casa que é uma proposta para o mutirão? É que queremos o mutirão? – QUEREMOS! Mas é só o mutirão? – NÃO! E então o que queremos? “AUTOGESTÃO”!!!

Ou então...
...como dizem os nossos companheiros mutirantes nas cooperativas do Uruguay:

“CONSTRUIR NOSSAS CASAS NÃO É NÓSSO FIM, É APENAS O COMEÇO.”

A casa da Unicamp e todo o método de construir foram pensados especialmente para a construção por ajuda mútua. Para ser construída pelos homens e mulheres. Sem chefe e sem machismo. Para ser barata, porém boa e bonita.

Os mutirões de São Paulo e reforma urbana

Entrevista com Ermínia Maricato

FASE ¹

– Vamos entrevistar a urbanista Ermínia Maricato, que é também assessora e militante dos movimentos populares, sobre algumas questões relativas aos mutirões e movimentos por moradia. Ermínia, considerando as experiências mais recentes, os mutirões vêm se apresentando como uma alternativa de construção popular de moradia. Como você vê a origem desses movimentos?

E.M.

– Bom, eu acho que precisamos começar do lado do movimento popular, situando quando o mutirão foi introduzido como um processo de conscientização e organização popular. Porque o mutirão sempre existiu (o mutirão ou, como alguns chamam, a autoconstrução, a autopromoção da casa própria). **O mutirão sempre foi, e ainda é, uma prática espontânea e voluntária nas periferias da cidade.** Aliás, com a Lei 6766 (a lei federal que trata dos loteamentos clandestinos e o acesso à terra torna-se mais difícil na periferia) há uma tendência até desse clássico mutirão ter o seu crescimento diminuindo.

Mas, de qualquer forma, ele existia previamente e em meados da década de 70, talvez um pouco mais para frente, um engenheiro, o Guilherme Cunha Pinto, fez um filme junto às cooperativas uruguaias que constroem por mutirão. Ele trouxe esse filme para alguns locais de São Paulo, particularmente para o pessoal que acabou construindo o muti-

rão de Vila Nova Cachoeirinha. E o filme entusiasmou muito alguns movimentos, que já estavam lutando pela moradia, porque trazia uma proposta com a qual o povo já estava familiarizado: o mutirão, que era uma forma deles resolverem o problema de habitação, mas com a diferença de que existia uma assessoria técnica. O povo entrou em contato com o projeto, com o planejamento da obra. Discutia-se quantas horas cada família devia dar, como é que essas horas seriam dadas, qual a organização do canteiro, o problema da alimentação das pessoas etc. Quer dizer, existia uma organização muito maior, que representou um salto de qualidade em relação ao mutirão tradicional. Eu não queria me deter em analisar o que aconteceu com o Vila Nova Cachoeirinha, porque parece incrível dizer que a figura de uma pessoa pode mudar o movimento, mas isso aconteceu. O Guilherme morreu, a COHAB começou a financiar o projeto e contratou o pessoal que dava assistência técnica. E, por fim, naquela experiência, a população perdeu a sua autonomia, em termos da condução, da autogestão do empreendimento. Essa é a verdade.

Mas, a partir dessa experiência, nasceram outras na Zona Sul, contando com a assessoria de alguns arquitetos, como o Leonardo Pescina, que participou da experiência uruguaia, o próprio Guilherme e o Antônio Carlos Santana e, posteriormente, do Laboratório de Habitação da Escola de Belas Artes. Mui-

tos arquitetos se integraram, inclusive resultando em experiências que hoje são dissertações de mestrado, que é o caso da dissertação do Nabil Bonduki sobre o Recanto da Alegria. E, em 1984, foi fundada a Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda Mútua e Autogestão para a construção da moradia.

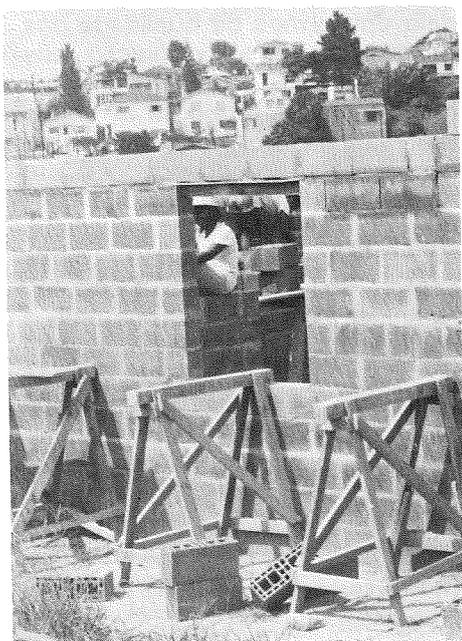
Havia todo um processo de discussão da construção por mutirão, buscando melhorar a qualidade das habitações. Isto porque a proposta do BNH, nos fins dos anos 70, quando o BNH tendeu a se aproximar da população de baixa renda, era construir habitações de 22 metros quadrados. Era o Pró-Morar, que foi um escândalo em termos de qualidade das habitações. E a população enfrentou essas propostas institucionais com a proposta do mutirão realizado por ela mesma para assegurar maior qualidade e um controle da obra. É claro que também existia uma preocupação com a conscientização e organização do movimento popular. Quanto a essa proposta, os órgãos públicos eram frontalmente contrários. O BNH e a COHAB de São Paulo argumentavam que o povo não sabia construir, que era uma coisa muito improvisada, que a mão-de-obra não entendia do assunto,

(1) Participaram pela FASE Alberto Lopes Meija (FASE-SP) e Haroldo Baptista de Abreu (FASE NACIONAL).

era desqualificada... Mas, à medida que a crise do fim dos anos 70 e início dos 80 se aprofundou, a atitude dos órgãos públicos foi mudando. O BNH criou um programa, o João de Barro, de financiamento às propostas de mutirão.

Com o colapso do Sistema Financeiro da Habitação, o governo federal não passava aos estados e municípios os recursos destinados à construção de habitações. E os recursos foram muito centralizados, durante todo o período do regime militar, nas mãos do BNH. Tanto que se você fizer uma análise dos recursos orçamentários dos municípios e dos estados, uma ínfima quantia é destinada à habitação. **Então, uma série de governos estaduais e municipais, que não mais contavam com o financiamento do sistema financeiro de habitação, mais exatamente do BNH, com as eleições diretas para governador e para prefeito das capitais, tinham que dar uma resposta à questão da habitação para o eleitorado. Aceitaram a alternativa do mutirão, que seria uma forma mais barata de construir.**

Na verdade, podemos contar alguns exemplos de mutirões institucionais que deram certo. Mas a grande maioria foi um fracasso completo, as razões ainda estão por ser analisadas. **A minha posição pessoal é que a generalização do**



mutirão, num país que conta com uma máquina administrativa tão distanciada das condições de vida da população, é inviável. Eu não acredito no mutirão como uma política institucional para resolver o problema da habitação. Acho que houve muita demagogia. Já escrevi sobre isso em relação ao mutirão de Goiás. O governo disse que construiu mil casas num dia, economizando com mão-de-obra gratuita. Mas, na verdade, considerando o gasto anterior com a equipe, o salário dos técnicos, o custo da máquina administrativa do governo na preparação do mutirão, é um absurdo afirmar isso. Existem alguns gastos que o poder público, que os órgãos administrativos ligados à habitação não estão acostumados a fazer e não sabem fazer.

Mas, o pior é que o próprio movimento popular coloca: "nós barateamos a mão-de-obra, o custo é só o terreno e o material de construção, porque a mão-de-obra é gratuita". E o próprio CDH⁽²⁾, organismo estadual de habitação de São Paulo, já fez um esquema onde o prefeito põe a terra (quer dizer, ela sairia a custo zero) e a infra-estrutura, cedendo o engenheiro e um mestre de obras, enquanto o governo financia o material de construção. Eles acham que com isso está resolvido. Não está. Construir é uma coisa um pouco mais complicada, ainda mais fora das relações capitalistas.

Nas relações capitalistas existe um autoritarismo intrínseco às próprias relações. Existe alguém que manda, que contrata a mão-de-obra e que determina o que cada um vai fazer. Existe uma divisão de trabalho muito rígida, sem qualquer discussão sobre como o trabalho vai ser realizado; enfim, o processo de trabalho é algo muito bem estabelecido e consolidado. **Nos mutirões, algumas funções também não são nem pensadas. Por exemplo: quem financia o ferramental e o equipamento? Numa empresa construtora eles fazem parte do capital fixo. Já nos mutirões, isto também tem que ser financiado.**

(2) Companhia de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo.



Então, já não é mais só a mão-de-obra. O que mais? Na instalação do canteiro são necessários água e energia elétrica, um galpão dentro do canteiro etc. A alimentação também tem sido um problema sério, como o transporte dos mutirantes da casa até o terreno.

Um mutirão como aquele do Colégio Adventista, que está na fase final de construção de 620 casas, teve todos esses problemas: a creche para as crianças cujas mães iam trabalhar no mutirão, a alimentação dessa população e o seu transporte nos fins de semana. Cada elemento desses foi uma luta contra a prefeitura, uma luta absolutamente desgastante. **E eu me pergunto, às vezes, embora essa luta traga uma organização, se ela também não está tirando essa população de uma participação política mais direta em outras questões da luta popular. Muitas vezes o mutirão acaba virando quase um mito e uma obsessão.**

Mas, voltando à questão do processo de trabalho nos mutirões, há questões sérias como a organização e a administração do canteiro. Veja, por exemplo, a compra do material de construção: nos mutirões espontâneos ela é feita num depósito da periferia, enquanto que uma empreiteira compra direto de um fornecedor a preço muito mais barato. Na verdade, a produção capitalis-

ta é competente, não é à toa que ela domina. Se os mutirões quiserem competir com ela – mesmo porque o produto dos mutirões, quando o mutirão é organizado, é melhor porque ele não tem o lucro, não tem a corrupção na compra dos materiais de construção etc – têm que superar os problemas relativos ao processo de trabalho, à autogestão e avançar um pouco mais na organização do trabalho, na divisão do trabalho.

Essas questões vêm sendo levantadas nos mutirões de Mato Grosso do Sul e também começam a ser discutidas pela UNICAMP e pelos mutirões como o do Colégio Adventista. Esse mutirão assessorado pelo IPT⁽³⁾ é absolutamente taylorizado: tem um marceneiro que só faz a estrutura do telhado de madeira, tem um pessoal que só faz os kits hidráulicos e elétricos, os pedreiros fazem os cantos das casas e dão o prumo. Enquanto o resto do pessoal desqualificado faz a parede.

O desenvolvimento desse know-how tem um custo; a assessoria que o IPT dá aos mutirões do Mato Grosso do Sul, a organização do trabalho prévio da obra, tudo tem um custo. E o custo da assessoria da UNICAMP quem está pagando é a reitoria; ele não está contabilizado no preço das casas. É claro que o pessoal tem que construir e eliminar esses custos, se for possível. Mas, é preciso ressaltar esta questão na



análise, para entender que a participação da UNICAMP só é gratuita para esta parcela da população. Pois se for necessário generalizar essa assessoria, o Estado terá que dispor desses técnicos. E aí se introduz uma diferença grande. Quando os técnicos são incorporados ao aparelho de Estado, a população acaba perdendo aquele pessoal que está do lado dela, que não só lhe presta assessoria, mas que lhe dá força até na negociação com o próprio Estado. **Eu estou levantando uma questão para discussão: se o Estado a incorpora, essa assessoria não nos interessa e temos que pagar isso numa certa hora para termos autonomia.**

FASE

– Quando eu entrevistei algumas lideranças lá do Adventista, percebi que essa questão da divisão do trabalho, do processo de produção, está na ordem do dia. Eles têm muita preocupação em romper com a divisão do trabalho tradicional do capitalismo no processo de construção, principalmente no sentido da hierarquia de mando. E, embora com muita dificuldade, eles estão encontrando formas alternativas. Essas discussões e essas práticas dos mutirantes têm produzido um vínculo de solidariedade e de ajuda mútua. Em suma, todos esses obstáculos que os mutirões têm encontrado, particularmente na Zona Sul de São Paulo e, pelo que eu sei, também em São Bernardo, trouxeram um avanço ao processo de organização interna, mas também um certo distanciamento no que diz respeito à articulação com outros movimentos e às questões conjunturais. A organização interna no enfrentamento dessas questões levantadas por você tem progredido muito, mas a articulação para fora não tem se desenvolvido no mesmo padrão. Aí entra uma questão política do movimento: como possibilitar essa articulação entre as demandas internas e externas dos mutirões?

E.M.

– Você tocou em algumas coisas fundamentais. Há uma evolução cla-



ra na história dos mutirões, eles estão evoluindo para algo diferente... Talvez o conceito exato seja uma modernização no processo produtivo. Eles enfrentaram coisas muito interessantes. Por exemplo, antes se dizia que todo mundo era igual. Até hoje, o Chico da UNICAMP, diz: “o nosso mutirão não tem chefe nem patrão. Nós estamos procurando relações alternativas”. Eu acho isso ótimo! É claro que a gente tem que buscar relações alternativas, mesmo porque sem a presença do capital tudo muda. **Mas é necessário não perder de vista a qualificação do trabalho. A divisão do trabalho baseada na qualificação não é uma conquista capitalista pura e simplesmente.** Isso nunca vai desaparecer! Uma pessoa trabalha melhor a madeira, outros sabem erguer melhor a parede; tem uma autoridade que é legitimada pela qualificação individual. Eu acho que isso as pessoas já enxergam. Realmente, eu acho isso muito interessante. Isto que você disse, essa evolução e essa coisa de um certo socialismo pela ignorância, de todo mundo ser igual, não é de fato a questão. Pois, sempre tem alguém com uma maior destreza em determinado trabalho e produz muito mais no seu posto.

Agora, eu queria deixar claro o seguinte: essas experiências na Zona Sul são muito importantes. Até mesmo do ponto de vista da história da luta popular por habitação no

(3) Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo

Brasil, essas experiências mostram que é possível fazer diferente, que é possível fazer melhor. Na hora que o arquiteto está fazendo um projeto, que não é um luxo, mas uma coisa necessária, enfim, eu defendo com toda a força. Mas, eu insisto numa coisa: há mutirões e mutirões. Em princípio, o mutirão não é uma fórmula para nada, nem para resolver o problema da habitação, nem para organizar. É nesse sentido que eu estou argumentando. Uma coisa é a elevação do nível de consciência e de participação política. Outra coisa é o mutirão que o Iris Rezende fez, que o governo faz e que a população faz. Vamos recuperar o que é fundamental: a autonomia, a autogestão e a elevação do nível de consciência.

Muitas vezes, acontece isso que você está colocando. Esse pessoal que está fazendo mutirão, que por sinal é um pessoal de alta qualidade, não se associa facilmente aos outros movimentos nas lutas populares, embora até exista essa consciência. Por exemplo, a coordenação dos mutirões está fazendo muita falta no movimento pela reforma urbana. Ela está distanciada de nós e são companheiros fundamentais, avançaram muito na discussão do processo de trabalho e na construção de habitações. Seriam muito importantes para se buscar uma unificação em torno da questão da reforma urbana.

Eu acho que às vezes existe um mito em torno do mutirão. É como se o mutirão fosse um fim em si mesmo. Por que a população se agarra tanto à ideia? Porque ela está lutando pela casa própria, que é o sonho de todo mundo. Então, claro, nós falamos: "bom, todo o movimento popular começa por reivindicações ligadas às condições de vida imediatas — água, transporte, luz etc. E o mutirão tem muita força porque trata da pessoa poder ter sua casa." Nessa selva que está a questão habitacional, isto é fundamental. Agora, alcançar a casa própria também não é uma atitude revolucionária. Eu acho que é necessário discutir muito bem e recuperar o objetivo político desses mutirões autogeridos, inclusive am-

pliando um pouco a discussão, até para ver se o mutirão pode ser uma alternativa em alguns locais.

Mas nós não podemos eliminar a proposta de produção em massa através do poder público; aí sim, com a participação e a fiscalização da população. Não é sempre que a construção através do poder público será de má qualidade, isso vai depender do nosso poder de luta, vai depender de nós fiscalizarmos a obra. Na verdade, essas lutas precisam estar unificadas em torno da questão da moradia e da questão da terra. **Eu estou levantando muitos argumentos críticos, porque eu acho que está na hora de fazer este debate com os companheiros que, por sinal, são**

mo nas ocupações de terra, é a fragmentação do movimento e da comunidade depois de algum tempo.

Aqui eu quero fazer a ligação com um ponto fundamental, que é obrigação nossa discutir, que é questão da relação entre a luta salarial e a luta pela habitação. O que nós temos visto? O pessoal acaba de ocupar uma terra, ela já adquire um valor no submercado — vamos chamar de submercado imobiliário, eu não sei como é que nós chamaríamos, mas é fora do mercado capitalista formal. Temos visto muita gente combativa que, sem emprego ou com um salário de fome, vende imediatamente a terra que acabou de ocupar, o que é ilegal, mas vende. Por exemplo, eu vi-



de total confiança. Não vamos construir guetos, por exemplo. Mesmo porque nós estamos enfrentando um problema constitucional. É bom lembrar que no Brasil não existe a propriedade coletiva. A grande diferença com relação às cooperativas uruguaias é que lá a propriedade do imóvel é da cooperativa. Isso significa uma diferença absurda! Aqui a propriedade é privada e individual. Então, na hora que o mutirante quer vender a casa, quer se mudar, ele pode ser barrado pela associação, mas não existe algo jurídico que o impeça. Uma das questões que se apresentam, tanto nos mutirões co-

sitei um conjunto em Guaianases, na semana passada, onde a COHAB acabou de construir e colocou um pessoal do Adventista. Imagine, são 60Km de distância; eles pegaram gente que estava a 30Km da Praça da Sé em direção à Zona Sul e transferiram para 30Km da Praça da Sé em direção à Zona Leste. É como se fosse gado. Mas a casa é tão importante, que o pessoal foi e ocupou uma. Muito bem. Uma semana depois, uma família vendeu por 10 mil cruzados uma casa. Ninguém começou a pagar, não tinham papel algum, mas a família vendeu a casa por 10 mil, porque queria ir para o

Nordeste. O pessoal da própria comunidade estava muito chateado; falando que a prefeitura ia achar ruim, que a assistente social ia cobrar deles. Mas é uma situação de miséria e de desemprego! De repente, o próprio lote, o próprio barraco, a própria casa são usados como fonte de renda. Essa é outra questão que nós temos que discutir.

Sempre que defendemos a concessão do direito real de uso, ao invés da propriedade privada, colocamos esse problema. A luta por melhores salários, aumento do número de empregos e por melhores condições de trabalho todo mundo tem que levar, nada a substitui. **Às vezes, percebemos que as ocupações de terra servem muito para o trabalhador. Ele começa a valori-**

E se nós formos cobrar um barateamento da moradia a partir das políticas públicas, eliminando as empreiteiras corruptas, fiscalizando melhor etc? O que está acontecendo com o Fundo de Garantia hoje? Ninguém sabe. Parece que ele está sendo usado para cobrir o rombo da dívida pública interna. Essa é uma luta que tem que unir todo mundo: nós queremos financiamento de casa popular através do Fundo de Garantia com promoção pública.

Eu discuti isso com a Francisca – liderança do Grajaú – num debate na FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo), quando um companheiro da UNICAMP me disse: “você está vindo

da COHAB, ela vai ver que vocês tiveram poder de luta e conseguiram coisa melhor. Agora, colocar como uma proposta para o Brasil inteiro, que está sem habitação, um lote de 100 metros quadrados e uma habitação construída por mutirão, eu não concordo!”

Eu acho que o mutirão em certas circunstâncias é a melhor solução. Como acho que só se resolve o problema do déficit habitacional com produção em massa. Produção feita pelo Estado empresarial e financiada pelo Fundo de Garantia; se possível, construção direta pelo Estado, mas com o controle e a fiscalização da população, mas isso é uma palavra de ordem, por enquanto, ilusória. **Ou a habitação está contida no salário ou o governo arca, subsidiando-a.** Agora, eu quero que essa minha posição fique clara, ~~para~~ senão vão falar que eu sou contra esses mutirões: historicamente essas experiências que estão sendo feitas são fundamentais para mostrar do que o povo é capaz.

FASE

– Você pode esclarecer melhor essa separação entre os mutirões que têm formas de controle popular e os mutirões institucionais com controle governamental?

E.M.

– Existe uma diferença básica quando o controle do processo tem a participação da população (eu não diria nem a autogestão), quando essa população não é cooptada, quando ela já tem uma certa consciência. Quando isto não existe, a máquina do Estado evidentemente sufoca. Aliás, seria um contra-senso, contrário a tudo o que se entende sobre o caráter do aparelho estatal, achar que o Estado vai pegar uma população que não tem autonomia, nenhum nível de organização autônoma e, através do mutirão, permitir que isso aconteça. Jamais!

Por exemplo, considere os mutirões que o CDH está promovendo na Zona Leste de São Paulo e também no interior. Há mutirões que foram um desastre completo, com uma grande rotatividade de famílias participantes, porque foram muito



zar a terra que ocupou, constrói um barraquinho, e vai para uma fronteira maior ainda. Não dá para cobrar dele, se ele está passando fome e transforma a terra em dinheiro. No entanto, aquilo que ele está transformando em dinheiro é fruto de uma luta social que não é só dele, foi valorizado a partir de uma luta política comum. Eu acho que essa questão também tem que ser discutida e não só pelos mutirões. Não adianta baratear o preço da casa porque isso vai repercutir em termos de rebaixamento de salário – **é a questão célebre do sobretrabalho no mutirão.**

com aquele papo antigo, da década de 70, de falar no sobretrabalho”. E eu respondi: “eu acho que o mutirão funciona quando a população está organizada e consciente. Do contrário, ele é elemento de cooptação que não dá bons resultados em termos de habitação e nem de organização da população”. Não é verdade que o mutirão é um instrumento para isso. Eu falei: “para vocês funciona... Eu até defendo que vocês tenham um lote de 100 metros quadrados ou até maior; vocês merecem porque estão numa luta de dez anos e, até se o resto da população for para um apartamentinho vagabundo

desorganizados: a prefeitura ou não pôs um mestre de obras ou pôs um que era funcionário dela e que não se empenhou.

É novamente a questão da gestão do processo de trabalho, que em uma empresa capitalista é fácil por ser autoritária. Nesses mutirões, depende do interesse do mestre ou do engenheiro. Nas prefeituras onde há esse interesse a coisa funciona. Em outros casos não. Agora, funcionou em termos de quê? De organizar a população? Absolutamente! Funcionou em termos de produzir uma casa de boa qualidade a um custo baixo, porque essa população recebeu essa casa que no mercado imobiliário vale muito mais do que uma casa da COHAB.

Por exemplo, a experiência de Penápolis mostrou isso. A COHAB construiu casas de trinta e poucos metros quadrados. O IPT deu assessoria a Penápolis para construir casas de 54 metros quadrados, perfeitas, com infra-estrutura, tijolo de barro, ótima qualidade de construção, projeto muito bom etc. A casa a que o IPT deu assessoria – eu nem sei se o CDH estava no meio – saiu mais barata e de melhor qualidade. No mercado imobiliário ela tem um valor muito maior do que a casa da COHAB e a prestação é menor, para uma população de meio a dois salários mínimos. Eu até gostaria de voltar lá, para ver se aquele pessoal vendeu as casas para ter um patrimônio ou para comer na entressafra, porque era bóia-fria. Isso para você ver como a questão da habitação tem realmente a ver com a questão do trabalho e do salário, que são anteriores. A experiência do BNH na Vila Kennedy, mostra que não adianta dar casa para alguém que não tem salário, não tem o que comer. O pessoal arrancou o vaso sanitário e vendeu para sobreviver.

Nas prefeituras onde os mutirões deram certo, a população que ganhou casa tem no prefeito um deus, porque ela foi beneficiada por um imóvel que tem um certo valor, que ela jamais conseguiria comprar, que aparece quase como uma dádiva da prefeitura. É que nem o caso do apartamento da COHAB, é a mesma coisa: você de repente paga



uma prestação, em alguns casos de Cz\$ 1.000,00, que nem em favela você consegue. É um privilégio conseguir um negócio desses numa situação tão desigual. Claro que serve muito para uma cooptação. O Iris Rezende fez aquela loucura, não fez? Mas, vamos examinar o caso dos mutirões da Zona Sul. Lá o pessoal não aceita que uma empreiteira construa pois ninguém sabe o material que vai ser usado, como vai se construir, como é o projeto, ou então, se o projeto é esse modelar, um caixotinho. Dizem que é modulado, flexível, um monte de termos do **design** moderno. Mas, o pessoal não aceita isso, é um pessoal que sabe o que quer. Não aceita um projeto qualquer, não aceita um padrão urbanístico qualquer, não aceita um material qualquer. **É uma população muito avançada que representa, é claro, muito pouco do que é hoje a população brasileira. Mas, enfim, é um pessoal de vanguarda que quer discutir tudo. Então, existe uma diferença muito**

grande que é a autonomia da população, é a independência da mesma em relação ao Estado. Já os projetos da Zona Leste não têm isso. Achar que o Estado vai organizar a população! Jamais! É fatal que a relação seja de cooptação.

FASE

– Ermínia, eu gostaria que você relacionasse a questão dos sem-terra, que envolve um contingente populacional muito grande, com a questão dos mutirões.

E.M.

– O mutirão, tem um peso ideológico que é preciso avaliar bem. É o caráter da solidariedade, de fazer as coisas juntos. A tradição e as raízes do mutirão estão na cobertura do paiol na zona rural, depois da qual o proprietário oferece um almoço, às vezes tem até festa. Eu colocaria realmente a solução do problema da habitação, na escala em que este se encontra atualmente, muito longe dessa visão bonita e solidária.

Acho que não dá para responder com mutirão à escala de necessidades da Zona Leste. A menos que tivéssemos do nosso lado — como as cooperativas uruguaias têm — um núcleo independente do aparelho de Estado assessorando nas questões tecnológicas, de projeto, de divisão de trabalho, de gestão de canteiro etc. Aí eu acho que poderia dar samba, aí eu concordo. Isso nós podemos até, quem sabe, alcançar. Com que recursos, por enquanto, eu não sei. No Uruguai o crédito hipotecário vai para a cooperativa, que tem autonomia na gestão desse dinheiro. Se fosse possível algo semelhante em termos do Sistema Financeiro da Habitação... Aliás já está na proposta da coordenação da Zona Sul um programa desses: o dinheiro viria para a cooperativa que contrataria e formaria uma cooperativa de engenheiros e de arquitetos. Assim, talvez, fosse possível construir em massa.

Por enquanto, com o trabalho voluntário, com as poucas coisas que existem em termos de assessoria a essa construção... Porque a população vai construir nos fins de semana e não é todo fim de semana, quer dizer, é uma coisa meio complicada de organizar. Atingir um nível satisfatório de organização do trabalho demora anos e fazer isso com uma escala de população como os "demandatários" da Zona Leste! Eu acho que nós podemos alcançar esse nível. Aí seria interessantíssimo: **um nível de libertação e de controle dos bairros, porque também tem esse lado; se a população constrói uma região inteira autonomamente, ela também fica com um controle sobre o espaço e sobre a sua manutenção, sobre a gestão do espaço coletivo, o que é uma coisa muito interessante; se os mutirões evoluírem para a libertação de certas áreas da cidade, sob controle total da população.** Acho que para o futuro nós poderíamos apontar para esse lado, mas, por enquanto, a demanda tão séria da Zona Leste tem que ser resolvida de várias formas. Uma delas pode ser o mutirão.

FASE

— O pessoal lá da Zona Sul tem colocado, por exemplo, que, ao invés

de se submeter ao mercado na compra do material de construção, o movimento poderia conseguir recursos através de alternativas de financiamento, de agências inclusive, para construir uma usina de materiais de construção. Isso significaria, segundo alguns cálculos, um barateamento muito grande. O que daria ao Estado apenas o papel de reconhecer os direitos que esses moradores teriam a infra-estrutura urbana e o papel de agente financeiro. E todo o processo seria controlado de uma forma cooperativada. As questões que estão sendo colocadas referem-se à produção do material de construção, da casa e à gestão desse espaço. Acho que o que se pretende é, mais ou menos, uma proximidade com o modelo uruguiaio. Essa usina produziria todo o bloco, todos os módulos, que seriam levados para os canteiros e se organizaria a distribuição para a produção das casas. É uma idéia que está ganhando força na região.

E.M.

— Veja bem, a ditadura uruguiaia tentou acabar com esse tipo de programa que financiava as cooperativas, porque ele acabou sendo uma coisa tão forte que, mesmo com a quase extinção dos partidos de esquerda, o movimento cooperativista uruguiaio de mutirões chegou a enfrentar a ditadura. Foi o que restou, inclusive, uma certa hora. Agora, eu penso o seguinte: primeiro nós estamos toda hora pensando o Estado como alguma coisa que está sempre contra. Nós já fizemos alguns exercícios, na elaboração de plataformas do PT, de pensar o Estado a favor. Mas sempre com o pé atrás. O Estado sempre vai ser o Estado. Mesmo na mão do PT, a tendência da máquina vai ser sempre de cooptar. Mas de qualquer forma nós fizemos propostas muito semelhantes a esta, quer dizer, **produzir materiais de construção, "kits", vender "kits" prontos, hidráulicos, elétricos, um conjunto, um sacolão. Vender um**



x número de placas ou de blocos ou de laje ou de cobertura, enfim, um sacolão. Eu não acho isso difícil de conseguir, não. Pelo que entendi da conversa da COHAB e pela história dos nossos movimentos, eu vejo o seguinte: o BNH tinha necessariamente que repassar o dinheiro através de um agente financeiro, um agente técnico que era o responsável pelo contrato. Eles sempre quiseram pôr empresas na jogada. Muito bem. E nós nunca tínhamos a chance de ter esse dinheiro repassado para uma associação de moradores. Aliás, o Recanto da Alegria foi muito importante quando mostrou que uma associação podia gerenciar um dinheiro que vinha para financiamento individual, mas o pessoal se juntou. O financiamento do BNH, o financiamento para o consumo, é sempre individual. Isso é um outro problema.

Mas, ao mesmo tempo, o BNH mantinha programas para o financiamento da indústria da construção, no desenvolvimento de capital fixo, no desenvolvimento de propostas dos seus agentes. **Agora à medida em que a COHAB aceita a UNICAMP como um agente técnico – porque é isso que nós estamos reivindicando e isso também é uma conquista importante, uma**

novidade, porque é um agente que está do lado da população e que não fere a autonomia da população, ao contrário, contribui para ela – que recebe o financiamento e fica responsável pela produção dos componentes, acho que nós estamos no limiar disso acontecer tranquilamente. Eu não sei como resolver juridicamente isso, porque, pelo que entendi da COHAB, será o núcleo da UNICAMP e não a cooperativa o responsável. O que nós teríamos que conquistar realmente seria a mudança na legislação de cooperativas do Sistema Financeiro de Habitação e garantir que a cooperativa possa ter autonomia no gerenciamento do dinheiro. Seria um salto importante. É uma proposta que uniria todo mundo, todos os movimentos no Brasil, seja de inquilino, de mutuário ou de favelado.

FASE

– Mas a cooperativa pode ser proprietária.

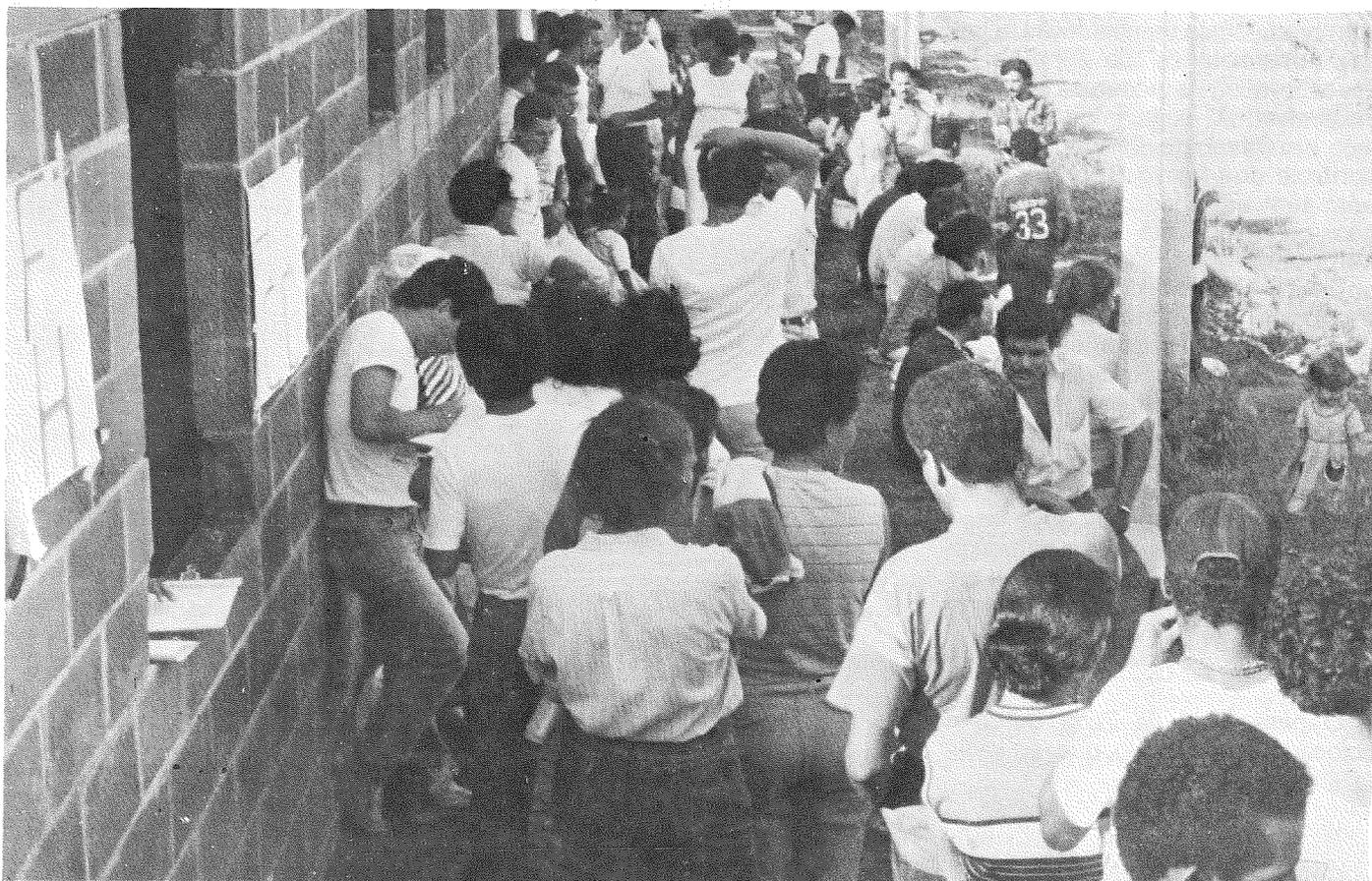
E.M.

– Ela pode fazer um contrato com o morador em que para ele vender sua casa teria que passar pela cooperativa. É algo que precisaríamos estu-

dar. Eu acho essa proposta importante, porque a cooperativa não visa lucro, não é capitalista e teria um patrimônio.

FASE

– A questão da habitação no Brasil sempre foi tratada como uma questão de mercado, uma questão de livre iniciativa. Os mutirões tradicionais, bem como aquela estória do trabalhador comprar um terreno na periferia e ir construindo individualmente, lentamente, todas essas formas estão dentro do mercado, da livre iniciativa. O trabalhador tem a livre iniciativa de comprar um terreno e construir, desde que tenha poder aquisitivo para isso. O BNH (Caixa Econômica) é um agente de mercado também. As empreiteiras constroem por livre iniciativa e vendem de acordo com as normas do mercado. E nunca na nossa história a habitação foi encarada pelo Estado como um direito social coletivo. Os mutirões e os próprios movimentos de invasão de terra precisam aprofundar mais esse lado da questão, pensar o direito social coletivo, o atendimento das necessidades como algo independente do direito de propriedade, independente das leis de mercado. Como você vê essa questão?



E.M.

– Eu acho que isso já implica um salto de qualidade: alcançar formas coletivas e sociais, estruturais mesmo, de propriedade. Você tocou numa questão que é muito mais importante do que discutir se é mutirão, se não é mutirão. Está ligada ao problema do financiamento individual do BNH, à discussão que nós desenvolvemos com o pessoal do Rio de Janeiro sobre concessão de direito real de uso. O pessoal do Rio é contra, particularmente o pessoal da Igreja. Chegamos a ter discussões sérias. A concessão de direito real de uso pode ser coletiva. Essa era a nossa idéia. Ela quebra um pouco a coisa da propriedade privada. A pessoa poderia até vender a concessão, mas, da forma que estamos propondo, ela teria que passar por uma comissão composta pela prefeitura e pelos moradores – a prefeitura também teria responsabilidade na lei.

A lei de concessão do direito real de uso que nós fizemos com o movimento de favelas em São Paulo (nós é forma de falar porque eu acompanhei de fora), foi uma lei feita com a participação da população. No fundo, os objetivos dessa lei incorporam muitos dos objetivos que o pessoal dos mutirões defende. Inclusive, o povo se obrigava a certos quesitos: não podia explorar comercialmente, tinha uma série de elementos que davam certos deveres para o povo e deveres para o Estado. Por exemplo, **o Estado era obrigado a urbanizar. Foi uma coisa muito bonita onde se colocava:**

“bom, mas e a mulher sozinha que o marido abandonou, como é que faz para o marido não vender a concessão?” Enfim, foi uma lei feita com uma participação ampla; havia quatrocentas favelas envolvidas. A nossa discussão era sobre essas formas coletivas de posse – pois no caso não era propriedade – que permitem dar um salto de qualidade. No caso que você está colocando, dos direitos sociais de cooperativas, de apropriação coletiva, isso sim seria um germe de alguma coisa que aponta para uma sociedade diferente e eu acho isso interessante.

Nós discutimos muito esta questão a partir da concessão de direito real de uso. E todo mundo no Rio falava: “não, mas o povo quer a propriedade privada”. Claro! E as irmãs lá de Volta Redonda diziam: “não, mas se os ricos podem ter, vocês estão discriminando, querem dar uma situação diferente para o pobre”. E nós argumentávamos: “bom, mas se nós estamos lutando por uma sociedade nova, vamos repetir a forma como os ricos se organizam?” Na verdade nós mostramos como as leis aqui em São Paulo podem funcionar (funcionam em Diadema, em Itú, em Mauá, em Embú). Se você perguntar ao povo se ele está a favor da propriedade privada ou de concessão, todo mundo vai reproduzir o sistema. Agora, se você explicar a importância na organização popular... **E aí sim, mais importante do que construir em mutirão, é dar um salto: ter formas coletivas, diferentes, de apropriação jurídica; receber financiamento coletivamente, ter posse coletiva etc.** Isso dá outro caráter, aponta para novas relações sociais onde nem todo mundo é proprietário privado, recebe um financiamento privado. Eu acho que a força das cooperativas uruguaias estava nisso. Ninguém me tira isso da cabeça.

FASE

– A concessão real de uso parte de uma outra questão que é muito difícil de ser implementada antes de se ter uma consciência global na sociedade de que a moradia é um direito social de todos que pode ser exercido coletivamente. No Brasil a moradia ainda é uma questão de direito privado e não de direito coletivo ou de direito público. Essa discussão é complicada, porque dos bens de consumo privado a moradia é o mais caro para a população. E ela é de consumo privado. É diferente da rede de água, da praça, da rua que são consumidas coletivamente. Como pensar num consumo privado, mas numa propriedade social ou estatizada? Eu acho que aí se toca em relações estruturais do sistema capitalista.

Reconhecer a moradia como um direito social coletivo implica, necessariamente, um enfrentamento com os intermediários e, portanto,



com o capital vinculado à especulação imobiliária. Essa é uma questão que não se resolve com uma simples proposta tirada numa plenária, quer dizer, é um processo histórico que pressupõe uma certa mudança na correlação de forças, um grau de organização muito elevado e uma transformação do próprio senso comum da sociedade.

Eu acho que implica, inclusive, uma outra questão, que são as organizações permanentes. Por exemplo, nos mutirões ninguém garante que depois de concluída a construção a organização se mantenha, inclusive pelo problema do espaço privado, quer dizer, a noção do privado fora da casa. Já os contratos coletivos podem favorecer a manutenção de uma organização permanente.

E.M.

– Eu acho que foi bom aparecer isso aqui, porque é muito importante discutir no interior do movimento popular o que é um salto em termos de organização política e ideológica e das próprias relações sociais. Por exemplo, você pode construir por mutirão, ter um nível de organização

incrível e depois a coletividade se desfazer, porque cada casa vai ter um valor no mercado imobiliário e as pessoas podem querer vendê-la até para se mudar. Agora, se o controle está com a associação, se a venda passa pela associação, já se incorpora um integrante que está participando da luta. **O que está se falando caminha também no sentido de libertação de áreas, de enfrentar mesmo o mercado imobiliário privado. É cedo para levantar essa questão, mas acho que nós precisaríamos começar a pensá-la.**



FASE

– É, eu acho que temos que pensar caminhos orgânicos de massa que possam levar a isso. Por exemplo, o Estado sempre foi um agente de organização do capital; é o papel dele dentro da nossa sociedade. Agora, pensar o Estado como um agente desorganizador do capital e organizador do povo, é pensar um salto de qualidade muito diferente. Hoje, o que está sendo discutido, inclusive dentro da própria Constituinte, é como o Estado deve reconhecer o direito social à moradia. Alguns propõem o subsídio a sua construção. Isto não rompe com a lógica da especulação imobiliária.

E.M.

– Ao contrário, esta é uma proposta dos promotores imobiliários e da indústria da construção, porque eles querem subsídio. **Como a população não tem poder aquisitivo e eles querem manter a taxa de lucro, defendem o subsídio para eles produzirem essas habitações.** A questão do subsídio é séria, tanto que na nossa proposta de reforma urbana colocamos que os serviços coletivos não tenham subsídios, porque, quando explorados privadamente, o subsídio é lucro. Agora, é mais

fácil discutir serviços públicos porque são coletivos; quando você discute habitação, tem a dificuldade de que ela é de consumo privado apesar de ser um direito social coletivo. Essa é uma discussão muito complexa, que precisaríamos aprofundar realmente e tentar ver que saltos são possíveis em nível constitucional de direito de propriedade e em nível de financiamento também.

FASE

– O governo populista do Brizola criou a Fábrica de Escolas, uma fábrica de pré-moldados para a construção de escolas a baixo custo. Só que ele entregou a montagem das

escolas a empreiteiras. Eu me pergunto se durante uma gestão popular do Estado não seria possível construir uma fábrica de moradias de natureza pública e, ao invés de se entregar a montagem às empreiteiras privadas, produzir, sob forma de mutirão ou através de empreiteiras públicas, moradias em larga escala, o que daria condições de atender a uma grande parcela das demandas sociais.

E.M.

– Olha, a idéia que nós tínhamos quando discutimos a plataforma do PT era bem essa, era essa mesmo. Qualquer prefeitura municipal de um porte um pouquinho maior teria condições de fazer isso tranqüilamente. É absolutamente viável essa idéia e nós nem pensávamos em grandes mutirões; o pessoal da periferia compraria os “kits” e montaria a sua casa com uma assessoria técnica. Mas isso significa enfrentar os interesses do capital imobiliário, do pessoal que comercializa o material de construção. Existe esse conflito. Por outro lado, seria preciso ter um capital inicial.

Quando estávamos pensando nessa proposta, paramos exatamente no ponto em que tínhamos que fazer uma análise de custo da instalação de canteiros, de cimento – este no Brasil é um oligopólio. **Nós achávamos necessário aprofundar essa proposta, dar-lhe um respaldo técnico, saber o custo da instalação de uma usina de componentes. Por exemplo, mostrar que um governo como o de São Paulo podia ter uma usina de cimento. Chegamos a pensar a questão da instalação da usina, do transporte, porque tem o problema do custo de transporte nessa estória. E achamos perfeitamente viável. Agora, vamos enfrentar a questão da terra em qualquer um desses casos.**

FASE

– E a questão da terra coloca um aspecto essencial da própria reforma urbana, quer dizer, a necessidade de mecanismos de desapropriação a baixo custo, de utilização compulsória, de uma série de outras questões que são fundamentais para pôr fim à especulação do uso do solo, do uso da terra.

E.M.

– O que define esses instrumentos todos que estamos propondo é o maior controle do custo da terra em função dos interesses sociais. A terra hoje é realmente um gargalo, não temos a menor dúvida. É possível continuar na Zona Leste e no Adventista porque a COHAB tem um estoque bastante grande de terra e o CDH está comprando e desapropriando vastas áreas. Mas a forma de ocupação que está ocorrendo – voltando para a questão do mutirão – só permite uma ocupação de baixa densidade, em lotes individuais.

O Santana chegou a dizer que no mutirão do Adventista o pessoal não queria nem casa geminada. A idéia era realmente buscar a raiz no campo, que o pessoal tivesse uma galinha, uma couve, uma horta e tal. Agora, do ponto de vista urbanístico, isso é absolutamente irracional. Por mais que a população prefira e eu também.

Agora, há condições de discutir essa questão que algumas pessoas já levantaram: uma produção mais empresarial do esqueleto e da estrutura de pequenos edifícios que a população poderia completar. Seria uma planta livre e cada um faria a casa do jeito que quisesse. Já foram feitas propostas sobre isso. Mas é uma irracionalidade cada um ter trinta metros quadrados de quintal, que somados dariam uma praça, um equipamento coletivo imenso, um **play-ground**, uma quadra de esportes etc. Mas o mutirão está muito ligado à casa térrea. Inclusive porque fazer coisas em altura com o mutirão complica muito mais a gerência do canteiro.

FASE

– Seria preciso equipamentos a que só o grande capital tem acesso. Além disso, a casa térrea e o terreno amplo devem ser pensados de acordo com cada realidade. Nos pequenos municípios que têm áreas abundantes é uma construção não só perfeitamente cabível, talvez necessária. Agora, é bom pensar objetivamente numa cidade como São Paulo, com poucas áreas livres, em como atender a demanda habitacional a longo prazo.



E.M.

– A Zona Leste é um mar de casas térreas e pequenos lotes sem equipamentos coletivos. As distâncias são imensas. Uma ocupação que foi espontânea, mas é absolutamente estúpida em relação à vida numa grande cidade. Não existem mais condições para fazer equipamentos coletivos. A extensão também acaba sendo exagerada. Na medida em que você adensa, as áreas coletivas é que ganham: as áreas são mais coletivas e as distâncias diminuem. Por isso, para ir para Guianazes você anda trinta e poucos quilômetros do centro de São Paulo.

FASE

– Você está colocando uma questão que até aqui não havia sido mencionada: a relação do contrato coletivo com a questão urbanística da densidade habitacional. Nesse sentido, existe uma contradição no mutirão entre a perspectiva individual (ou individualista) e a perspectiva coletiva da proposta.

E.M.

– Houve esta discussão na proposta do Grajaú quando o pessoal das Belas Artes fez o plano – uma série de prédios baixos e um lado que era

de casa térrea. O pessoal que estava participando ficava com as casas térreas e quem chegasse depois ficaria com os apartamentos. Quer dizer, era uma espécie de prêmio: o pessoal aceitou verticalizar, desde que eles ficassem com a casa térrea. E no Adventista, segundo o Santana, nem casa geminada eles queriam; queriam recuo dos dois lados mesmo. No fim parece que eles conseguiram fazer casas geminadas.

FASE

– Realmente, a casa térrea com um espaço amplo é a certeza de uma qualidade. É uma qualidade de vida superior em termos privados e em termos individuais.

E.M.

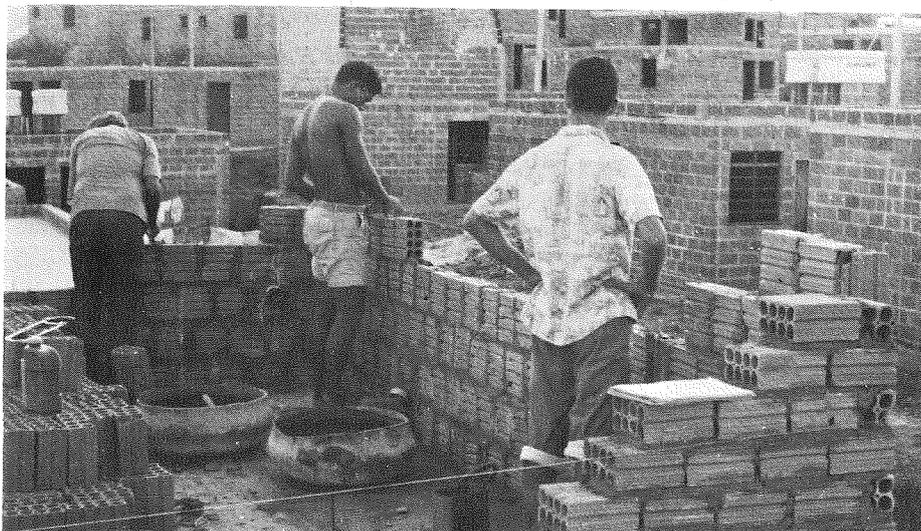
– Sem dúvida, é uma qualidade de vida superior para quem tem a propriedade, mas em termos coletivos é um lote individual.

FASE

– Essa concepção já está padronizada, é o modelo da apropriação privada.

E.M.

– Quando se visita os países socialistas, isso é algo que assusta.





Não se vê muro, só prédio e área verde, prédio e área verde, prédio e área verde, mas nem sonhando essa coisa de construir casa térrea. Claro que eu estou me referindo ao socialismo europeu. O que eu soube de Cuba é que 40% das habitações ainda são construídas, como em qualquer país capitalista. É a autoconstrução. Eu cheguei a perguntar para um arquiteto se o governo prestava alguma assistência e, pelo que ele me falou, não. É uma coisa em que eu também não acreditei e que gostaria de conhecer de perto.

FASE

– Eu não conheço bem os programas habitacionais de Cuba, mas sei que em muitas casas o ocupante não é proprietário, mas inquilino ou concessionário de um prédio construído para os trabalhadores de tal ou qual indústria.

E.M.

– Agora parece que eles retornaram, um pouco, com uma lei bem recente, para a propriedade privada. Mas são edifícios. O governo faz os edifícios em altura com toda a instalação de equipamentos coletivos. Eu vi um conjunto de casa térrea, mas era zona rural, como você falou, cidades pequenas.

Lá o mutirão teve outra característica. Safa um indivíduo de cada linha de produção, de fábrica, de coleta de lixo etc. Quem ficava na linha de produção supria os companheiros. Então o Estado não tinha prejuízo com isso e esse grupo se reunia para fazer o mutirão. Os apartamentos iam para aquela coletividade da qual saíram os trabalhadores para fazer parte do mutirão. É mutirão organizado pelo Estado, que não tirava o indivíduo do setor produtivo onde ele já se encontrava. Parece que com isso eles também qualificaram muita gente na área de produção.

Quanto ao padrão de urbanização – e certamente precisamos começar a discutí-lo – eu acho que será mais fácil o pessoal ter uma outra visão de cidade, quando tivermos uma articulação de cidade do movimento popular. Por exemplo, o movimento popular sempre se coloca contra grandes obras. Na discussão de reforma urbana, no Rio, isto estava claro, porque houve a expulsão de parte da população moradora no centro da cidade, quando foram construídas as grandes avenidas. E nós tivemos uma divergência na redação da proposta/emenda de reforma urbana, por-

que o pessoal achava que desapropriação a baixo custo só por interesse social e não para utilidade pública, porque senão as empreiteiras a usariam. Entramos com a discussão sobre o metrô de São Paulo: uma grande obra que a população adora e que resolveu o problema de muita gente. Não podíamos ser contra. **Numa cidade desse tamanho você não pode ser contra a modernização. O fato é que existe muita corrupção na construção das grandes obras.**

O que a nossa proposta de reforma urbana tenta garantir é que a desapropriação de um morador de casa própria tem que ser indenizada no valor real, para que ele possa se mudar para outro lugar. Mas você não pode ser contra essa desapropriação. Imagine o Rio de Janeiro hoje sem as suas avenidas. Nós temos que discutir isso, porque senão, existe a possibilidade de nos ligarmos mais ao que há de mais atrasado. Numa cidade desse tamanho não se pode negar que é necessário modernizar o transporte, que o trabalhador tem o direito de desfrutar do moderno.

FASE

– Nessas desapropriações tem que ser garantido o direito à moradia, o direito inclusive de continuar morando na própria área ou no mesmo bairro. Mas esta é uma questão que não se resolve juridicamente, só se resolve politicamente.

E.M.

– Só com luta. Não é o caso de ser contra grandes obras. Agora, tem grandes obras e grandes obras. O metrô de São Paulo, em alguns trechos, foi das obras mais caras do mundo em termos de transporte. Claro que é preciso ser contra isso. Por que não se faz um padrão mais econômico, por que não se elimina a corrupção? Mas quem dirige as grandes obras ainda são as empreiteiras!

FASE

– Essa é a questão. A direção política e social das obras públicas.

E.M.

– **Essa visão de cidade, do padrão urbano de ocupação, de para on-**

de é melhor a cidade crescer, das grandes obras, só vai se colocar para o movimento popular quando ele tiver uma articulação a nível mais amplo... E eu não acho que isso vai demorar muito. Por enquanto não estamos colocando essas questões porque sentimos que seria uma coisa muito de fora para dentro e de cima para baixo, quer dizer, tem uma hora para tudo dentro da dinâmica do movimento popular. E eu acho que a qualquer hora ele começa a colocar essas questões.

FASE

– A questão da terra está muito mais evidente nas favelas do que nos mutirões, porque os favelados vivem permanentemente ameaçados de expulsão e lutam para permanecer na mesma terra, mas sem pensar a cidade como um todo. Os mutirões, ao negociarem a compra dos terrenos, acabam indo para as fronteiras de expansão urbana. Isso caracteriza uma fragilidade política e orgânica dos movimentos para questionar a localização da terra, a especulação fundiária, a qualidade dos serviços urbanos e a própria gestão da cidade. Em suma, ainda não se colocou um projeto alternativo de cidade, de uso deste espaço e de direito urbano.

E.M.

– Isso é outro ponto a que o nível de consciência ainda não permitiu chegar. Eu escrevi um texto para a Vozes que se chama "Direito à Terra ou Direito à Cidade?" que desenvolve exatamente esse raciocínio. **A questão do direito à terra levava muito movimento a ocupar terra na chamada área de expansão urbana, que é quase zona rural. E que nós devíamos começar a levantar a questão do direito à cidade, porque terra na cidade não é como no campo. Você vai ter que fazer o poço, a roça, você vai ter que andar quilômetros para chegar ao ponto de ônibus, não vai ter água tratada. Devíamos colocar a questão da cidadania por aí. Isso é muito importante discutir quando há luta nos bairros centrais deteriorados. Luta contra o deslocamento para a periferia.** Favela mesmo, o Jânio vai tirar muito pouco. Interessa tirar as favelas que es-

tão nos caminhos dos aeroportos ou em áreas muito valorizadas. Ele não vai mexer nem com 10% dos favelados de São Paulo. Ele quer sanear e pôr os favelados na periferia. Mas o problema dos bairros deteriorados é numericamente até mais importante. O capital imobiliário está de olho nesse espaço. Eles fizeram uma primeira investida agora com o projeto de Santa Efigênia, do Jânio Quadros. O capitalista individual não pode investir num bairro desvalorizado, mas o Estado pode. Ele desapropria e depois entrega ao capital privado para construir. Hoje existem no Brás, por exemplo, vastas áreas vazias em volta do metrô. Seria genial, se o povo reivindicasse aquela área para construção de prédios ali, do lado do metrô no Brás.

FASE

– Sempre se recoloca a relação salário-moradia. O deslocamento para o limite da expansão urbana significa distanciamento dos locais de trabalho, piores condições de transporte e uma série de elementos também integrantes da cidadania.

E.M.

– O afastamento das áreas urbanas traz um tal peso, exige um tal sacrifício da população, que é assim: crianças nascendo dentro de automóvel, porque o hospital fica a vinte quilômetros do loteamento; é o problema do posto de saúde, da escola, é o custo dos transportes, como você está falando, que chega em alguns lugares a 50% do salário.

FASE

– Os processos de invasão e, até certo ponto, os mutirões e outras experiências reforçam muito a ideologia da casa própria. É discutida pouco a questão de ocupação do espaço urbano, de direito à cidade, quer dizer, não pensam a cidade como um bem público que todos têm o direito de usar, gozar e dispor, que seja para dar prazer e não sacrifício. Nessa questão, hoje, os movimentos mais diversos, o de saúde, o de favela, o dos sem-terra, o dos mutirões e os demais movimentos ainda não conseguiram dar o salto de uma luta imediata para um projeto novo de cidade, um projeto novo de vida urbana. Discutir com esses movimentos para que eles se arti-

culem em torno desse projeto, quer dizer, onde cada um traga as suas experiências para articular um projeto coletivo. Como assessora, como participante do movimento, como você tem pensado essa questão?

E.M.

– Olha, eu tenho insistido muito em análises amplas porque eu acho que muitos movimentos estão mais do que amadurecidos para começar a ter essa visão geral. **A burguesia e o Estado têm todas as informações a seu dispor e pensam de forma global, eles têm uma visão global. Nós ainda estamos engatinhando nesse sentido. Existe o que eu chamaria de uma consciência comunitária, uma consciência geograficamente localizada, mas não existe uma consciência de classe. Os próprios operários do movimento sindical não entendem a luta entre capital e trabalho, no espaço urbano, acham o movimento de bairros um movimento menor. E realmente é um movimento que pode ser mais atrasado ou mais avançado.**

Eu acredito muito no que vem de fora, não em um trabalho de doutrinação, mas em um trabalho de informação, de formação, de material que informa; a burguesia usa isso. **É um absurdo achar que o movimento popular isolado, sozinho, sem nenhum trabalho intelectual que venha de fora, vai avançar. Há momentos em que essas coisas devem ser introduzidas, mas não é a qualquer momento que o movimento está preparado para não ser cooptado ou para não ser dominado. Essas informações têm que vir em momentos precisos para que o movimento não perca a sua autonomia.**

Essa palavra de ordem – o direito à terra – no campo está muito certo, mas na cidade não, na cidade nós não queremos só terra, nós queremos o direito à cidadania, à vida na cidade. O que o Henri Lefèvre chama de "A festa da cidade": O que é viver na cidade? Não é só sacrifício, como você está falando. Agora eu acho que a visão da casa como número, a visão da casa em si e não da casa na cidade, não é suficiente. Vamos supor, uma mesma

casa num bairro que tem toda a infra-estrutura e na periferia, terá um valor completamente diferente: é a questão do valor de localização. Isto é algo que os movimentos ainda não enxergam e que precisamos inserir toda hora nas discussões, **mostrando como se compõe o capital imobiliário, como ele se articula com o Estado; como os proprietários de terra, os agentes financeiros imobiliários, a indústria da construção, os promotores imobiliários se articulam para influir na lei de zoneamento, no investimento público. Todas essas informações precisam ser levadas aos movimentos. Isto os partidos não estão fazendo, mas seria seu papel: levar informações e propostas.**

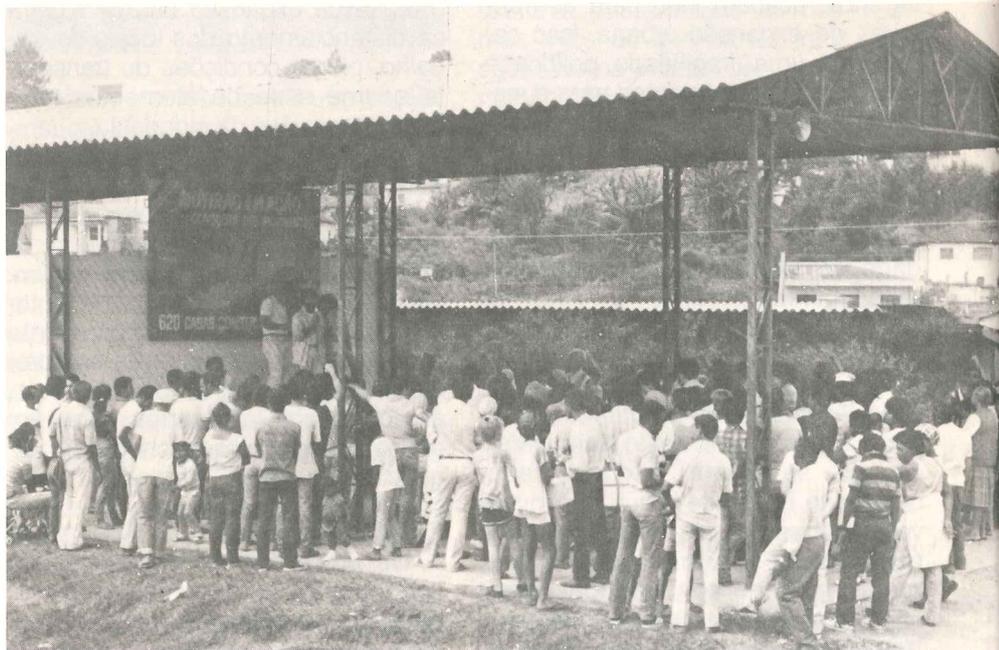
Em relação às questões urbanas, os movimentos têm propostas muito mais avançadas do que os partidos. Todas as plataformas dos partidos são genéricas, atrasadas. Os movimentos populares, embora fragmentados, avançaram muito mais nesta questão. **Tanto que quando o partido pega uma administração pública, não tem um programa. É uma festa para o capital imobiliário, que consegue sempre carregar para o lado que quer, pois ele tem um programa, claro que não para a periferia, mas para as áreas mais valorizadas. A periferia acaba existindo para o setor público só como carência: é a creche que falta, o asfalto que falta.**

Não existe realmente um projeto de cidade. Ele só vem sendo discutido, hoje, no movimento de reforma urbana que levanta vários aspectos referentes a serviços públicos, gestão da cidade, participação, aluguel, prestação da casa própria, financiamento etc. Mas a questão jurídica da propriedade da terra está na base de tudo. É um primeiro ponto a ser atacado e um ponto que une todo mundo. Veja o pessoal dos mutirões. Em alguns casos eles conseguiram terras bem localizadas. É o caso do Vila Nova Cachoeirinha, do Grajaú, do Adventista, que não são exatamente o que há de pior. Mas algumas invasões da Zona Leste foram em áreas que realmente exigem um sacrifício muito grande.

A visão de moradia isolada tem duas raízes: uma está ligada ao pessoal que vem do campo, que tem uma necessidade imediata: eliminar o custo de moradia. E que acha que, se tiver uma terra, o resto se resolve. Outra, é o capital imobiliário. O Estado e o capital imobiliário sempre tratam a habitação como uma questão de números e o que vai ser construído. Por exemplo, o movimento popular já colocou a questão da urbanização de favelas; não é necessário às vezes construir casa nova, mas regularizar a terra na favela e urbanizá-la. Mas isto não interessa ao capital imobiliário. De vez em quando a urbanização é programa de política pública, mas é uma coisa que sempre fica no meio do caminho. também os loteamentos clandestinos exigem complementação: o que tem de loteamento clandestino para por em ordem não é brincadeira.

Eu não concordo com a forma como se pensa a solução do **déficit** habitacional: construir casa nova. Há mitos que temos que desfazer. Casa é casa mais escola, transporte etc. Outro dia o Secretário da Habitação falou num programa que vão construir oito milhões de casas. Veja bem, o BNH não chegou a financiar quatro milhões em vinte anos. Para a apresentadora, que estava achando minha posição radical, eu falei:

“oito milhões de casas, você sabe o que isso significa em termos de infra-estrutura? É dobrar algumas das maiores cidades brasileiras! Isso implica tudo: não é só a rede de água, é toda a parte de infra-estrutura pluvial, córregos, encostas, transporte, viadutos, circulação viária, que às vezes sai mais caro do que as casas. É fácil falar em oito milhões de casas. Mas vão ser feitas aonde? E a cidade, como fica?”



O **déficit** habitacional é de não sei quantos milhões. Eu tenho discutido muito isso: o que se entende por **déficit**? Você poria uma pessoa que está na favela em uma casa nova? Então é **déficit**. Você poria quem está em um cortiço em uma casa nova? O **déficit** de São Paulo refere-se a mais da metade da população, se se considerar quem está nos bairros precários da periferia, em cortiço ou em favela. São 55% da população. Isto requer obras: em casa nova e infra-estrutura.

FASE

– Antes de ser um problema a favela é uma solução, uma alternativa de sobrevivência. Como resolver os problemas relativos à terra, à urbanização, ao transporte e a uma série de outras questões urbanas para que ela seja uma solução definitiva?

E.M.

– Quando o pessoal luta para ficar na favela é porque eles estão trabalhando perto, já conhecem a vizinhança, já investiram ali. E realmen-

te a remoção é uma violência. Mas há casos em que a remoção é necessária: de quem está na beira de córregos, de quem está em encosta que desmorona. Enfim, isso é outra coisa que às vezes eu tenho discutido com companheiros do PT, que são contra qualquer remoção. Como no caso do pessoal que morava embaixo da ponte da Vila Maria. Embaixo de ponte não é lugar de se morar! Nessas situações, nós temos que negociar para que eles não sejam deslocados para a periferia, que fiquem num terreno perto, dentro de suas necessidades.

A fragilidade dos movimentos urbanos provém da incapacidade de perceber o conjunto da cidade, o conjunto do urbano no Brasil, os interesses que cercam o urbano e que não estão só localizados geograficamente, espacialmente, mas estão nas grandes empreiteiras – que mandam nos orçamentos dos Ministérios de Energia, de Transporte –, que estão em todo gerenciamento do Sistema Financeiro de Habitação. É necessário entender esses interesses todos. Mas eu acho que temos que respeitar o estágio de cada movimento; eu sempre tive paciência para isso. Agora, uma coisa que eu acho muito grave é os agentes de classe média segurarem o movimento numa situação de atraso. E isso é muito freqüente.

A história do movimento dos loteamentos clandestinos da Zona Sul é uma prova disso. Tínhamos companheiros que respeitávamos imensamente, com quem trabalhamos oito anos, que foram responsáveis pela desmobilização de um dos maiores movimentos que São Paulo já teve. Sempre que propúnhamos algo mais avançado, os companheiros queriam voltar para o bairro, passar de casa em casa, nas ruas, fazer avaliação do movimento. Todo mês tinha avaliação do movimento, nunca em função das políticas públicas. Era uma avaliação do que cada um fez no mês, por que falhou etc. Não é que isso não seja importante, mas cai num subjetivismo, numa autopunição! Na greve de 79, em São Bernardo, propusemos trazer um líder na coordenação dos loteamentos clandestinos, para nós nos ligarmos



à greve. Argumentaram que era de fora para dentro, que estávamos passando por cima das bases. Tinham que levar às bases a propostas de trazer o líder operário. Sabe aquela coisa que a gente ia e voltava? Uma vez para resolver se fomos à prefeitura, ficamos quatro meses, porque ia, voltava, ia, voltava. Daí alguém falava: "o movimento aceita ir". Bom, mas como nós vamos? "Eu proponho que a gente vá marcar audiência com o prefeito". "Não, vamos levar para as bases para ver se as bases querem marcar audiência ou se vamos de repente". Sabe aquela coisa? E hoje, infelizmente, os dois companheiros... Um é assessor no Palácio do Governo, nós não esperávamos por isso, jamais! Hoje eu estou muito mais firme sobre esse aspecto. Se tiver que brigar para trazer uma liderança, uma informação organizada, um vídeo, fazer um texto, uma cartilha, eu brigo.

FASE

– A proposta da reforma urbana é fundamental, no sentido de que dá uma visão global da questão da cidade e unifica as bandeiras dos diferentes movimentos setorializados. Mas qual é a viabilidade, considerando o contexto interno dos movimentos hoje, dessa proposta vir a ser incor-

porada de forma duradoura e não ficar como uma questão meramente conjuntural relacionada à Constituinte?

E.M.

– Essa proposta que foi feita para a Constituinte não é adequada como proposta constitucional – inclusive não é uma emenda, ela teria não sei quantas emendas. Nós optamos por deixá-la como está, justamente para ser o embrião de uma proposta que venha sobreviver à Constituinte. Não é constitucional a fixação de aluguel, de prestação de casa própria. Não é, mas interessa! O importante é que isso foi o elemento que amarrou os mutuários, que amarrou os inquilinos, que amarrou o movimento de transporte. Eu vejo essa proposta como uma preliminar, a não ser a questão da terra que está bem escrita do ponto de vista jurídico, inclusive tecnicamente.

Eu acho que a proposta somou as forças; elas não são poucas. São lideranças de favela, mutuários, arquitetos, engenheiros... Não foi pequeno o salto que nós demos. Estamos aproveitando o momento da Constituinte, porque ele nos permite fazer essa costura. Eu, pessoalmente, tenho muito pouca esperança de conseguir alguma coisa nessa nova

Constituição, mas acho que vamos sobreviver a ela. Isso é que é fundamental.

Agora, nós temos uma série de problemas, por exemplo: como combinar na proposta de reforma urbana as reivindicações localizadas? Porque são diferentes. Cada movimento tem reivindicações diferentes. Houve uma proposta de montar um encontro estadual, em que cada movimento traria a sua proposta e nos formaríamos um calhamaço das reivindicações localizadas, que seria enfeixado por propostas que incorporassem todos os movimentos. Uma idéia que não pusemos em prática por causa da Constituinte, do abaixo-assinado. Mas nós estamos achando uma idéia interessante. Se fosse possível repetir em cada estado brasileiro um encontro estadual e cada estado tirasse os seus representantes e fazer depois um encontro nacional... **Poderíamos até tentar ver o que os favelados estão pedindo, os inquilinos, os ocupantes de terra, o pessoal de mutirão, o movimento de transporte e ver o que une todo mundo.** Porque nós vemos um problema: como não apontamos saídas imediatas, o pessoal dos sem-terra, dos inquilinos estão mais empenhados em uma negociação com os poderes públicos. Eu não sei como fazer a negociação dessas reivindicações específicas numa coordenação de reforma urbana. Acho que tem questões que cortam todo mundo: financiamento, terra, legislação, gestão democrática, padrão de urbanização. E o resto, eu acho que cada movimento vai continuar levando.

FASE

– Eu acho que há uma outra questão que é uma questão estratégica. Qual é o peso político de uma articulação para pressionar, qual é a correlação de forças. O que está em jogo é o conteúdo da reforma urbana. Agora, a questão da estratégia política é a questão de conseguir articular e mostrar o peso de um segmento da sociedade civil que está reivindicando um direito social.

E.M.

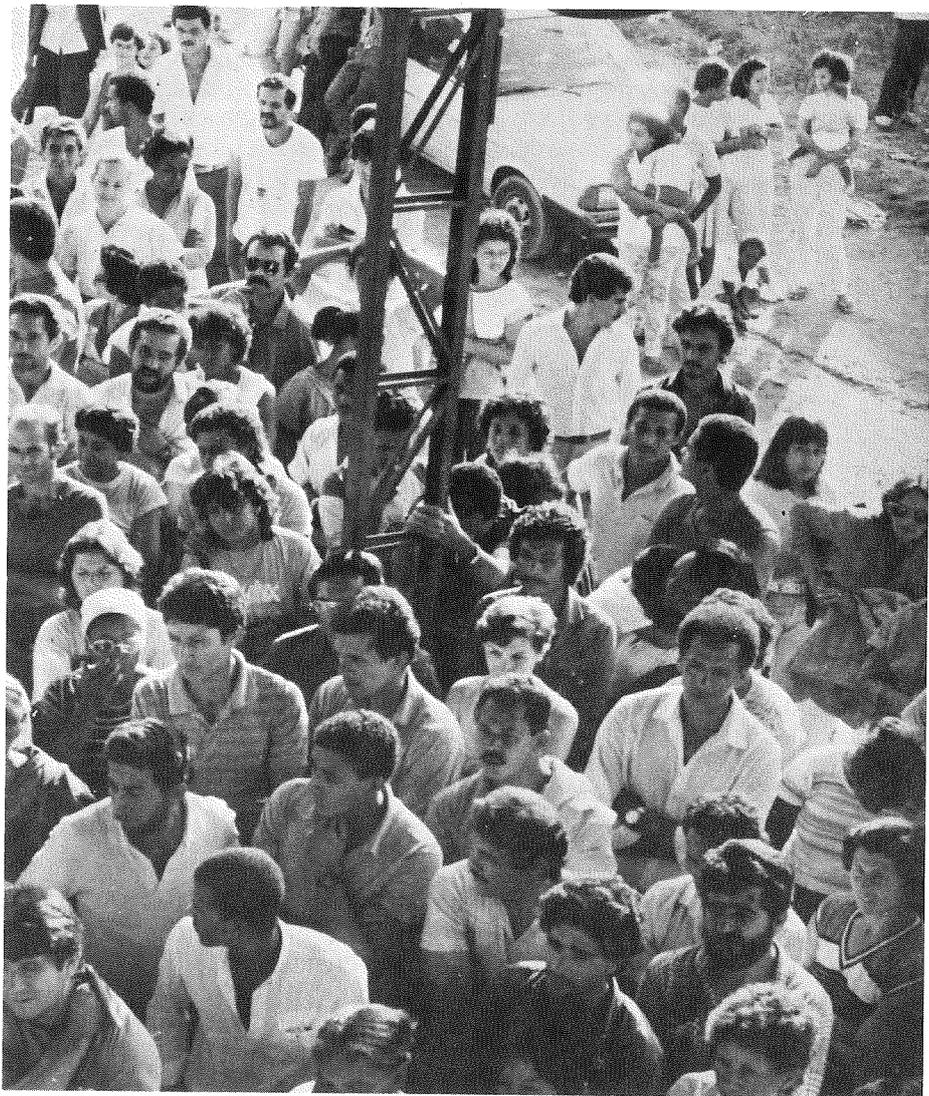
– O importante é que o primeiro passo foi dado. Nós estamos com

muita dificuldade. É difícil colocar a proposta na imprensa – agora já conseguimos abrir um pequeno espaço – inclusive porque é uma questão nova. **Todos entendem o que é reforma agrária, mas o que é reforma urbana...? E as duas propostas são irmãs, porque a questão da especulação fundiária nesse país junta as duas lutas.** Em 1963 o Instituto de Arquitetos do Brasil estava levando essa campanha, mas não chegou a ser uma campanha popular. Agora ela começa pelos setores populares. Acho que nós estamos dando um salto fundamental; daqui para diante, é fazer a proposta crescer a partir dos movimentos específicos, tentando trazer profissionais, partidos etc. Pois a consciência da necessidade da reforma urbana não está presente nem nas lideranças partidárias, nem nas lideranças sindicais, que não perceberam que 70% da população

já estão na cidade, sendo 30% nas três áreas metropolitanas. E a tendência é que isso se agrave.

FASE

– A reforma urbana implica, necessariamente, transformar as condições de reprodução dessa força de trabalho e, no futuro, até as condições de reprodução da vida humana. Seria fundamental o movimento sindical pensar nesta questão profundamente, bem como e principalmente os partidos de esquerda. No entanto, há uma omissão nesse sentido tanto por parte dos partidos como das lideranças do movimento sindical. Por isso eu acho que nos encontros sobre a reforma urbana e no próprio processo educativo mais amplo é necessário pensar, também, no papel do movimento sindical nessa luta.



“Mutirão: sobrevivência ou solução?”

Haroldo Baptista de Abreu
Márcia da Silva Pereira Leite

Uma tradição de solidariedade

O mutirão ou a autoconstrução é antes de tudo uma estratégia de sobrevivência para as camadas populares urbanas. Premidas por condições de vida cada vez mais deterioradas, buscam sair dos cortiços, das favelas, livrar-se dos aluguéis exorbitantes. E, certamente, acalentam o sonho da casa própria. O morar adquire, então, uma dimensão que ultrapassa a realidade imediata e se traduz na perspectiva de dias melhores ou na garantia, ainda que ilusória, do não retorno ao presente, inclusive pela possibilidade de mercantilização da moradia.

Este sonho reencontrou uma forma de viabilização nos mutirões, que contam com o trabalho voluntário da população carente de habitação e, mal ou bem, com a participação dos governos municipais e estaduais na cessão ou na negociação da terra e, em geral, na implementação da infra-estrutura urbana.

Renova-se, assim, uma tradição de solidariedade das camadas populares, dos “pobres” da cidade e do campo no Brasil: a reunião de parentes, amigos e vizinhos para “fazer com as próprias mãos” um bem de uso cujo preço no mercado está além das possibilidades aquisitivas dos mutirantes.

Sobretabalho e subcidadania

A autoconstrução só é uma alternativa para as camadas populares porque o salário não lhes permite arcar com os custos da moradia. **Na verdade, a questão da habitação se insere num quadro mais amplo que afeta a alimentação, o transporte, a saúde, enfim, as condições gerais de vida, que são absolutamente precárias porque o salário não cobre efetivamente os custos de reprodução da força de trabalho.**

Esta realidade, vivida e denunciada pelas camadas populares urbanas desde a Primeira República¹, agravou-se após 1930, quando as necessidades da acumulação de capital levaram ao estabelecimento de uma política salarial – tendo por parâmetro o salário mínimo – cujo eixo é a redução do custo da força de trabalho ao nível da mera sobrevivência do trabalhador. É interessante ressaltar que a própria concepção de salário mínimo só incorporou a reprodução ampliada da força de trabalho – reprodução da energia dispendida no processo de trabalho pelo trabalhador e reprodução de novos contingentes de trabalhadores –

a partir da Constituição de 1946, que relacionava o salário à garantia das “necessidades normais” de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte do trabalhador e de sua família².

Mas, a realidade não repete a lei. Em junho de 1987, quando o salário mínimo estava fixado em Cz\$ 1.969,92, cálculos do DIEESE apontavam que ele deveria alcançar Cz\$ 12.000,00 para atender as necessidades elementares de uma família média de quatro pessoas³.

A questão do salário mínimo ganha força como ilustração do ponto destacado, quando se sabe que, segundo o IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD), 32,28% da população ocupada no Brasil ganhavam, em 1985, até um salário mínimo e 54,78% até dois salários mínimos. Não há razões para supor que a situação tenha se alterado favoravelmente à classe trabalhadora desde então⁴.

Essa estratégia de acumulação de capital, reforçada particularmente em momentos de crise, é a matriz das carências que sofrem as massas populares neste País. No entanto, levada ao seu limite, esta política ameaçaria a reprodução ampliada da força de trabalho. Daí ser fundamental o papel desempenhado pelo Estado brasileiro no processo de acumulação capitalista, ao subsidiar parcial e indiretamente a reprodução da força de trabalho através das chamadas políticas sociais (relativas a alimentação, saúde, habitação etc), reduzindo o seu custo para o capital⁵.

Os recursos destinados a essas políticas competem com aqueles aplicados diretamente no financiamento à acumulação privada de capital pela reprodução das condições gerais de produção, como, por exemplo, os investimentos em comunicações, energia, infra-estrutura industrial em geral. Logicamente, a parcela destinada às políticas sociais – e aí se inserem os recursos para a construção de moradias populares e para a implementação dos equipamentos e serviços urbanos – há de depender das reivindicações expressas pelas camadas populares através de suas organizações e nos seus movimentos, bem como da correlação de forças existente, em última instância, entre capital e trabalho.

Há uma outra dimensão, no entanto, que não se pode esquecer nesse processo. As políticas sociais

vêm sendo usadas como uma forma de mascarar as contradições sociais e produzir um consenso sobre os fundamentos capitalistas da sociedade. Apresentando-se como neutro, o Estado assume como sua função a negociação das demandas e a distribuição de recursos a grupos de indivíduos igualados na sua qualidade de cidadãos, mas diferenciados enquanto contribuintes. Afirma nesta operação uma igualdade que é rompida no momento seguinte: os direitos sociais subordinam-se à contribuição ao processo de acumulação – nesta ideologia apresentado como crescimento econômico –, mensurado pelo pagamento de tributos.

Nesse sentido, **os mutirões têm significado uma forma de sobrevivência dos segmentos excluídos do exercício de direitos sociais, até mesmo nos marcos da cidadania liberal, exatamente por serem expropriados e marginalizados**, condição que os isenta do pagamento de impostos diretos⁶. Na ideologia dominante este fato transforma-se no argumento que, negando a legitimidade de suas reivindicações enquanto direitos inalienáveis e essenciais da cidadania, fundamenta a relação clientelista entre Estado e camadas populares.

Esta questão revela-se, por exemplo, na aceitação e, em certos casos, na exigência realizada pelo Estado de sobretrabalho da população "demandatária" para a implementação das políticas sociais destinadas a suprir suas carências. Tanto os mutirões encontrados já de longa data nas favelas e periferias das cidades para limpeza de terrenos, instalação de água (poços, extensão de encanamentos), despejos sanitários (fossas, valas, manilhamentos), eletricidade etc, como os mutirões para construção de casas populares apóiam-se, usualmente, na mão-de-obra gratuita.

Situação que caracteriza a sujeição da força de trabalho a uma superexploração. O trabalhador, ocupado no mercado de trabalho formal, recebe um salário que não supre as necessidades elementares de sua reprodução e de sua família. Frequentemente é obrigado a buscar nos biscates e horas-extras uma renda adicional, ainda assim usualmente insuficiente. **E para ter acesso a condições minimamente satisfatórias de vida – uma vez que nem o Estado, nem o capital as reconhece como seu direito elementar, relegando-o a uma situação de subcidadania – é obrigado a sacrificar seu lazer, seu repouso, a recuperação de seu desgaste no processo de trabalho.**

É importante salientar que é este fato que permite ao Estado rebaixar seus gastos com as políticas sociais, ampliando o financiamento à acumulação privada de capital. Além disso, para o capital – principalmente aquele vinculado à especulação imobiliária, fundiária e de serviços urbanos – terra, moradia, equipamentos coletivos, são mercadorias que têm um preço e não um direito de cidadania⁷. A aquisição mercantil desses direitos acarretaria uma elevação direta do custo de reprodução da força de trabalho, enquanto

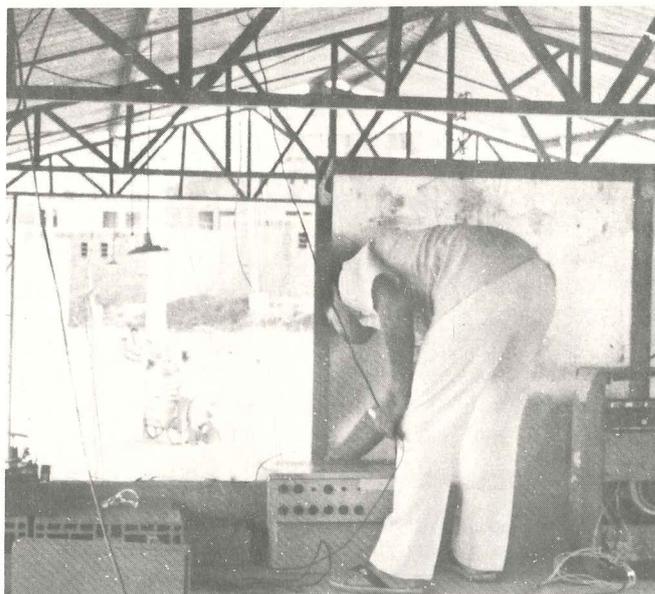
a sua aquisição social (através da redistribuição dos recursos públicos) implicaria um custo indireto ao capital através do aumento da carga tributária ou por desviar recursos de setores produtivos vitais para a acumulação.

É exatamente neste contexto de sobretrabalho e subcidadania que os diversos tipos de mutirão se apresentam como uma alternativa de aquisição de direitos sociais ainda não conquistados pelas camadas populares.

Os mutirões populares de São Paulo : Uma avaliação _____

Os mutirões de São Paulo, ainda que politicamente organizados, não fogem a essa regra. No entanto, como procuram romper esses limites, organizando uma parcela das massas populares com a perspectiva de sua autonomia face o Estado, politizando a sua experiência na ocupação de terras, na negociação com os poderes públicos e na organização e gestão do processo de construção de moradias, vêm enfrentando uma forte pressão do aparelho estatal marcado pelo conservadorismo e pelo clientelismo.

Alguns movimentos por moradia via mutirão, particularmente os da Zona Sul de São Paulo, têm consciência da contradição que abrigam: de um lado, reproduzindo o sistema de aquisição de direitos sociais através do sobretrabalho e da subcidadania e, de outro, organizando parte das massas populares na direção da soberania popular e da transformação social. Mas, a unidade do movimento configura-se, exatamente, a partir dessa dualidade que expressa as aspi-





rações da massa – construir a própria casa ainda que pelo sobretrabalho – e as propostas das lideranças e dos assessores – construir um movimento social autônomo que se viabilize como sujeito da soberania popular e das transformações da sociedade, ainda que com base na materialização do sobretrabalho coletivo. É a construção da moradia que dá base social ao movimento, mas é a direção política dessa construção que o torna uma organização popular.

No entanto, **este movimento só poderá alcançar seus objetivos estratégicos se superar a contradição com o sobretrabalho e a subcidadania que, se hoje o define, também define os seus limites.** Situa-se neste ponto seu grande desafio. Se, por um lado, é necessário manter o mutirão como alternativa de aquisição de moradia, por outro, como contribuir para que o movimento acumule forças para superar essa contradição?

Há algumas questões, que vêm sendo discutidas por lideranças e assessores do movimento de mutirões, que devem ser aprofundadas por uma reflexão coletiva sobre a possibilidade de acumulação de forças deste movimento, integrado ao conjunto de lutas urbanas e populares.

A ruptura da contradição dos mutirões com o sobretrabalho e a subcidadania depende, nesta perspectiva, de alguns fatores básicos. O primeiro deles refere-se à ampliação de suas bases sociais e da participação destas na direção do movimento através de novos mecanismos e processos de organização coletiva e construção cooperativada. É necessário, também, que o conjunto dos mutirantes venha a se engajar no processo global de luta e de negociação com o poder público para ampliar as obrigações deste na solução dos problemas e no atendimento às demandas do movimento. Isto supõe uma reflexão crítica sobre a relação Estado/massas populares, que aponte os limites da subcidadania e abra caminho para a ruptura com os marcos liberais que a definem.

Do ponto de vista da integração do movimento de mutirões às lutas urbanas e populares, parece claro ser imperativo o reforço aos vínculos de ajuda mútua e solidariedade com os demais movimentos e entidades interessados na conquista de direitos sociais urbanos, isto é, que participem ou apoiem as lutas pela reforma urbana. Finalmente, mas não menos importante, destaca-se a necessidade da participação dos mutirantes (e não apenas de suas lideranças) no conjunto das lutas sociais e políticas travadas na sociedade brasileira,

particularmente naquelas que representem a possibilidade de pôr fim ao sobretrabalho das massas para a satisfação de suas necessidades básicas – como as lutas sindicais e as que articulem a questão do salário, da moradia e das condições gerais de vida⁸ – e as que buscam criar condições institucionais para reformas progressivas a partir da Constituinte.

Os mutirões não têm como superar seus limites, permanecendo isolados nas suas reivindicações face o Estado. É necessária sua articulação com o conjunto das lutas populares para explicitar e tentar superar a raiz de seu impasse: a super exploração do trabalhador e a ausência de direitos sociais.

Tudo indica, no entanto, que essas questões já estão sendo refletidas pela **Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda-Mútua e Autogestão de São Paulo**, o que se traduz na declaração de um de seus integrantes: “a proposta do mutirão não pode ser uma ilha, tem que atingir a sociedade como um todo (...). É muito importante ressaltar que o mutirão não é uma opção e sim a falta de opção (...)”⁹

Por todo o quadro acima apresentado, pode-se concluir ainda que os mutirões populares por moradia de São Paulo representam um grande salto organizativo e político em relação à prática tradicional de autoajuda, mas que seu caminho ainda é longo e difícil.

NOTAS

1 – Consultar: Teixeira, Amélia Rosa Sá Barretto e Ribeiro, Ana Clara Torres. “A Habitação no Movimento Operário”. **Boletim Informativo do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro**, Vol. IV, nº 10, 1982. O texto demonstra que a questão da habitação já estava inserida nas reivindicações operárias da época, que estabeleciam a relação salário/custo de vida, demonstrando a insuficiência salarial para a sobrevivência dos trabalhadores urbanos.

2 – C.f. Ribeiro, Ana Clara Torres. “Força de Trabalho no Brasil – políticas estatais e mercado de trabalho”, relatório de pesquisa, xerox, 1978.

3 – **Jornal do Brasil**, 23/06/87, 1º caderno. p. 4.

4 – **Jornal do Brasil**, 27/07/87, 1º caderno, p. 37.

5 – ver, dentre outros: Cignolli, Alberto. **Estado e Força de Trabalho. Introdução à Política Social no Brasil**. S P, Brasiliense, 1985; Oliveira, Francisco de. “A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista”. **Estudos Cebrap**, nº 2, S P, Edições Cebrap, Ed. Brasileira de Ciências, outubro de 1972; Ribeiro, op. cit. e Singer, Paul.

Economia Política da Urbanização. 2ª ed., S P, Brasiliense, 1975.

6 – Ainda que paguem os impostos indiretos como o ICM e o IPI. Considerar que quando o imposto não é seletivo, caso do ICM, são justamente as camadas populares (de baixa renda) que, proporcionalmente, arcam com a maior tributação.

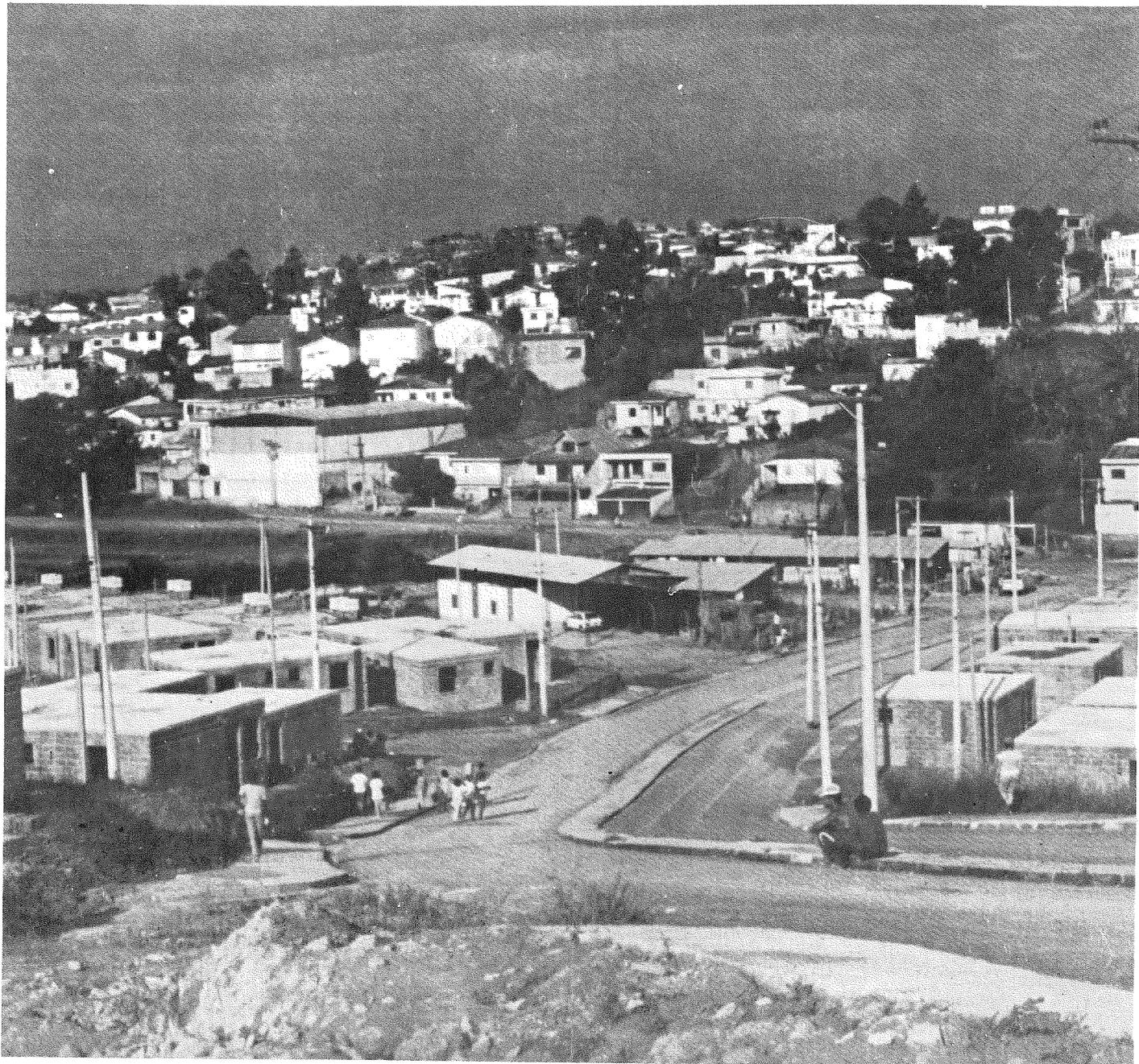
7 – Sobre o tema dos direitos de cidadania e sua relação com os movimentos populares urbanos, consultar: Abreu, Haroldo Baptista de e Veras, Grazia de Grazia. “Aprendendo com a Experiência Viva: a intervenção da FASE”. **Proposta**, nº 29, abril de 1986.

8 – É interessante lembrar que o movimento operário da Primeira República não descuidou deste tema, articulando o problema da habitação à questão do salário e da totalidade das condições de vida no Congresso Operário de 1906, na greve dos inquilinos de 1907, nas manifestações de 1913 e, por fim, nas lutas pelo controle e redução do aluguel nas jornadas de 1917 (cf. Teixeira e Ribeiro, op. cit.).

9 – Ver a entrevista com lideranças dos mutirantes neste número: “Construindo o movimento”.

O enfrentamento da propriedade da terra

Haroldo Baptista de Abreu



Os movimentos populares urbanos, particularmente os de favelados, de "sem-casas" e os mutirões habitacionais, vêm se defrontando crescentemente com o problema da propriedade da terra, em relação ao qual levantam, de um modo geral, duas questões:

1ª – Como garantir um pedaço de solo urbano para se viver e, se possível, uma casa com os equipamentos e serviços urbanos necessários a um padrão mínimo de conforto e com segurança contra despejos, se a terra é apropriada priva-

damente por um número restrito de proprietários que monopolizam sua disponibilidade? Em outras palavras, como obter um lugar para morar, se a terra é manipulada como mercadoria, tendo, além do mais, um preço especulativo?

2ª – Quais as perspectivas da propriedade comum do local de moradia frente ao sonho da casa própria e às lutas gerais do movimento popular? Em outros termos, quais os limites da proposta de coletivização da propriedade nas áreas ocupadas e construídas pelos movimentos?

A terra como mercadoria

A tendência histórica do desenvolvimento capitalista é transformar todos os bens, todos os valores de uso social em mercadoria, isto é, em uma propriedade que assume um valor de troca nas relações de compra e venda no mercado. O regime de apropriação privada da terra e sua mercantilização representa um dos marcos mais importantes (uma premissa) do processo de constituição das sociedades capitalistas, ao criar uma massa de produtores diretos dissociados de suas condições materiais de produção e convertê-las, ao mesmo tempo, em capital. Esse processo encontrou sua expressão jurídica na Inglaterra, do século XVIII, com as leis sobre os **enclosures** (cercamento dos terrenos comunais) e no Brasil, do século XIX, com a extinção do regime de sesmarias e sua substituição pela propriedade privada a partir da Lei de Terras de 1850¹.



No Brasil de hoje, a mercantilização das terras urbanas proporciona uma concentração cada vez maior de sua propriedade, configurando um processo de monopolização que tem como contrapartida a exclusão de grande parte da população do direito à moradia. Os proprietários de terras – e não nos referimos aqui àqueles que habitam em sua propriedade – adquirem uma capacidade de especulação fundiária que os habilita a provocar a elevação de preços no mercado imobiliário (em atuação concertada com os promotores imobiliários) e a beneficiar-se dos investimentos públicos em urbanização.

Evidentemente, o fundamento dessa mercantilização deve ser buscado no estatuto de propriedade vigente na sociedade brasileira, ou seja, no direito de propriedade privada, pressuposto do mercado liberal e do próprio Estado capitalista. Por este direito, assegurado pela Constituição e demais leis do Estado brasileiro, o detentor da propriedade é livre para usar, gozar

e dispor de um bem de acordo com a sua vontade e conveniências, prescindindo, portanto, de condicionamentos jurídicos e políticos e independente das necessidades sociais da população. Nesse sentido, o proprietário é livre para especular com o solo urbano, atribuindo-lhe um preço cuja determinação provém apenas das condições de mercado².

Este princípio jurídico é tão poderoso que a desapropriação de terrenos urbanos pelo Estado, por mais ociosos, especulativos e excludentes que sejam, resulta sempre na prévia e justa (isto é, de acordo com o preço de mercado) indenização do proprietário. Da mesma forma, quando um terreno nessas condições é ocupado por quem não tem onde morar, o Poder Judiciário do Estado concede, sumariamente, a reintegração da posse ao proprietário, expulsando os invasores.

Essas considerações indicam que a atuação do Estado em relação ao solo urbano vem se traduzindo no constante reforço a esse marco, mesmo quando atende às reivindicações dos movimentos populares. **Quando o Estado desapropria um terreno para cedê-lo – sob regime de concessão real de uso, de compra e venda ou de doação – a uma parcela da população despossuída, o que está se processando é o reconhecimento da propriedade privada e, mais do que isso, é a legitimação do direito do proprietário mercantilizar a terra, uma vez que a indenização obedece às leis do mercado.** Ainda quando uma parcela de despossuídos urbanos beneficia-se de uma desapropriação, também o proprietário é beneficiado pelo valor da indenização, afinal coberta com recursos públicos. O reconhecimento do direito à apropriação privativa e à livre mercantilização da terra, mesmo quando sobrevalorizadas por investimentos públicos em equipamentos e serviços urbanos, representa, portanto, uma privatização dos ganhos e uma socialização das perdas em termos do custo social que envolve.

Esta questão traduz-se em um conflito, permanentemente vivido pelo movimento de mutirões. Por um lado, defendem a submissão do uso da terra às necessidades da população, bem como o estabelecimento, no interior do mutirão, da propriedade comum do terreno e da própria construção. Por outro, nas suas relações com o Estado subordinam-se ao direito de propriedade e às leis de mercado vigentes. Por exemplo, no mutirão do Colégio Adventista em São Paulo o terreno foi desapropriado (legitimando o direito de propriedade estabelecido) e comprado pelos mutirantes que, ao mesmo tempo em que reivindicavam a propriedade comum, tinham que atuar dentro da institucionalidade privada.

Como solucionar esse conflito é um problema que se coloca no campo da ação política. De imediato, dois caminhos se apresentam: o primeiro, abrir mão do princípio da propriedade comum, além de não resolver a questão da mercantilização e do uso do solo

urbano, produziria sérias complicações no interior do movimento; o segundo, em nossa opinião o mais adequado à realidade, seria **engajar-se em uma luta pela reforma fundiária urbana e pelo direito do povo usar, desfrutar e dispor da cidade como um espaço público a serviço do bem-estar e da satisfação da coletividade e não dos lucros e ganhos de uma minoria dominante.**

Nesse sentido, julgamos necessário discutir a criação de instrumentos jurídicos e urbanísticos, que impeçam a mercantilização da terra e dos equipamentos e serviços sociais urbanos, garantindo o acesso de todos a uma vida urbana sem sacrifícios e com todos os direitos sociais devidamente assegurados. Caminhar nesta direção implica buscar um amplo consentimento da sociedade às propostas de reforma urbana.

O sonho da casa própria e os limites da propriedade comum

Um dos elementos mais marcantes do senso comum do povo brasileiro é o sonho da casa própria, uma aspiração que expressa as próprias contradições do mundo liberal burguês. Por um lado, é uma representação da matriz ideológica dominante, que concebe a sociedade como constituída por indivíduos possessivos e empreendedores, cuja realização depende do bom desempenho de seus papéis sociais e da conseqüente aquisição de bens materiais. Por outro, este sonho configura a busca de uma "retaguarda" e de uma garantia de sobrevivência frente a uma sociedade que nada, ou quase nada, oferece a quem não tem propriedades. A propriedade da moradia apresenta-se como uma reserva estratégica em uma "sociedade em guerra", já que não existe qualquer segurança em relação ao futuro e, no caso da maior parcela da população brasileira, sequer ao presente.

Por isso mesmo, entendemos que não devemos nos limitar a pensar a habitação apenas como o espaço social de reprodução da força de trabalho. Propomos, ao contrário, recuperar também essa dimensão da questão da moradia, analisando-a a partir das aspirações do senso comum das massas populares. Nesse sentido, é necessário diferenciar o desejo de ser proprietário – em uma sociedade que se sustenta sobre a propriedade privada – do desejo de melhorar as condições de vida e segurança para resistir a uma sociedade adversa.

O senso comum popular é contraditório. Ao mesmo tempo em que tem aspectos profundamente individualistas ou conservadores, apresenta outros de resistência à dominação. O reforço aos últimos desenvolve-se paralelamente ao questionamento aos primeiros. Mas, se o senso comum popular sintetiza as contradições ideológicas que recobrem os conflitos sociais e econômicos da sociedade, ele só pode ser

transformado com propostas que expressem e politizem os seus aspectos voltados para o futuro, sem violentar o presente e suas tradições. Em outros termos, trata-se de organizar as aspirações e necessidades coletivas, sintetizando-as em um projeto político transformador tanto do mundo real como dos sonhos.

Essa perspectiva encaminha a recusa de considerar o sonho da casa própria pura e simples expressão da ideologia dominante, que, por isso, deva ser substituído pela moradia comum, pela propriedade coletiva.

Se, para as massas populares, a questão da habitação está vinculada a uma realidade de superexploração e de ausência de direitos³, ela não será resolvida socializando uma pequena parcela da moradia e deixando intocada a relação capital/trabalho. Nesse sentido, o fundamental e decisivo é a organização das aspirações populares que estão em conflito com a realidade de sobretrabalho e subcidadania, para que as massas possam colocar em questão a própria gestão da sociedade.

No caso dos mutirões de São Paulo, ainda não está demonstrado na prática o princípio da propriedade comum. Não basta afirmar que as casas são resultado de uma luta e de um trabalho coletivos para tornar a propriedade comum. Desse modo, apenas se mascara o sonho da casa própria sem o transformar de fato. Em realidade, tal transformação requer algumas condições: a ampliação das lutas populares, a socialização da consciência e, provavelmente, a propriedade privada deixar de ser uma garantia de sobrevivência na sociedade. Atualmente, a luta e o trabalho coletivos ainda não foram suficientes para uma mudança profunda na consciência dos mutirantes. **A perspectiva da casa própria ainda está na origem da adesão popular ao movimento.**



Uma avaliação da situação real dos mutirantes – de modo geral com remuneração entre zero e dois salários mínimos⁴ – indica que, provavelmente, alguns deles precisarão converter sua moradia em dinheiro como parte de uma estratégia de sobrevivência da família ou, simplesmente, para ter o que comer no dia seguinte. Como impedir esta monetarização da casa, pelo menos enquanto a realidade não oferecer garantia de emprego e um salário que proporcione, no mínimo, uma sobrevivência digna aos trabalhadores? Uma tal oposição teria uma legitimidade duvidosa: do ângulo coletivo, a moradia é o resultado de uma luta e de um trabalho do movimento organizado, mas para o mutirante individualmente, essa luta e esse trabalho tiveram sua participação, portanto, a casa é sua e constitui parte de uma estratégia de sobrevivência frente a uma realidade maior: a situação dos trabalhadores na sociedade brasileira.

Revela-se, aqui, uma contradição real e não imaginária: por um lado, o mutirão envolve a participação de indivíduos, que têm a moradia como uma estratégia de sobrevivência. Por outro lado, ele é o resultado da ação organizada e coletiva de todos os participantes. Se, individualmente, cada mutirante agregou trabalho e dinheiro ao processo de construção de moradias por auto-ajuda, o produto final é um resultado do coletivo, agregando trabalho de todos. Em suma, tanto o mutirante como o movimento teriam argumentos legítimos em caso de um possível conflito.

A Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda-Mútua e Autogestão de São Paulo vem discutindo diversas fórmulas para enfrentar essa contradição. Na primeira, as casas seriam propriedade da cooperativa (associação) dos mutirantes, que teriam a posse individual. Quando algum sócio tivesse que se desligar, por qualquer motivo, da cooperativa, receberia uma "indenização" correspondente ao custo de construção da casa ou aos seus gastos em trabalho ou dinheiro. Uma segunda fórmula propõe um contrato entre associação e mutirante, obrigando-o (se isto se fizer necessário) a vender sua casa, pelo preço de custo, à associação que a repassaria a alguma família já cadastrada pelo movimento. A terceira alternativa seria um compromisso de consciência, inexistindo qualquer exigência contratual proibindo a venda da casa.

Qualquer das três fórmulas é de difícil execução, tanto do ponto de vista técnico-econômico, como dos meandros jurídicos e institucionais a enfrentar, sem mencionar os conflitos de ordem político-ideológica entre a consciência da casa própria e a apropriação coletiva da moradia.

Do ponto de vista técnico-econômico, a primeira grande dificuldade pode ser encontrada no cálculo do custo final da casa. É quase impossível saber a quantidade e a qualidade de trabalho e as despesas (relativas a transporte, alimentação etc) de cada mutirante agregados ao custo de construção, bem como mensu-

rar o desgaste das ferramentas, tanto as de uso coletivo como as de uso individual, o trabalho dos técnicos e assessores do movimento, da administração etc. Como realizar esses cálculos se o movimento não possui todos os registros necessários? Por outro lado, calcular apenas os custos visíveis, como os referentes ao material de construção, ao lote de terreno e a outros materiais e serviços pagos, significaria, em qualquer das três fórmulas, uma expropriação do trabalho não pago do mutirante, agregado ao valor da construção. Em resumo, não há como definir qual deve ser o valor que cabe ao mutirante em caso de desligamento deste da moradia coletivamente produzida. Qualquer valor atribuído ou calculado, nestas condições, não corresponderia à participação real de cada um.

Quanto aos obstáculos de natureza jurídica e institucional, cada fórmula proposta tem sua especificidade. A propriedade da associação sobre as casas e os terrenos não tem, ainda, respaldo legal nas normas de funcionamento das COHABs e do SFH., que financiam as compras dos mutirões. Mesmo que se consiga a celebração de um contrato coletivo com os órgãos públicos – como o que está sendo negociado pelo mutirão do Grajaú, na Zona Sul de São Paulo –, não há qualquer garantia contra uma reclamação judicial do mutirante contra a associação, quanto à quota individual no patrimônio desta. Levada à justiça, a questão seria mais difícil para os interesses coletivos, pois o judiciário calcularia a quota do mutirante sobre o patrimônio total com base no Código Civil e nas jurisprudências do Superior Tribunal Federal. Isto é, o patrimônio seria avaliado pelo seu preço atualizado no mercado, já que não existe, no Brasil, qualquer legislação que reconheça a primazia do trabalho coletivo sobre o individual e o direito de propriedade é essencialmente cartorial.

A segunda fórmula – o mutirante venderia a casa por seu custo estimado à associação – também não possui qualquer amparo legal. Judicialmente, o patrimônio é avaliado pelo seu preço de mercado e o detentor do título de propriedade é o mutirante, não a associação. Por essa fórmula, não há sequer a possibilidade legal de discutir o que pertence ou não ao possuidor da casa, exceto se este assinasse com a associação um contrato de pagamento do trabalho do mutirão a preço de mercado⁵. Em suma, caso ocorresse um litígio judicial entre os interesses coletivos e os individuais, o movimento apenas se desgastaria e perderia tempo (discutindo com advogados, em audiências etc), necessário à organização da luta.

Na prática, as duas fórmulas examinadas igualam-se à terceira, reduzindo-se a um compromisso de consciência, ético e político, entre as partes. Somente uma transformação radical de consciência entre os mutirantes tornaria exequível à associação garantir os direitos coletivos do mutirão, que não possuem amparo algum na institucionalidade vigente na sociedade brasileira.

Nesse sentido, há uma questão colocada para o movimento: a necessidade de encontrar meios para assegurar a conscientização dos mutirantes a respeito dos interesses e direitos do trabalho coletivo, como também, de cada contribuição individual nesse trabalho. Esta é uma luta longa e cotidiana (um processo educativo) de enfrentamento do senso comum das massas populares – fortemente penetrado pelos pressupostos individualistas e possessivos da ideologia dominante – e da realidade de carências absolutas, que são a contraface da subcidadania e da super exploração da força de trabalho.

O desenvolvimento desta consciência pressupõe a permanente e progressiva efetivação das propostas de luta, bem como a reflexão sobre suas possíveis conquistas e limites. Cabe, portanto, levantar algumas questões sobre a pertinência da tese da propriedade comum na configuração dessa consciência.

A apropriação coletiva tende a fortalecer os vínculos de solidariedade, a autonomia e a gestão coletiva internos ao mutirão, que, sem dúvida, são fundamentais para o movimento. No entanto, não fornece as bases para o questionamento ativo das políticas públicas – econômica, habitacional, urbana etc –, nem das forças interessadas na manutenção da super exploração e da subcidadania, a nosso ver, a questão central a ser enfrentada pelos movimentos por moradia. **A formação dessa consciência pressupõe a articulação entre as aspirações das massas populares e as propostas políticas que apontem para a superação das contradições enfrentadas por elas.** Concretamente, tal proposta de propriedade comum não organiza as massas despossuídas para a luta pela transformação da totalidade social, ainda que possa construir uma consciência coletiva que aponte para a autogestão do espaço de reprodução da força de trabalho.

Além disso, parece existir uma expectativa de que a coletivização da propriedade do espaço de reprodução do trabalhador possa levá-lo a uma consciência da necessidade de lutar pela socialização dos meios de produção, configurando algo como áreas liberadas frente ao capitalismo. Mas, a experiência da classe operária, em todo o mundo, nos demonstra que esta consciência só é conquistada quando se aprofunda a luta de classes até os alicerces da sociedade, atingindo o enfrentamento das relações de produção capitalistas.

Certamente, no caso da propriedade coletiva das moradias construídas pelo sobretrabalho do mutirão ser bem administrada, superando as prováveis adversidades e oferecendo um espaço seguro para a sobrevivência dos trabalhadores, pode ficar demonstrado que estes são capazes de construir uma vida nova, com a sua luta e o seu trabalho. Ainda assim, não se enfrenta a matriz, o eixo central da situação de alienação das camadas populares: o poder econômico, político e cultural dos proprietários capitalistas.

Por estas razões julgamos que a propriedade comum do espaço físico de reprodução da força de trabalho pode ser pensada como um laboratório, como experiência da capacidade de gestão coletiva e da democracia direta de massas para a solução de seus problemas e conflitos internos. No entanto, esses espaços só poderiam ser pensados como áreas liberadas, se o conjunto de seus ocupantes estivesse engajado em uma luta mais ampla contra o direito de propriedade capitalista, recusando-se, ademais, a se sujeitar às condições de sobretrabalho e subcidadania.

Em suma, áreas liberadas só terão a possibilidade de existir, quando houver condições para que o proletariado e as massas populares realizem uma transformação profunda da realidade, forjando uma nova direção política e cultural na sociedade.

NOTAS

- 1 – Sobre os **enclosures**, ver Marx, Karl. **El capital. Crítica de la Economía Política**, livro 1, cap. XXIV. México, Fondo de Cultura Económica, 1946. Para a análise da Lei de Terras que reconheceu juridicamente a apropriação privada da terra, àquele momento já existente de fato no Brasil, tornando-a uma mercadoria, consultar: Pressburger, Miguel. **A Propriedade da Terra na Constituição**. RJ, AJUP/FASE, 1986.
- 2 – Para o desenvolvimento desta questão, além do que se segue no texto, verificar: Abreu, Haroldo. “Reforma Urbana e Soberania Popular”. In: **Debatendo a Reforma Urbana**. RJ, FASE, 1986. Sobre a extensão do direito de propriedade e as formas de desapropriação da terra nas constituições brasileiras, consultar: Pressburger, op. cit.
- 3 – Ver a respeito, neste número, o artigo: Abreu, Haroldo Baptista de e Leite, Márcia da Silva Pereira. “Mutirão: sobrevivência ou solução?”
- 4 – Esse é um dos critérios usualmente utilizados no cadastramento dos mutirantes.
- 5 – Seria o caso, por exemplo, dos mutirantes assinarem, previamente, com a associação um contrato definindo os percentuais de trabalho coletivo e individual do mutirão no preçõ da moradia.

A repressão continua



A Guarda Municipal, criada pelo Sr. Jânio Quadros, na Zona Leste. Defendendo os direitos de quem?



A mutirante da Zona Leste queria apenas um lugar para morar.

e final de março a final de abril deste ano, a Zona Leste de São Paulo vivenciou uma situação que muitos de nós esperávamos que nunca mais se repetisse: uma violenta repressão policial às famílias de "sem-casas" que, por falta de melhor alternativa, são obrigadas a invadir terrenos ociosos na periferia da cidade.



As armas estão prontas para executar...

Não pretendemos comentar os fatos, pois as fotos expressam a dimensão da truculência do aparato repressivo. Convém destacar, apenas, que, nesses conflitos, o povo paulistano passou a sentir, na própria pele, uma terrível novidade: a inqualificável ação da Guarda Metropolitana, recentemente criada pelo atual Prefeito.

Esta nova força de coerção “deu o ar de sua graça”; espancando famílias inteiras e matando a tiros o pedreiro ADÃO MANUEL DA SILVA. A morte deste trabalhador tornou-se um símbolo da luta de todos os que não têm acesso ao direito de morar e, ao mesmo tempo, das intenções que levaram à organização de mais uma corporação armada na capital paulista.



... o pedreiro Adão Manuel da Silva

ADÃO MANUEL DA SILVA: PRESENTE.

De 12 a 14/11

ESPECIAL

Venha julgar os crimes cometidos contra os lavradores

De 12 a 14 de novembro de 1987, quando o Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio estiver reunido na Faculdade de Direito da UFBA, Vale do Canela, Campus Universitário de Salvador, mais alguns casos de violência no campo estarão sendo examinados. Os assassinatos da família Celestino Costa, de Margarida Maria Alves, de Joaquim das

Neves Norte e de Eugenio Lyra Silva são bastante representativos da violência que se abate sobre os trabalhadores e sobre aqueles que lutam pelos seus direitos, e também da impunidade dos assassinos e da conivência das autoridades. É pedindo justiça para casos como estes que o Tribunal luta para que não se repitam outros iguais.

UMA FAMÍLIA MORTA A GOLPES DE FACÃO

João Celestino Costa tinha 45 anos e era trabalhador rural na Fazenda Boa Esperança, na Serra da Onça, área denominada Francônia, distrito de Santa Luzia, município de Canavieiras, Bahia. Com ele viviam seu filho adotivo Adailton Celestino Costa e sua mulher, Maria José Santos, 37 anos, que estava grávida.

Há dois anos moravam ali, tendo desbravado as matas de uma região até 1982 conhecida como terra sem dono. Por volta de dezembro de 83, apareceram Paulo Feitosa e Gumerindo Ferraz dizendo-se donos da terra e começou a disputa. Em 2 de março de 1984, João fugiu com seu filho para a cidade de Mascote, a fim de livrar-se das ameaças. Paulo Fei-



tosa e seus homens começaram então a assediá-la, oferecendo-lhe dinheiro para que fosse chamar de volta João e Adailton.

Eles acabaram voltando e, no dia 16 de março de 84, foram todos mortos a facadas. João e Adailton foram atingidos com profundos golpes de facão na cabeça e nas mãos. Maria tentou fugir e foi assassinada a mais de 100 metros de sua casa, cortada a facão e jogada em um buraco.

O mandante foi Paulo Feitosa e os executores do crime foram Romildo Machado Porto, José Luiz Barbosa, Giltário da Conceição, Derivaldo Silva Santana e José R. Conceição. Foi aberto um inquérito e os pistoleiros foram ouvidos, tendo confessado o crime e aberto o nome do mandante. Mas acabaram soltos pagando fiança, sendo que seu advogado foi o próprio mandante. Até agora não houve julgamento.

ELA TOMBOU PORQUE LUTAVA PELOS OPRIMIDOS

Margarida Maria Alves sempre foi uma mulher combativa. Desde 1973 era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, sendo sempre reeleita. Com sua atuação, conseguiu na justiça a readmissão de muitos trabalhadores demitidos.

Tinha 50 anos, era casada e tinha dois filhos. No dia 12 de agosto de 1983, foi assassinada à queima-roupa, com tiros de escopeta calibre 12 estourando-lhe o rosto e o cérebro, na porta de sua casa, na frente de seu marido e filhos. Os criminosos fugiram num Opala vermelho placa EX-0690 — Nova Cruz/Rio Grande do Norte.

Em 1982, Margarida fora agredida por José Mil, filho do dono do Engenho Miranda. Pouco antes de morrer, fora ameaçada por Agnaldo Velloso Borges, proprietário da Usina Tanques. O assassinato foi atribuído a usineiros do grupo Várzea, que contrataram três homens para execu-



Ilustrações Gerardo Honório

tá-lo. O delegado Gilberto Rosa chegou a identificar o criminoso, decretou sua prisão preventiva mas não conseguiu prendê-lo. Não revelou o nome "para não prejudicar as investigações". A polícia seguiu pistas, ouviu testemunhas, prendeu e soltou ciganos que nada tinham a ver com o caso. O delegado chegou a prender três suspeitos: José Nicolau Alves da Silva, Roberto Alves Cavalcante (pai e filho) e Félix Vicente. O processo foi encaminhado ao Ministério Público, mas ninguém foi indiciado como responsável. Várias entidades criaram o Comitê Margarida Alves para acompanhar o inquérito e agilizar a busca dos mandantes do crime.

ADVOGADO ASSASSINADO A MANDO DE FAZENDEIRO

Joaquim das Neves Norte era advogado, tinha 40 anos e quatro filhos, sendo três menores. Assessorava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e era colaborador da CPT Regional do Mato Grosso do Sul. A 12 de junho de 1981, foi atingido por dois tiros no peito, ao lado do seu escritório, em plena luz do dia, em Navirai, onde vivia. O assassino, não identificado, correu em direção a um Passat verde-abacate que era dirigido por Ivo Bueno Carlin. Os dois fugiram.

Ivo era inimigo de Joaquim e havia ameaçado "fazê-lo desaparecer" por causa de um processo que lhe movia Joaquim, denunciando registros irregulares de títulos de terra no cartório de Ivo.

Ao morrer, o advogado estava defendendo arrendatários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequetibá. Nesta última, havia uma luta entre o fazendeiro Domingos Medeiros e os

lavradores desde maio de 1960, quando as cercas dos arrendatários foram destruídas e soltas 5 mil cabeças de gado em suas roças. Joaquim defendia, também, os trabalhadores de serrarias locais, que estavam sendo despedidos em massa. No dia do assassinato, ele teria uma audiência com o juiz para tratar do caso de operários da Serraria Madelima (Madeira Lima Ltda.), despedidos sem receber os últimos salários e as indenizações previstas na legislação trabalhista.

Os posseiros acusaram o fazendeiro Adolfo Sanchez Neto de ter sido o mandante do crime executado pelo tabelião Ivo e pelo administrador da fazenda Entre Rios, Geraldo Augusto Bueno da Silva. Ivo chegou a ser detido, mas foi libertado por um *habeas corpus*, sem ter admitido nenhuma participação no assassinato, apesar de várias testemunhas o terem visto ao volante do carro em fuga.

MUITOS QUERIAM A MORTE DE EUGÊNIO

A 22 de setembro de 1977, seis dias antes de depor numa CPI dedicada à grilagem, o advogado Eugênio Alberto Lyra Silva foi morto com um tiro na testa no centro da cidade de Santa Maria da Vitória, Bahia. Quatro meses antes, Eugênio pedira garantias de vida ao Secretário de Segurança Pública da Bahia por causa das ameaças que vinha sofrendo.

Tinha 30 anos e era casado com Lúcia Lyra, na época grávida de sete meses. Em seu depoimento numa CPI, Lúcia disse acreditar que a sentença de morte de seu marido fora decretada em agosto de 77, quando ele ganhou a causa do posseiro Isaías Pereira dos Santos, que estava sendo perseguido pelo grileiro Valdely Lima Rios. Ainda em seu depoimento, ela citou como mandantes do crime os fazendeiros Alberto Nunes, Valdely Rios, João Costa, além do delegado regional Abílio Antunes de Oliveira, do suplente de delegado,

Cantídio de Oliveira, vulgo Zé Pequeno. Eles empreitaram a morte de Eugênio contratando para executá-la o pistoleiro Wilson Novaes Gusmão. Em 79, Wilson e mais dois outros envolvidos no crime fugiram da prisão de Santa Maria.

Em abril de 1977, o grileiro Alexandrino de Souza invadiu a casa de Eugênio e ameaçou-o de arma em punho, só não tendo atirado porque um amigo o desarmou. Em agosto de 77, Valdely mostrou um revólver a Eugênio quando da vistoria de terras em litígio. E depois, num coquetel, o fazendeiro, embriagado, fez violento discurso contra Eugênio, finalizando em voz alta: — "O homem deve morrer".



TRIBUNAL NACIONAL DOS CRIMES DO LATIFÚNDIO

Uma publicação do Instituto Apoio Jurídico Popular.

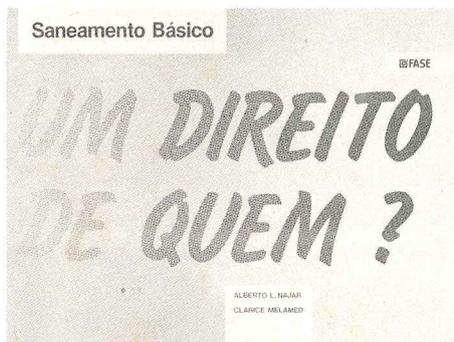
Apoio — Campanha Nacional pela Reforma Agrária (ABRA — CUT — CJP-SP — CPT — CONTAG — CIMI — FASE — IBASE — MNDH — MNTRST)

– “SANEAMENTO BÁSICO:
UM DIREITO DE QUEM? –

DE: ALBERTO L. NAJAR
CLARICE MELAMED

“Apesar de em vários casos existir a possibilidade de atender ao interesse social, a ação do Executivo (governos federal, estaduais e municipais), em geral, atende aos interesses das grandes empresas construtoras e orienta a execução de obras de infra-estrutura (Água e Esgoto) em regiões ainda não ocupadas para promover a valorização de parcelas de solo urbano. A rede de água e esgoto também é implantada para atender a necessidades da indústria e comércio.

Enquanto isso, regiões já ocupadas por grandes contingentes populacionais não têm acesso à rede básica de água e esgoto, escolas, postos de saúde, transportes, etc... Continuam desatendidas”.

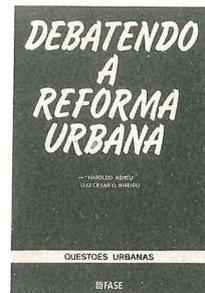


FASE

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Av. Beira-Mar, 216/401 - Castelo - CEP 20021
Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (021) 262-2158
Telex (021) 34201 FOAS BR

• DEBATENDO A REFORMA URBANA

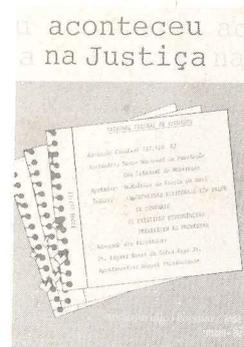
O processo de urbanização criou cidades que são verdadeiros monstros, aglomerando milhões de homens em condições de vida brutalmente conflitivas. Um simples olhar nos revela o contraste entre uma minoria que desfruta de todos os direitos e privilégios que as cidades oferecem e a maioria sobrevivendo em periferias e favelas sem qualquer direito de usufruir e/ou dispor da vida urbana.



PUBLICAÇÕES DA FASE

• ACONTECEU NA JUSTIÇA (001/87)

Apelação Cível nº 107.905 RJ
Apelantes: Banco Nacional de Habitação
Cia Estadual de Habitação RJ
Apelados: Mutuários da Favela da Maré



Do seu interesse

Durante longos anos junto aos Movimentos e Organizações Populares a FASE registrou as experiências no campo da Educação Popular. Continua documentando as experiências de que participa e de que toma conhecimento. Recentemente abriu um Setor de Documentação, aberto aos Agentes de Pastoral, Pesquisadores, Educadores, Estudantes e a todas as pessoas interessadas na questão da Educação Popular.

Endereço: Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, Rio de Janeiro
tel. 286-6797.

Até o final do ano estaremos nos mudando para uma sede central. Se não pudermos avisá-lo em tempo oportuno, por gentileza procure-nos na
Rua Bento Lisboa, 58 – Catete – CEP 22221 – RJ

Proposta 36

Próximo Número

TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS NA AGRICULTURA

Em novembro de 1985 saía o número 27 da Proposta, com o título "Tecnologias Alternativas na Agricultura". O objetivo foi levar a um público mais amplo o debate que se travava sobre a questão tecnológica na agricultura em relação à pequena produção, como também uma primeira discussão sobre o Projeto Tecnologias Alternativas - FASE.

Mesmo tendo em conta a importância do tema, a grande procura por este número ficou além das nossas expectativas, tanto é que já estamos chegando a uma quarta edição, atingindo a tiragem inédita de 15.000 exemplares.

Agora, cerca de dois anos depois, pretendemos dar uma visão mais atualizada e completa sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Projeto. Assim, várias questões e perspectivas existentes nas áreas de comunicação, documentação e nos processos de captação, sistematização e difusão de tecnologias alternativas serão abordadas, bem como suas implicações no trabalho das Redes Estaduais, Centros de Tecnologia Alternativa e nos Cursos para técnicos, monitores e agricultores.

Outras entidades que atuam na área das tecnologias alternativas no Brasil, também irão relatar as experiências que vêm sendo desenvolvidas. Além disso, será publicada uma relação atualizada de organizações nacionais e internacionais de alguma forma relacionadas às alternativas tecnológicas na agricultura.